

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ELIZÂNGELA DOS SANTOS CARNEIRO

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: considerações sobre as atuais relações e
condições de trabalho para o assistente social em Natal.**

Natal
2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ELIZÂNGELA DOS SANTOS CARNEIRO

SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social em Natal.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, na área de Trabalho, Proteção Social e Cidadania.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Célia Correia Nicolau.

NATAL
2005

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Carneiro, Elizângela dos Santos.

Serviço Social e terceiro setor: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o Assistente Social em Natal! Elizângela dos Santos Carneiro - Natal, 2005.

164 f. il.

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Célia Correia Nicolau.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

1. Serviço Social - Tese. 2. Terceiro Setor - Tese. 3. Trabalho - Tese. 4. Questão Social - Tese. 5. Assistente Social - Tese I. Nicolau, Maria Célia Correia. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III Título.

RNIBS/CCSA

CDU 36(81) (043.3)

ELIZÂNGELA DOS SANTOS CARNEIRO

“SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: condições sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social em Natal - RN”

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

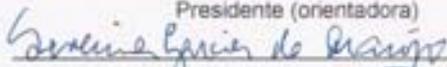
Aprovado em 17/10/005

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Maria Célia Correia Nicolau -UFRN

Presidente (orientadora)



Profª Drª Severina Garcia de Araujo - UFRN

(Membro Titular)



Profª Drª Alba Maria Pinho de Carvalho -UFC

(Membro Titular)

Profª Drª Iris Maria de Oliveira -UFRN

(Suplente)

AGRADECIMENTOS

O processo de exposição de uma pesquisa, é para quem o produz, um exercício solitário, contudo é inegável o apoio desprendido que recebemos de familiares e amigos, pessoas que o trabalho não revela, mas que contribuem, de modo marcante, para que ele se realize.

Agradeço especialmente a Deus, fonte espiritual, em quem sempre busquei forças para superar os obstáculos desta tão difícil caminhada;

A minha mãe, pelo apoio irrestrito a mim dispensado;

A minha irmã Aurora e ao meu Irmão Israel pelo apoio na resolução de problemas das quais não pude estar presente, sendo solícitos em momentos de minhas angústias;

À professora Célia pela sensibilidade e por conduzir a orientação, de forma tão sábia, respeitando meus pontos de vista, dando relevante contribuição para a realização deste trabalho;

À professora Yolanda Guerra e Severina pelas importantes contribuições e observações dadas por ocasião de minha qualificação;

Às colegas do mestrado Lígia, Chaguinha e Suely pelos momentos de nossa convivência, dividindo angústias e alegrias;

À amiga Neyber toda a minha admiração, pelo apoio irrestrito e pela demonstração de carinho e amizade tão importantes nessa etapa da minha vida, a quem devo parcela significativa desta minha conquista.

A Iran e A Lana que sempre torceram por mim, pelo mais sincero dos sentimentos, a verdadeira amizade;

A Marília, pela grande demonstração de amizade, apoio e incentivo imprescindível nesta etapa final da dissertação em quem pude me apoiar na resolução dos “pepinos” em meu trabalho;

Às amigas Elys Ana, Lúcia de Fátima e Roberta, que mesmo distantes, conseguem me transmitir força e confiança nesta jornada;

Aos meus superiores, Ten Cel Silveira, Ten Cel. F. Campos pela compreensão durante estes últimos meses que antecederam a defesa desta dissertação.

RESUMO

O presente estudo analisa as atuais relações e condições de trabalho que se estabelecem nas instituições do chamado terceiro setor, na cidade do Natal, no contexto da reestruturação produtiva e da crescente retração do Estado na prestação de serviços sociais, diante do novo trato dado à diferentes expressões da questão social. Aborda o trabalho do assistente social no enfrentamento das diferentes expressões da questão social nesses espaços, mediante a prestação de serviços sócio-assistenciais, como uma forma de trabalho coletivo, associada às condições e relações de trabalho, aos recursos disponíveis, as formas de organização e gestão da força de trabalho. São elementos que atingem e interferem no conteúdo, nas possibilidades de execução e no próprio resultado do trabalho do assistente social. A reforma do Estado, segundo preceitos da política neoliberal e a crescente retração dos investimentos públicos nas áreas de seguridade social (saúde, previdência e assistência), nas políticas de salário e emprego, além de expandir as parcerias entre as esferas públicas e privadas, na busca de serviços sociais de qualidade, diversificou as organizações demandantes do trabalho profissional, com o crescimento das organizações ditas do *terceiro setor*. Entretanto, a absorção dos assistentes sociais pelas instituições do *terceiro setor* em geral, tem como característica principal a precarização de suas relações de trabalho, a manutenção de um padrão salarial não unívoco, com destaque para os contratos com tempo determinado e/ou por tarefa, sujeitos à insegurança do trabalho. A pesquisa discute a partir de uma leitura crítica, numa perspectiva de totalidade o conceito de *terceiro setor*, interpretado como *uma ação que expressam funções e valores*, tratado como fenômeno real imerso e produto da reestruturação do capital pautado nos princípios neoliberais. Busca-se responder quais as relações de trabalho que nelas se estabelecem e sob que condições de trabalho o assistente social vem se inserindo neste espaço sócio-institucional no chamado *terceiro setor* e como tal realidade

repercute nas atuais condições de emprego para o assistente social na cidade do Natal, diante deste novo modelo de intervenção estatal que transfere significativa parcela da prestação de serviços sociais para distintos segmentos da sociedade, entre os quais o chamado *terceiro setor*. Os resultados da pesquisa indicaram que assim como os demais trabalhadores, o assistente social atravessa, igualmente, as crises, os dilemas, os avanços e os desafios presentes no mundo do trabalho, expressas na queda do padrão salarial, na ampliação dos contratos temporários, no desemprego, e nos requisitos cada vez mais seletivos para sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais, em que se concretiza seu trabalho profissional, resultando numa maior precarização de suas relações e condições de trabalho e maior vulnerabilidade na sua condição de emprego enquanto força de trabalho assalariada.

Palavras Chaves: Terceiro setor. Serviço Social. Relações de trabalho. Condições de trabalho.

ABSTRACT

The present study analyses the actual relations and work conditions found in the third sector in Natal city, in the context of productive restoration and increasingly retraction from the State in providing Social Service before the new approach that has been destined to the social issue. The study talks about the work of the social worker when fighting the different expressions the social issue has, such as social service provision as a way of teamwork associated to work relations and conditions, to accessible resources and quality control management. These are elements that affect and interfere in the accomplishment and in the work of the social worker itself. The State's improvement, according to neoliberal-political precepts and increasingly retraction from the public investment in the areas of social concern (health, social welfare, assistance) and in the wage and employment policy, besides expanding the partnership with the public and private areas, in search for social services with quality, it has diversified the structures of the professional work with the growth of the so called 'third sector' institutions. However, the absorption of the social workers by the *third sector* groups in general, has as major features the impoverishment of work relations, the maintenance of an unequal salary model, pointing out the deadline contracts and/or single tasks that generate work instability. The research debates, with a critical view and full perspective, over the conception of the *third sector*, interpreted as an action that expresses functions and values, treated as a real phenomenon generated from the restoration of the capital based on neoliberal principles. This study aims for responding what the established work relations are and under what work conditions the social worker has been fitting in the *third sector* and how such a reality echoes in the current work conditions for a social work in the city of Natal, before this new model of state intervention that transfers part of the social service provision to distinctive divisions of society, among them the so called *third sector*. The research results have shown that like the other workers the social worker passes through the same crises, dilemmas,

advances and challenges that occur in the world of employment and which are expressed in the drop of salary average in the growth of contemporary contracts, unemployment, and in the ever more selective requirements to one be included in the social spaces, where the professional work is done, having as a result a greater impoverishment of work relations and conditions as well as more vulnerability as a salaried occupation.

Key Words: Third sector. Social Service. Work relations. Work conditions.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - CLASSIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POR ATIVIDADES.....	72
Quadro 02 - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL.....	74
Quadro 03 - ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS.....	85
Gráfico 01 - ESPAÇO FÍSICO	93
Gráfico 02 - RECURSOS FINANCEIROS	95
Gráfico 03 - RECURSOS MATERIAIS	98
Quadro 04 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO.....	101
Gráfico 04 - FORMAS DE INSERÇÃO	104
Quadro 05 - DEMONSTRATIVO DOS SALÁRIOS PERCEBIDOS, JORNADA DE TRABALHO E TEMPO DE SERVIÇO.....	108
Quadro 06 - DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO DE SEGUNDO EMPREGO.....	110
Gráfico 5 - NÍVEL SALARIAL	110
Quadro 07 - NÃO RELAÇÃO DO SALÁRIO, JORNADA DE TRABALHO E TEMPO DE SERVIÇO	112

LISTA DE SIGLAS

ASS - Assistente Social

CRESS-RN - Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Norte

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INST - Instituição

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

ONG - Organização Não-Governamental

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PEA - População Economicamente Ativa

SEBRAE - Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMTAS - Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social

SESI - Serviço Social da Indústria

SUS - Sistema Único de Saúde

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNP - Universidade Potiguar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA DO ESTADO E A TRANSFERÊNCIA DA AÇÃO SOCIAL PARA O “TERCEIRO SETOR” NA ESTRATÉGIA NEOLIBERAL: Inflexões para o trabalho do assistente social	25
1.1 Reestruturação produtiva e o trabalho do Serviço Social	26
1. 2 A Reforma do Estado e a emergência de um novo padrão de intervenção social e o serviço social.....	35
CAPÍTULO 2 – “TERCEIRO SETOR” E A CONSTITUIÇÃO DE UM “NOVO” ESPAÇO SOCIOOCCUPACIONAL PARA SERVIÇO SOCIAL	50
2.1 Afinal, o que é o Terceiro Setor?	51
2.2 A transformação ideológica do Terceiro Setor em Sociedade Civil	59
2.3 O Serviço Social no contexto do <i>terceiro setor</i> : ampliação do espaço socioocupacional para o trabalho profissional.....	66
CAPÍTULO 3 - RELAÇÕES E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA O ASSISTENTE SOCIAL: O TERCEIRO SETOR EM NATAL	70
3.1 O assistente social, força de trabalho qualificada e sua inserção no espaço socioocupacional do <i>terceiro setor</i>	71
3.1.1 A Trabalho e as Condições Objetiva no Cotidiano do Fazer Profissional do Assistente social	91

3.2 A questão salarial e as relações de trabalho para o assistente social no <i>terceiro</i> setor.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

Situando o objeto de estudo

Pensar os novos espaços de trabalho e como se apresentam as *atuais relações e condições de trabalho para o assistente social nas instituições do denominado terceiro setor na cidade do Natal* pressupõe contextualizá-las frente às significativas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, as quais sinalizam:

a) uma nova acumulação de capital, em nível nacional, adaptada e subordinada à economia mundial, determinando um processo de reestruturação produtiva, que *altera/reconfigura substancialmente o mercado de trabalho*, afetando de maneira significativa a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, *as condições e relações de trabalho* (IAMAMOTO, 2000);

b) a inserção do Brasil nessa nova ordem mundial¹, de maneira integrada e submissa à economia globalizada, tornando-se totalmente dependente dos capitais externos, principalmente do capital especulativo (LESBAUPIN, 1999).

Sendo assim, altera-se radicalmente a relação entre o Estado e a sociedade² modificando-se a intervenção do Estado brasileiro e reduzindo-se seu papel, principalmente no que diz respeito aos mecanismos de regulação da produção, à gestão estatal e privada da força de trabalho e à *área de proteção social*.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o principal compromisso foi pagar credores internacionais, banqueiros e especuladores, revelando-se um Estado máximo para o capital e mínimo para as classes trabalhadoras. Isso só foi possível graças ao corte de gastos principalmente na área social, atingindo trabalhadores, aposentados, servidores públicos e reduzindo a possibilidade de emprego³. No período de 1995 a 1998, a análise dos

¹ Iniciada no governo Collor de Melo e desenvolvida no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995.

² Mudanças que se objetivam na forma de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, seja realizando-se privatizações de órgãos do Estado e/ou suprimindo-se direitos sociais e trabalhistas das quais a atual conjuntura capitalista necessita, ampliando, agravando, diversificando, tornando mais complexas as desigualdades sociais.

³ Segundo a *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)*, em 1999 a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Natal (RMN) registrada era de 17,3%, e a taxa de ocupação, de 82,7%, implicando a existência de 71.000 desempregados e 351.000 ocupados na região. Do total dos ocupados, 51,8% têm uma inserção precária no mercado de trabalho: 21,8% são autônomos; 10,4% trabalhadores do setor privado sem

gastos ditos sociais do governo FHC comprova a contenção e redução dos recursos alocados para a implementação das políticas sociais. Nesse processo de *sabotagem das políticas sociais* (LESBAUPIN, 1999), o governo FHC não se limitou aos procedimentos de cortes; utilizou também a *manipulação das receitas*, que foram deslocadas de seus fins originais para outros, como ocorreu com a CPMF que não foi incorporada ao orçamento da saúde.

Note-se que o sucesso alcançado pelo projeto político do grande capital deu-se, em grande medida, pela concentração de seus esforços na *reforma do Estado*, numa perspectiva neoliberal, colocando-se claramente numa ótica contrária aos princípios da Constituição Federal de 1988, pois tinha como alvo central de seus ataques o conjunto dos *direitos sociais*.

A aprovação da Constituição Federal de 1988 veio consagrar um profundo avanço social resultado das lutas dos diversos setores democráticos, iniciada nos anos 70, ao tempo que apontava para a construção de uma espécie de Estado de bem-estar social. Entretanto, veio a consolidar-se quando no cenário mundial, múltiplos processos concorriam para que ela fosse questionada. Sua implementação nos moldes de um Estado de bem-estar social encontrava grande resistência entre a burguesia, uma vez que sua prática equivalia, no plano econômico, à redução das taxas de exploração e, no plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle social (NETTO, 1999).

A sua inviabilidade, entretanto, não a exclui, mas situa a política social numa ótica diversa da proposta na Constituição Federal de 1988. Nesse projeto, a política social aparece inteiramente subordinada à orientação macroeconômica, orientada em parâmetros mercantis (NETTO, 1999). A *privatização*⁴ e *mercantilização* dos serviços sociais sinalizam para a *desresponsabilização do Estado* em face da sociedade, agindo como uma espécie de pronto-socorro social ao enfrentar a *questão social* de maneira focalizada, tendo um caráter basicamente *emergencial*.

A privatização refere-se especialmente à política de assistência, transferida para a chamada *sociedade civil* que em parceria com o Estado, se incumbiriam de construir uma ampla rede de proteção social, atribuindo à política de assistência um *caráter de não política*, retirando-lhe o estatuto de *direito social* e conduzindo à *refilantropização* (LESBAUPIN, 1999). A *desresponsabilização* do Estado, no trato da questão social, vem sendo

carteira de trabalho; 9,0% ocupados com outras atividades familiares e 10,6% empregados domésticos (Radiografia do Mercado de Trabalho: região metropolitana de Natal).

⁴ Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, que vende a sua força de trabalho para obtenção de seus meios de vida, a objetivação de seu trabalho se dá no âmbito de processos e relações de trabalho organizados pelos empregadores, que detêm o controle das condições necessárias à realização desse trabalho, de modo que as *alterações no mundo do trabalho*, no marco das relações entre Estado e a sociedade, atingem diretamente o trabalho cotidiano do assistente social e a solidariedade social.

supostamente compensada pela ampliação dos *sistemas privados*: mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópico-voluntários (terceiro setor).

É no discurso de *crise* que o Estado justifica sua retirada da responsabilidade social e a expansão dos serviços desenvolvidos no *terceiro setor*, que se distingue do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), enquanto não-governamental, não-lucrativo e voltado ao desenvolvimento social. Ao ser regulamentado deu origem a uma esfera dita pública não-estatal, constituída por organizações da sociedade civil⁵ de interesse público.

A crescente transferência de responsabilidades do Estado pelos problemas sociais para a sociedade, via *refilantropização do social*, *filantropia empresarial*,⁶ ampliação das organizações não-governamentais, privatização do público e desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais, *contribui em parte para ampliar e diversificar as fontes empregadoras do assistente social*, alterando significativamente as suas condições e relações de trabalho como também o conteúdo de sua atividade profissional, suas atribuições, funções e requisitos de qualificação.

Todas essas transformações impactam a questão social, alterando principalmente as formas de intervenção sobre essa questão, já que a responsabilidade pela rede de proteção social, deixa de pertencer apenas ao Estado, passando também, ora ao mercado ora à sociedade civil.

Essa nova lógica ganha espaço, e o chamado terceiro setor tem sido uma das alternativas de intervenção na questão social, com ações pontuais e fragmentadas, quebrando a lógica de direitos sociais e da universalidade, impactando na profissão de Serviço Social, na medida em que esta tem como base fundante para sua atuação as diferentes expressões da questão social, seu objeto de trabalho.

Partindo da compreensão de que a *política social* cria espaço de inserção ocupacional e de que essa política altera no atual contexto socioeconômico e político, pode-se afirmar que *a profissão de Serviço Social tende a sofrer as transformações relevantes na demanda e no campo de atuação, na modalidade de intervenção e no vínculo empregatício* (MONTAÑO, 2002)

O cenário apresentado é resultado de profundas mudanças provocadas pela acumulação flexível, que *altera substancialmente as relações e condições de trabalho*, via

⁵ “O terceiro setor congrega entidades das mais variadas naturezas que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Inclui sob o mesmo título, as tradicionais instituições filantrópicas; voluntariado ... as organizações voltadas para o interesse de grupos específicos, como mulheres, negros, povos indígenas e outros” (IAMAMOTO, 2000, p. 65).

⁶ Termo cunhado por Yazbek.

desemprego, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho, afetando o conjunto de profissões que intervêm no processo de reprodução da força de trabalho, entre elas o *Serviço Social*.

A absorção do trabalho profissional do assistente social nos organismos do terceiro setor vem diversificando o seu campo de atuação, que, além de enfrentar problemas sociais, vem absorvendo novas temáticas relacionadas à exclusão social, como a violência contra a mulher, entre outras. Estabelecem-se novas modalidades de intervenção social, agregando novos agentes sociais, entre os quais o voluntariado, que em muitos casos tem dividido tarefas e responsabilidades com o profissional de Serviço Social, sendo inclusive, organizado e treinado por este.

Pesquisas realizadas no Estado de Alagoas indicam que as instituições do chamado terceiro setor são as segundas que mais absorvem assistentes sociais (em primeiro lugar fica o Estado e, por último, as instituições de natureza privada), e que todos os profissionais que exercem voluntariamente a profissão atuam no terceiro setor⁷ (PRÉDES, 2002, p. 78).

Diversos órgãos têm buscado realizar um levantamento censitário acerca do número de instituições que compõem o terceiro setor, entretanto esse levantamento se dá em função do cadastramento voluntário às entidades que buscam caracterizar esse conjunto de instituições, por intermédio da captação de informações básicas, em muitos casos, via acesso de internet⁸.

A ABONG (*Associação Brasileira de Organização Não-governamental*) possui cinco instituições cadastradas com atuação na cidade do Natal,⁹ enquanto o *Instituto do Terceiro Setor*¹⁰ possui um cadastro de 69 instituições ditas do terceiro setor, reunindo, num mesmo espaço, organizações com interesses, espaços e significados sociais diversos, inclusive entidades de cunho religioso como a Sociedade Espírita de Cultura e Assistência; de cunho assistencial, como o Centro Natalense de Apoio às Comunidades Carentes – CENACC; relacionadas à saúde, como a Liga Norte-riograndense Contra o Câncer – LNRCC, entre outras. Já o Conselho Nacional de Assistência Social apresenta 60 instituições registradas

⁷ Mesmo que esse número seja inferior ao de assistentes sociais contratados pelas instituições do terceiro setor.

⁸ As instituições são requisitadas a preencherem os seguintes dados: nome, endereço, telefone, fax, *site*, *e-mail*, natureza jurídica, data de fundação, atividades, existência de computador com acesso à internet, número de funcionários e voluntários, ocorrência de parcerias com o setor público ou privado, fontes de recursos e público alvo.

⁹ AACC - Associação de Apoio às Comunidades do Campo; Casa Renascer; CEAHS - Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza; CF8 - Centro Feminista 8 de Março; e o SAR - Serviço de Assistência Rural. (Disponível em: www.abong.org.br. Acesso em: 13 jan. 2005).

¹⁰ (Disponível em: www.institutoterceirosetor.org.br/CasOng/RioGrandeNorte%20Natal-ViraFlor.htm - Acesso em 13 jan 2005).

junto ao órgão, como entidade beneficente de assistência social. Não existe um número preciso, visto que o Estado não possui mecanismos de controle dessas instituições.

É nesses espaços socioocupacionais vinculados ao terceiro setor que se encontram as profissionais de Serviço Social que se constituem nos sujeitos empíricos desta pesquisa. Integrante de uma profissão regulamentada de direito como uma profissão liberal¹¹. De fato o assistente social é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho especializada em troca do salário às instituições socioassistenciais, base organizacional do seu fazer profissional. Nessa condição, cabe ao empregador o direito de consumir essa força de trabalho durante uma jornada, segundo diretrizes políticas, objetivos e recursos de que dispõe a instituição empregadora, de modo que a compreensão do trabalho do assistente social não é indissociável da “análise das suas condições e relações de trabalho[...] recursos disponíveis[...], formas de organização e gestão da força de trabalho etc., visto que a afetam o conteúdo e as possibilidades de execução do próprio trabalho” (IAMAMOTO, 2000, p. 62).

Ora, é esse o contexto que altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições de assalariamento (IAMAMOTO, 2002, p. 19).

A inovação tecnológica e a nova ética de trabalho do capitalismo globalizado modificam as formas de organização e gestão do trabalho coletivo, que é organizado pelos empregadores, ou seja, as funções, requisições, qualificações, condições e relações em que o trabalho é exercido (jornada, salário, direitos trabalhistas e sociais, contratos de trabalho, sofrem grandes modificações).

Esse é um cenário no mínimo desafiador para os profissionais que intervêm no social, uma vez que sob os impactos das atuais transformações que já interferem no cotidiano de sua intervenção, a profissão enfrenta novas demandas, atribuições e competências, a

¹¹ Por não dispor do controle das condições materiais e organizacionais de seu exercício, este profissional não desempenha suas atividades como profissional autônomo, ou seja, é um profissional autônomo de direito, mas não de fato.

exigência de novos conhecimentos técnicos e operativos, ao lado de suas práticas de sempre (YAZBEK, 1995).

É justamente pensando nos processos de trabalho¹² nos quais se insere o Serviço Social e nas *transformações operadas tanto na esfera da produção quanto na do Estado* que se pretende pensar, apreender, analisar e interpretar as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social no denominado terceiro setor em Natal.

Para se avançar nas reflexões sobre o tema, adotar-se-á uma *perspectiva crítica e de totalidade*, sobre o conceito de *terceiro setor*, interpretado como “ações que expressam funções e valores” e tratado como fenômeno real e produto da reestruturação do capital pautada em princípios neoliberais (MONTAÑO, 2002, p. 22)

A proposta deste estudo parte do pressuposto de que o Serviço Social constitui-se numa profissão com espaço e reconhecimento junto ao terceiro setor, sendo diversificada a leitura feita pelos profissionais de Serviço Social desse emergente espaço¹³.

É importante destacar que, no atual contexto, tais instituições exercem um importante papel político¹⁴. Desse modo, indaga-se como ocorre a inserção do assistente social neste *novo* espaço socioocupacional frente ao novo modelo de intervenção estatal, que transfere significativa parcela da prestação de serviços sociais para distintos segmentos da sociedade, entre os quais o chamado terceiro setor.

Algumas pesquisas¹⁵ sobre o vínculo contratual nas ONGs, um dos segmentos do terceiro setor, mostram a existência de uma grande variedade de contratos, apontando para

¹² “Ao se falar de processos e relações de trabalho, tem-se em vista que, assim como a mercadoria é unidade de valor de uso e de valor de troca, o processo de produção capitalista de bens e serviços é unidade de processo de trabalho e de produção/distribuição de valor. Trata-se de considerar os processos de trabalho, tanto em seus componentes universais, como valores de usos, presentes em qualquer sociedade (objeto ou matéria-prima, meios ou instrumentos de trabalho, o próprio trabalho e seus produtos), quanto em suas implicações na produção de valor e de mais-valia - ou sua distribuição. As duas dimensões referidas no processo de produção - processo de produção de valores de uso e de valor - são, também, dois ângulos indissociáveis da leitura dos processos e relações de trabalho em nossa sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 14)

¹³ Pelo menos quatro tendências podem ser destacadas: Primeiro, existem os que rechaçam instantaneamente a idéia de “envolverem-se” com essas entidades; Depois, há os que se agarram às instituições do terceiro setor e, em especial, às ONGs como forma de construção da cidadania e da ampliação dos direitos. Na terceira posição estão os que concordando ou discordando com a ampliação das ONGs, as vêem como um movimento irreversível e natural, não buscando alternativas de ruptura, de transformação; só a adaptação, a manutenção da “ordem”. Na quarta possibilidade, estariam os que percebem esse campo como um espaço de contradição, de luta, onde transitam o capital e o trabalho, nas suas incessantes lutas por hegemonia (ANDRADE, Enpess).

¹⁴ Esse setor tem procurado discutir com diversas organizações, inclusive com os movimentos sociais, temas de extremo interesse dos trabalhadores, como aconteceu no Seminário Nacional sobre a Reforma da Previdência Social, realizado em São Paulo-SP, nos dias 21 e 22 de março de 2003, pela Inter-Redes (espaço de articulação de redes de ONGs e movimentos sociais). Um dos objetivos do encontro foi informar (e qualificar) sobre a situação atual da Previdência Social e dos olhares sobre as propostas de reforma em curso; e gerar e promover, na Inter-Redes, um debate sobre o tema Previdência Social.

¹⁵ Sobre o assunto, ver o capítulo II, item 6: Inflexões da (contra-)reforma neoliberal e da funcionalidade do terceiro setor no Serviço Social (Carlos Montano: Terceiro setor e Questão Social).

uma maior instabilidade dos assistentes sociais, uma sobrecarga do exercício profissional, com o aumento do número de atendimentos, forte presença de contratos terceirizados, elevado nível de rotatividade no setor e salários propostos inferiores aos de outros profissionais, considerando-se, ainda, a jornada diária de oito horas.

E como esse quadro se apresenta para o assistente social na cidade do Natal? Sob que condições o assistente social vem se inserindo nesse *novo* espaço socioocupacional? Que as condições e relações de trabalho se apresentam para a categoria? O que isso implica para a prática (um dos elementos do processo de trabalho) do assistente social?

Pesquisa realizada por Nicolau (2005), sobre o vínculo empregatício do assistente social, na área da assistência à criança e ao adolescente no município de Natal, traz um dado intrigante. Dos 30 profissionais entrevistados, vinte e sete mantinham vínculo empregatício com o Estado, mesmo que estivessem desenvolvendo suas atividades em organizações ditas do *terceiro setor*. Quanto às demais profissionais: uma, mantinha vínculo empregatício com uma ONG; outra, com uma instituição filantrópica; e a última, com uma instituição particular. As duas últimas profissionais citadas não tinham contrato efetivo, em virtude da incerteza da continuidade da parceria entre o Estado e a instituição.

Nota-se que a absorção pelas organizações não-governamentais tem como característica principal a *precarização do trabalho*: manutenção de um padrão salarial não-unívoco nem sempre observando-se os direitos previdenciários e trabalhistas. Destacam-se contratos por tempo determinado e/ou por tarefa, sujeitos à insegurança do trabalho.

Nesse sentido, pretende-se analisar as atuais relações e condições de trabalho que se apresentam para o assistente social no chamado *terceiro setor na cidade do Natal*, diante do novo trato dado à questão social, no contexto de reestruturação produtiva e da tendência de crescente retração do Estado na prestação de serviços sociais.

Mas como as mudanças verificadas no mundo do trabalho¹⁶, que alteram, dimensionam e redimensionam a demanda das políticas sociais (IAMAMOTO, 2000), modificam as exigências e os requisitos para a ocupação desses postos de trabalho, provocando mudanças significativas nas relações de trabalho?

A partir deste estudo, pretende-se subsidiar a atividade profissional do assistente social diante desse novo espaço socioocupacional e das novas demandas apresentadas; indicar elementos que possibilitem a ampliação de sua competência no exercício profissional;

¹⁶ Como forma de especialização do trabalho condicionado pela divisão sociotécnica do trabalho, as alterações históricas macroscópicas aqui apresentadas refratam-se tanto nas *demandas* sociais postas à profissão como na *formulação de respostas* acadêmico-profissionais.

alimentar nesse profissional, uma atitude investigativa em relação a seu cotidiano profissional; enriquecer o processo de formação profissional; contribuir para as discussões acerca da inserção do Serviço Social no terceiro setor, articulado às transformações históricas vivenciadas pela sociedade; contribuir para as pesquisas que revelem as tendências do mercado de trabalho para o Serviço Social no Brasil, frente à emergência desse novo espaço socioocupacional, ou seja, contribuir como fonte de informação, para os cursos de formação profissional, visto que a estes cabe o fornecimento de parte dos recursos (técnico-profissionais e intelectuais) usados pelo profissional.

2 Detalhamento metodológico

O presente estudo parte do referencial teórico que analisa a constituição do espaço socioocupacional do Serviço Social vinculado ao desenvolvimento do capitalismo monopolista e do processo de agravamento da questão social, realçando o significado histórico da profissão nessa sociedade.

O delineamento metodológico para a viabilização deste estudo constitui-se numa análise crítica e reflexiva impulsionada pela necessidade de se conhecer melhor esse novo espaço socioocupacional que se abre para o Serviço Social, apreendendo a relação existente entre terceiro setor e o Serviço Social, não de forma focalizada ou fragmentada, mas numa perspectiva de totalidade, identificando suas múltiplas determinações e implicações para a profissão.

Como objeto de investigação, a presente pesquisa centralizará suas reflexões sobre as condições e relações de trabalho que se apresentam no chamado terceiro setor e os rebatimentos delas no trabalho do assistente social, analisando-as no contexto de reestruturação do capital, da reforma do Estado e da crescente ampliação do espaço socioocupacional do Serviço Social no terceiro setor.

A pesquisa centra-se no apreender as relações e condições objetivas de trabalho dos assistentes sociais nos espaços socioocupacionais das instituições que conformam o denominado *terceiro setor*, analisadas no contexto das transformações societárias contemporâneas que repercutem na profissão de Serviço Social, na forma de sua inserção no trabalho, na sua condição de emprego/desemprego, na questão salarial, na jornada de trabalho, nas formas de contratação, no conteúdo e nos resultados de trabalho.

Coerente com essas reflexões, definiu-se como estratégia para a realização desta pesquisa a utilização da técnica de *entrevista semi-estruturada*¹⁷, associada à *observação livre*¹⁸ *viabilizada no momento das entrevistas*, com um grupo de profissionais - assistentes sociais - atuantes em instituições vinculadas ao terceiro setor.

A definição e a constituição desse grupo permitiu situar concretamente os sujeitos no seu *locus* de trabalho. Também, tornou possível o estudo e a leitura da realidade empírica e o aprofundamento de questões e a apreensão da dinâmica institucional em que estão circunscritos e relacionados os sujeitos, o seu trabalho, suas condições e relações de trabalho.

A constituição do grupo de pesquisa se orientou pelo seguinte critério: ser o sujeito vinculado a instituição do terceiro setor, assumindo, na hierarquia da instituição, função de administração, assessoria, chefia ou execução, na implementação dos serviços.

Dos 16 profissionais que integram o grupo de pesquisa, todos, receberam formação profissional nos cursos de Serviço Social da Região Nordeste, predominantemente na UFRN (um formou-se na FACEX e outra na UFPB), sendo, quatro delas, com formação profissional orientada pelo currículo antigo e doze pelo atual. São bacharéis em Serviço Social, demandados historicamente para o exercício profissional no campo da assistência; são sujeitos que trabalham e cidadãos, todos, mulheres, que trazem em sua herança cultural valores, hábitos e costumes característicos de seus grupos de origem, de pertença e de relações. Ao mesmo tempo, são profissionais que se apropriaram da linguagem específica de sua formação. Muitos deles participaram de cursos de extensão e de especialização que vêm sendo oferecidos com regularidade pela UFRN, visando à capacitação e à atualização dos profissionais egressos do curso de Serviço Social bem como de profissionais em atuação nas instituições, sobretudo aquelas consideradas neste trabalho.

Adotou-se um caminho metodológico que permitiu aprender o máximo possível de informações com clareza e objetividade. Teve-se como princípio o entendimento de que uma pesquisa não deve orientar-se apenas por critérios quantitativos, para garantir uma maior representatividade dos dados empíricos e que a amostra deve abranger a totalidade da problemática investigada em suas múltiplas facetas e dimensões. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa parece ser a mais indicada, em função dos propósitos desta pesquisa, associada à pesquisa quantitativa.

¹⁷ Neste caso, a entrevista padronizada ou estruturada, permitiu-nos, como entrevistadora, seguir um roteiro previamente estabelecido (MARCONI, 1996).

¹⁸ Observar, no sentido de destacar de um conjunto algo especificamente determinante, prestando atenção em suas características mais importantes.

O caminho percorrido constituiu-se de quatro etapas articuladas, não necessariamente sucessivas:

a) A primeira etapa precedeu ao levantamento bibliográfico e documental sobre o objeto em questão, incluindo o estudo, a revisão e a classificação das principais fontes subsidiadoras das análises, em particular, e do estudo, em geral.

A pesquisa bibliográfica baseou-se em estudos e análises de material publicado em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema, sobretudo sobre as transformações do mundo do trabalho, reforma do Estado, terceiro setor e mercado de trabalho para o assistente social, numa perspectiva analítico/crítica que articula o surgimento e o significado da profissão com as relações sociais e com os processos históricos vivenciados na sociedade. Ao mesmo tempo, procedeu-se ao estudo exploratório do campo da pesquisa, na perspectiva de identificar as instituições que conformam o terceiro setor e, sobretudo, de delimitar o grupo de assistentes sociais entrevistado. Segundo dados do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)¹⁹, no Estado do Rio Grande do Norte existem 222 instituições registradas²⁰; destas, 46 possuem o Certificado²¹ de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS). Esse certificado habilita a entidade a comprovar sua condição de filantrópica perante a sociedade civil e o Governo, sendo necessário à instrução de pedidos de benefícios²² concedidos pelo Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, permitindo, ainda, receber subvenções e firmar convênios com esses Poderes. Das instituições registradas, 60 localizam-se na cidade do Natal e 21 possuem o CEAS (ver anexos A e B). Deste universo, foram entrevistados 16 assistentes sociais, que desenvolviam alguma atividade remunerada ou voluntária, inseridas em 13 dessas instituições²³. Quinze assistentes sociais permitiram a gravação das falas, enquanto uma entrevistada não o permitiu.

¹⁹ O CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) é um órgão superior de deliberação colegiada, de composição paritária (Sociedade Civil e Governo), vinculado ao Ministério da Assistência e Promoção Social, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

²⁰ O *Registro* é a inscrição da entidade no CNAS como condição prévia e necessária a seu reconhecimento como entidade beneficente de assistência social.

²¹ O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é o documento de expedido pelo CNAS, reconhecendo que a instituição sem fins lucrativos atua na área beneficente de assistência social.

²² Isenção de contribuições sociais e imunidade tributária. A isenção de contribuições sempre depende de lei específica que as conceda; já a imunidade de impostos decorre da própria Constituição Federal, e é prevista no art. 150, inc. VI, letra c.

²³ As entrevistadas foram numericamente identificadas de “1” a “16” (Exemplo: ASS1 - Assistente social 1) e os órgãos empregadores (entidades sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, organizações não governamentais) igualmente numerados, totalizando treze instituições.

b) A segunda etapa consistiu do trabalho de campo propriamente dito, em que se procedeu à coleta de dados na investigação social, através da *entrevista*²⁴ *semi-estruturada*, por entender-se que esse tipo de técnica atende as necessidades da pesquisa, por permitir certa flexibilidade, mesmo em esquemas pré-estabelecidos. Nesse momento foi possível articular a observação à *entrevista semi-estruturada*. A *entrevista* gravada constituiu-se em instrumento privilegiado, que possibilitou revelar, através do discurso, as concepções que norteiam a ação profissional das assistentes sociais e ainda, traçar o perfil econômico e profissional delas, visando apreenderem-se as condições de contratação, de inserção profissional, de trabalho e de qualificação dessas profissionais.

c) A terceira etapa correspondeu à análise e interpretação²⁵ dos dados em relação aos objetivos propostos e ao tema. Foi possível, nessa etapa, organizarem-se importantes indicadores qualitativos sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social no chamado terceiro setor e identificarem-se as implicações para a profissão e, em última instância, para o mercado de trabalho do assistente social.

d) A quarta etapa correspondeu à redação do trabalho dissertativo, elaborada a partir de uma fundamentação teórica estabelecendo-se mediações com os dados empíricos, e o aprofundamento teórico das análises e interpretações formuladas no trabalho final.

A dissertação está estruturada em três capítulos, os quais preservam suas especificidades, mantendo entre eles, a lógica e a coerência essenciais às exigências da investigação social e sua exposição, tendo em vista a preservação de uma unidade.

No primeiro capítulo, tece-se uma discussão sobre o processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado e suas repercussões na profissão do Serviço Social. O segundo capítulo, centra-se nas discussões em torno do Terceiro setor, emergência e desenvolvimento e suas implicações para a profissão do Serviço Social. E no terceiro capítulo, desenvolve-se uma interlocução entre as principais transformações societárias e os dados coletados durante a pesquisa junto aos assistentes sociais entrevistados, buscando-se identificar *as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social no terceiro setor na cidade do Natal*. Finaliza-se com algumas considerações acerca do estudo, seguindo-se das referências bibliográficas que subsidiaram a construção desse conhecimento em torno do *terceiro setor, do mercado de trabalho e do Serviço Social*.

²⁴ desempenhou papel importantíssimo no contexto de descoberta e num contato mais direto com a realidade pesquisada.

²⁵ Análise entendida enquanto “[...] a tentativa de evidenciar as relações existentes, entre o fenômeno estudado e outros fatores.” E a interpretação entendida enquanto “[...] atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos.” (MARCONI, 1996, p. 32)

CAPÍTULO 1 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA DO ESTADO E A TRANSFERÊNCIA DA AÇÃO SOCIAL PARA O TERCEIRO SETOR NA ESTRATÉGIA NEOLIBERAL: Repercussões no trabalho do assistente social

No contexto das transformações societárias, a reestruturação produtiva e/ou o novo ciclo do capital, além de direcionar um conjunto de mudanças no âmbito da produção e da organização social, também direcionou uma nova legitimação e intervenção da gestão estatal no âmbito das relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, bem como determinou a reconfiguração de suas disposições e seus papéis.

Como ressalta Mota (1998, p. 24), a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, além de determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, “provoca impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, entre elas a do Serviço Social.”

Por outro lado, a reforma do Estado fundamentada em parâmetros neoliberais, com a crescente retração dos investimentos públicos nas áreas de seguridade social (saúde, previdência e assistência), nas políticas de salário e emprego, além de expandir as parcerias entre as esferas pública e privada, *diversificou as organizações demandantes do trabalho profissional* incorporando nessas parcerias as organizações não-governamentais (ONGs), uma dos tipos de instituições que integram o denominado terceiro setor, *ampliando os espaços ocupacionais para o Serviço Social*.

Identificar quais as relações de trabalho e sob que condições os profissionais de Serviço Social vêm se inserindo nesse novo espaço ocupacional na cidade do Natal exige leitura e interpretação das mudanças conjunturais que vêm afetando o mundo da produção e a intervenção do Estado no campo das políticas sociais.

1.1 A reestruturação produtiva e o trabalho do Serviço Social

A partir dos anos 90, o Brasil passa por um processo de reestruturação produtiva²⁶, com a introdução de novas formas de gestão e organização da produção e do trabalho. Essas mudanças nas relações de trabalho acentuaram a tendência de precarização das ocupações e a persistência das elevadas taxas de desempregados, subempregados.

É importante destacar que a discussão sobre os rebatimentos da reestruturação produtiva no Serviço Social requer, em primeiro lugar, situá-la no contexto de crise capitalista e na emergência de um novo ciclo do capitalismo, permeada por uma restauração econômica do capital e a conformação de um cenário de intervenção política das classes e do próprio Estado nas condições da reprodução social. Em segundo lugar, a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da nova força de trabalho, provoca *impactos nas práticas sociais* que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, em que se insere o assistente social.

As transformações societárias contemporâneas atingem a dinâmica da vida social incidindo fortemente “nas profissões, em suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implantação, suas funcionalidades” (NETTO, 1996, p. 87) e diretamente nas esferas do trabalho. Observe-se quanto é importante pensar, nesse contexto, como se vêm dando as alterações e o redimensionamento do trabalho do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, e os impactos que ele sofre como *trabalhador e profissional* nas suas condições e em seus espaços de trabalho.

As alterações no padrão de acumulação capitalista, sob a égide do capital financeiro, em resposta à crise do capital, surgido no cenário internacional a partir dos anos 70, vêm consolidando um novo padrão, denominado por muitos de *acumulação flexível*²⁷. Impulsionadas pela revolução tecnológica de base microeletrônica e pela robótica, verificam-se profundas alterações no âmbito da produção e comercialização, nas formas de gestão e

²⁶ Entendida como “um processo de restauração econômica do capital e ambiente de intervenção política das classes e do Estado nas condições de reprodução social” (MOTA, 1998, p. 23).

²⁷ Conforme Ianni (1994, p. 5), “O padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e as técnicas de organização do trabalho, torna o trabalhador polivalente, abre perspectivas de mobilidade social vertical e horizontal, acima e abaixo, mas também intensifica a tecnificação da força produtiva do trabalho, potenciando-a. O trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais-valia. Em última instância, o que comanda a flexibilização do trabalho e do trabalhador é um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global”.

consumo da força de trabalho, na organização dos processos de trabalho, no perfil do trabalhador e no movimento sindical.

A automação fragmentada (que caracterizou o modelo taylorista/fordista) vem sendo substituída gradativamente pela polivalência, ou seja, pelo processo em que a força de trabalho procura adequar-se ao novo sistema de automação flexível.

O perfil do trabalhador altera-se, rompe-se a relação homem/máquina que fundamenta o fordismo. O trabalhador já não opera apenas uma máquina, mas deve ser capaz de operar várias máquinas combinadas a algumas tarefas. O trabalho passa a ser realizado em equipe e os níveis de qualificação exigidos são bem mais elevados. Esta não se restringe à mera qualificação técnica, mas refere-se também à subjetividade do trabalhador, que, sob nova roupagem, deve estar moldado aos objetivos empresariais. *Participação e envolvimento* são ingredientes indispensáveis para a construção de um consenso dentro da empresa e para a concretização dos objetivos relativos aos seus níveis de produtividade.

Quanto às mudanças nas formas de gestão da força de trabalho, as empresas vêm investindo significativamente em treinamento, com o intuito de melhorar a qualidade e a produtividade. Novas estratégias gerenciais são utilizadas como os *círculos de controle de qualidade* (CCQ), a prática da *terceirização*²⁸, *kanban*, e outras.

Observando-se atentamente, vê-se que, no mundo do trabalho, tornam-se mais evidentes os efeitos mais negativos do processo de reestruturação produtiva. O trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do terceiro mundo, sofre o que Antunes (1997, p, 41) define como processo de *desproletarização*²⁹, aliado ao processo de *subproletarização*³⁰, este caracterizado pelo aumento do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado, tendo ambos em comum as formas precárias do emprego, da remuneração, a regressão dos direitos sociais³¹ e a desregulamentação das condições de trabalho.

²⁸ No princípio dos anos 90, inicia-se a década da qualidade total. Para todos os setores produtivos de bens e serviços há uma verdadeira campanha para que as culturas gerenciais sejam substituídas por uma cultura da qualidade. As práticas de qualidade total e de terceirização, nos anos 90, gradualmente, vão se estendendo a todas as atividades da economia, independente do porte das empresas e servindo de indicador das chamadas “empresas modernas”, distinguindo-as das tradicionais. Ver, a propósito, Druck (1998, p. 45-68) e Antunes (1995, p.13-38).

²⁹ Fenômeno que reduziu a classe operária estável nos países com capitalismo avançado, atingindo em proporção maior ou menor nos países industrializados do terceiro mundo.

³⁰ Uma massa de trabalhadores assalariada no setor de serviços.

³¹ “Os professores universitários perderam o direito de se aposentarem com o tempo de contribuição reduzido, sendo tratados de maneira diferenciada dos demais professores. A aposentadoria especial, devida aos trabalhadores expostos a condições em que sua saúde e integridade física estejam ameaçadas, antes era concedida com base em uma lei que definia a relação dos agentes nocivos; após a “reforma”, essa lista passa a

Ora, as relações de trabalho são determinadas no confronto entre o trabalhador, o empregador e os sindicatos, sob a orientação das normas sociopolíticas e institucionais, definidas pelo governo, através da legislação social e trabalhista. Nesse confronto, determina-se uma política de emprego, salário e seguridade social - na venda da força de trabalho - e, sobretudo, são estabelecidos os salários indiretos (vale-transporte, vale-refeição, salário-educação, cesta básica, assistência à saúde etc.) constituindo-se também, em mecanismos de obtenção do consentimento do trabalhador na sua condição de assalariado e de explorado.

Nesse processo, o movimento sindical é diretamente afetado, restringindo sua atuação, com propostas que buscam atenuar de alguma forma os impactos dessas transformações sobre a força de trabalho, seja através da articulação com as comissões de fábricas ou da realização dos Acordos Coletivos de Trabalho. Porém a fragmentação da força de trabalho - com a diminuição do número de trabalhadores formais (com carteira assinada e com um mínimo de garantias sociais) e o aumento do número de trabalhadores informais³² - tem contribuído para o seu enfraquecimento de modo que a classe trabalhadora torna-se mais *heterogênea* e mais *fragmentada*, a que se expressa na constituição de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos do emprego formal, sujeitos ao trabalho desprotegido.

O período 1995-98 mostra uma redução da geração de postos de trabalho formais todos os anos, ocorrendo, ao final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, uma redução de 897.000 empregos formais (MATTOSO, 1999). No governo Lula, o número de empregos sem carteira, como os autônomos, chega a responder por 85% dos postos de trabalho gerados, revelando uma intensificação do processo de precarização do trabalho³³. Essa realidade se repete, em menor ou maior grau, em vários espaços regionais.

Em Natal, existem quase 115 mil postos de trabalho precários (num universo de 260 mil postos), com 56 mil empregados sem carteira assinada, 3.000 trabalhadores não remunerados e outros 55 mil trabalhadores por conta própria, que, via de regra, não fogem ao trabalho precarizado. Atualmente, em Natal, em cada grupo de cinco pessoas pertencentes à PEA, uma está desempregada e outra trabalha por conta própria (FREIRE J, 2005).

ser definida pelo Executivo, e uma ordem de serviço interna retira o direito daqueles trabalhadores que, segundo a empresa, utilizaram equipamentos de proteção” (BEHRING, 2003, p. 263 e 264).

³² ³² Entre 1991 e 1995, houve um aumento da participação dos trabalhadores sem carteira assinada (passaram de 22,7% para 25,40%), a redução dos trabalhadores com carteira assinada (caem de 52,86% para 47,71%) e o aumento dos trabalhadores por conta própria, que saltaram de 19,73% para 21,61% (MOTA, 1998).

³³ Segundo Carvalho (2003), a precarização do trabalho se expressa numa dupla dimensão: na precariedade do emprego e do salário - penetrando no núcleo dos trabalhadores assalariados - atingindo, portanto, os que ainda mantêm vínculo formal de empregos; na expansão e avanço do setor informal, que, ao romper o vínculo empregatício formal, sobrevive sem a garantia de direitos e benefícios sociais.

Porém a maior e pior consequência evidenciada até hoje é a expansão do *desemprego estrutural* em escala global. No governo FHC, as taxas de desemprego continuaram crescendo tanto entre os trabalhadores de menor escolaridade quanto nos setores de maior escolaridade e formação (sobretudo no ano de 1998), afetando mais intensamente a classe média (MATTOSO, 1999), em virtude de um maior crescimento não só do desemprego como do número de *inempregáveis*³⁴.

Pesquisa do IBGE, em 2001, mostra que, de 1991 a 2000, no Brasil, o mercado de trabalho encolheu, revelando um alto grau de vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros: a taxa média de desemprego passou de 4,8% em 1991 para 6,3% de janeiro a novembro de 2001; a parcela inativa da força de trabalho (pessoas com 15 anos ou mais que não trabalham nem procuram emprego) passou de 39% em 1991 para 43,6% em novembro de 2001; a população ativa (pessoas ocupadas ou procurando trabalho) caiu de 61% em 1991 para 56,4% em novembro de 2001; e o tempo médio de procura de emprego cresceu, passando de 13,31 semanas (cerca de três meses) semanas em 1991 para 20,55 (por volta de cinco meses) em novembro de 2001 (CARVALHO, 2003).

No governo Lula, o desemprego medido pelo DIEESE vem oscilando em torno de 20%, apresentando queda na produção industrial, com vários setores experimentando *crescimento* abaixo de zero, como é o caso da construção civil, que decresceu cerca de 8%. Apenas a agroindústria teve um crescimento por volta de 24% da safra. Entretanto tal crescimento não repercute no mercado interno, visto ser uma produção voltada fortemente para a exportação, assim como não altera o desempenho da renda e do emprego, por tratar-se de um setor mecanizado, com altos índices de produtividade (BRAZ, 2004).

Observe-se que, nos meandros do ajuste brasileiro, na ordem do capital, segundo Carvalho (2003, p.143), ocorre um aprofundamento da “desigualdade estrutural entre ricos e pobres na sociedade brasileira decorrente da vulnerabilização do trabalho face à ofensiva liberal”, vulnerabilização essa, que se expressa na deteriorização do mercado de trabalho, indicada por diferentes fenômenos que contemporaneamente afetam a *classe-que-vive-do-trabalho*³⁵.

Pesquisa realizada sobre a dinâmica e as características do mercado de trabalho em Natal traz-nos alguns dados significativos sobre a cidade do Natal. Conforme o censo

³⁴ Os *inempregáveis* são os trabalhadores atingidos pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, gerados pela dita “modernidade” liberal imposta ao país nos circuitos do ajuste. Esses *inempregáveis* se somam à crescente população de marginais urbanos e aos camponeses empobrecidos e trabalhadores sem-terra e, agora, também aos trabalhadores sem-teto neste Brasil espontaneamente injusto e desigual (CARVALHO, 2003).

³⁵ Termo usado por Ricardo Antunes no livro *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (1995)

demográfico de 2000, a População Economicamente Ativa (PEA) de Natal, era de 318.820 pessoas, das quais 261.172 estavam ocupadas, o que significa uma taxa de 18,08% de desemprego - aproximadamente 58.000 pessoas desempregadas (FREIRE J., 2005, p. 11).

Note-se que a inserção do Brasil na nova ordem do capital, a partir dos anos 90, embora tardiamente no contexto da América Latina³⁶, viabilizou de forma intensiva, segundo Carvalho (2003, p. 144, 145) “a abertura da economia, a reestruturação produtiva e o baixo crescimento econômico nos processos de ajuste subordinado, periférico e seletivo do país a essa nova ordem”. São elementos que, para Carvalho (2003, p. 144, 145) “significativamente alteram o perfil do mercado de trabalho, transformando o desemprego na grande ameaça contemporânea, difundindo um clima de insegurança do trabalho e no trabalho”, associada à denominada e grave precarização do trabalho - e convivendo com ela - além da substituição do trabalho humano pela máquina.

O fenômeno da automação vem substituindo gradativamente o trabalho humano por máquinas automatizadas, utilizadas no setor industrial como também na agroindústria, o que torna alguns postos de trabalho obsoletos, fazendo-os desaparecer do mercado do trabalho. No setor de serviços, verifica-se uma crescente difusão do auto-serviço, de modo que uma série de atividades foi transferida das mãos dos funcionários para as dos usuários, como ocorreu no setor bancário, com a rápida expansão dos caixas eletrônicos e dos serviços que podem ser realizados pelo acesso à internet.

De modo geral, pode-se afirmar que a terceira revolução industrial³⁷ afetou profundamente os processos de trabalho, expulsando milhões de pessoas de seus empregos³⁸ que cumpriam tarefas rotineiras, que exigiam apenas um repertório limitado de conhecimentos, portanto, nenhuma necessidade de improvisar, diante de situações imprevistas (SINGER, 2000).

³⁶ Enquanto a maioria dos países da América Latina viabilizou suas experiências de ajuste à nova ordem do capital na década de 1980, o Brasil só deflagra tal inserção nos anos 1990, na “era Collor”, consolidando-a na “era FHC”, com o Plano Real, que, efetivando uma reforma monetária e cambial, viabiliza a tão festejada estabilidade, pré-condição indispensável para a implementação do modelo de ajuste imposto aos países periféricos (CARVALHO, 2003, p. 135,136).

³⁷ É uma revolução industrial tão importante quanto ou mais do que a provocada pela máquina a vapor, na Europa do século XVIII, e a que acompanhou o modelo americano de produção em série, no início do século XX. As revoluções anteriores caracterizam-se pela expansão da economia, num quadro acelerado de ofertas de emprego. A revolução atual tem origem na competição industrial, na guerra de mercado entre países e na internacionalização, cada vez maior, da economia, decorrendo daí um amplo processo de modernização do capitalismo. Todavia, a expansão econômica resultante desse processo é seguida de uma redução na oferta de empregos.

³⁸ Em 1999 a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo foi de 19,3%; em Porto Alegre, de 19,0%; e, em Belo Horizonte, de 17,9%. Em Salvador e Recife, a taxa alcançou respectivamente, 27,7% e 22,1%; no Distrito Federal, 21,6%; e em Natal a taxa atingiu 17,3% da população economicamente ativa (Fonte: Radiografia do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Natal, p. 15 e 169).

O Brasil situava-se em nono lugar, com 964,2 mil desempregados, em 1980, enquanto era a sexta maior população do mundo. Em 1990, quando o passou a ser a quinta maior população do mundo, situava-se no sexto lugar na lista dos maiores índices de desemprego. Em 2000, assumiu a segunda posição, com 11,4 milhões de pessoas sem emprego. Os números mostram que, em 2000, o Brasil respondia então por 3% População Economicamente Ativa (PEA) no mundo; e por 7% do desemprego³⁹.

A relativa redução do emprego do *trabalho vivo*, diante da crescente incorporação do *trabalho morto*, por intermédio da absorção da ciência e da tecnologia nos processos produtivos, mostra a atual tendência do capital a desenvolver as forças produtivas do trabalho social e transformá-las em forças produtivas por excelência. O ritmo da acumulação capitalista é otimizado, produzindo, conseqüentemente, uma população excedente para as necessidades médias do capital, com mínimas chances de inserir-se no mercado de trabalho, excluída de toda a riqueza objetiva, dotada de mera capacidade de trabalho e alijada das condições necessárias à sua realização objetiva⁴⁰ (IAMAMOTO, 2001).

Pesquisas sobre o ganho de produtividade no Brasil entre 1991 e 1995 demonstram que o crescimento da produtividade se fez acompanhar da redução do nível de emprego industrial. Portanto, se a reestruturação produtiva, em alguns países, se caracterizou pelas mudanças nos processos técnicos de trabalho nas empresas, no Brasil a reestruturação tem se caracterizado pela abertura de capital, privatização das empresas estatais, terceirização, demissão de trabalhadores e aumento da produtividade em até cem por cento. São novos ganhos em produtividade que não derivam necessariamente de investimentos pesados em maquinário e automação, mas, graças aos novos processos de trabalho, aos métodos de gestão, e à custa da perda do emprego de milhões de trabalhadores (MOTA, 1998).

Se, para a burguesia, o movimento da reestruturação produtiva⁴¹ responde à *estratégia de passivação da classe trabalhadora*, para os trabalhadores tem significado a construção de outras formas de sociabilidade, marcadas por iniciativas pragmáticas de

³⁹ Estudo da Secretaria de Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. *Site*: www.brics.dk, Acesso em 17 ago. 2002.

⁴⁰ Condenado pela divisão social do trabalho à pobreza virtual, porque destituído de qualquer propriedade que não sua força de trabalho, que em si é mera potência ou capacidade e só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos proprietários do capital. Essa condição de pobre tende a se ampliar para parcelas cada vez maiores da população, dada a tendência do capital de reduzir o trabalho necessário como condição de ampliar o trabalho excedente, fazendo crescer, conseqüentemente, a população “sobrante” para as necessidades médias da produção capitalista (IAMAMOTO, 2001).

⁴¹ Movimento que se funda em diretrizes da economia de mercado e da crescente subordinação dos projetos sociais às necessidades da reestruturação do capital.

enfrentamento de crise, fraturando suas formas históricas de organização e esvaziando as alternativas à ordem do capital (MOTA, 1998).

O cenário apresentado afeta o *conjunto de trabalhadores, dentre os quais, os assistentes sociais*, uma vez que o quadro dominante do *mercado de trabalho* já nos anos 1990, agravado nos anos 2000, aponta para a redução do emprego do trabalho vivo na produção, em contraposição ocorrendo o aumento da terceirização, que possibilita a ampliação do trabalho temporário e por tarefa. Assim como os demais trabalhadores, os assistentes sociais *sujeitam-se às mesmas tendências do mercado de trabalho*. Isso não significa ignorar as incidências específicas que afetam diretamente o *mercado de trabalho e o espaço ocupacional* dos assistentes sociais, que,

Ao produzir profundas modificações na divisão social e técnica do trabalho, sob a hegemonia do capital financeiro, vem mudando o perfil do mercado de trabalho, as funções e atribuições profissionais, alterando formas consagradas de produção e de gestão do trabalho, introduzindo mudanças nas demandas, requisitos de qualificação e atribuições profissionais (IAMAMOTO, 2000, p. 110).

À medida que funções são eliminadas ou alteradas, que as organizações se reestruturam e com elas o lugar do Serviço Social nos organogramas, o assistente social deve estar atento às atuais tendências dos processos sociais e às mudanças que elas impõem. Deve perceber, portanto, como as práticas sociais vigentes apontam para um conjunto de questões e situações que não se restringem à esfera exclusiva do processo de trabalho ou da empresa propriamente dita, pois

Ao redefinir socialmente o modo de produzir mercadorias, o capital também determina a emergência de um conjunto de situações que dizem respeito às manifestações contemporâneas da questão social no Brasil, como é o caso do desemprego, das restrições aos serviços sociais públicos, da educação e até das relações privadas (MOTA, 1998, p. 39).

As formas de enfrentamento da crise e das expressões da questão social⁴², nas contradições geradas pelo processo de reestruturação produtiva, na desresponsabilização do Estado, colocam um quadro, no mínimo, desafiador para o profissional de Serviço Social. Observe-se que esse profissional, em sendo requisitado para intervir na reprodução da vida material dos trabalhadores, via implantação de políticas sociais destinadas a enfrentar a questão social - o objeto e a base fundante do seu trabalho -, deve ser capaz de identificar o conjunto de necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais) não só do capital como também do trabalho, ao se propor dar respostas qualificadas às seqüelas da questão social.

Essas novas modalidades de produção e reprodução da força de trabalho, mediatizadas pelo mercado de trabalho profissional,

passam a exigir a refuncionalização de procedimentos operacionais, também determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas que, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, assumem o estatuto de demandas à profissão (MOTA, 1998, p. 25).

É importante salientar que as demandas não podem ser confundidas com as reais necessidades sociais, posto que, em geral, expressam requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes (MOTA, 1998). Essa diferenciação entre demandas e necessidades sociais e os desdobramentos sociais da reestruturação produtiva se faz necessário, tendo-se vista que algumas das necessidades sociais da reestruturação produtiva transitam para o campo das demandas do mercado de trabalho do Serviço Social.

No campo das organizações empresariais, a área de recursos humanos tem se ampliado para o Serviço Social como campo de atuação, que, no contexto da reestruturação produtiva, imprime grandes modificações *no espaço de trabalho* por ele ocupado. As novas formas de gestão e consumo da força de trabalho, impostas pelo novo padrão de acumulação flexível, diversificam as requisições feitas aos assistentes sociais, como o desenvolvimento de atividades ligadas aos programas de qualidade de vida do trabalho, saúde do trabalhador,

⁴² *Questão social* entendida como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista.” Assim, a *questão social* está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21 e NETTO, 2001, p. 17).

gestão de recursos humanos, círculos de qualidade, gerenciamento participativo, clima social, entre outros (IAMAMOTO, 2000).

Conforme aponta Lúcia Freire (2003), as mudanças observadas nos diferentes espaços ocupados pelo Serviço Social nas empresas inserem-se principalmente no campo das tecnologias de qualidade total e clima organizacional, tendo como característica a participação gerencialista e objetivos de cooptação dos trabalhadores e adesão às metas do capital, às quais são subsumidas as suas necessidades, revelando-se no trabalho do assistente social a existência de novas estratégias profissionais e um novo comportamento produtivo, subordinado às metas da qualidade e da produtividade.

Pesquisa realizada por Lúcia Freire (2003)⁴³, em três megaempresas de âmbito nacional e penetração internacional, dos setores petroquímico, siderúrgico e químico, mostra como a crise do mercado de trabalho afeta os trabalhadores, entre eles o assistente social, como um dos elos mais frágeis da corrente que compõe as equipes das empresas. Essa repercussão negativa para a profissão se dá em função de uma maior dependência para sobrevivência, que se traduz na preocupação demonstrada pelos profissionais com a garantia do emprego.

Somam-se a esses aspectos a *polivância profissional*, que descaracteriza funções, tarefas e posições, com perda de poder e remuneração. A *redução dos postos de trabalho* implica demissões sem a devida reposição, sobrecarga, transferência de atividades para sujeitos polivalentes, terceirização, consultoria ou subcontratação, com vínculos empregatícios temporários (FREIRE L., 2003).

Todos os aspectos citados interferem no *espaço profissional do assistente social*, no qual Freire destaca dois pontos. O primeiro ponto é a existência de uma articulação entre as alterações e o mercado de trabalho, que, com a redução dos postos de trabalho, acaba por gerar em muitos profissionais a preocupação com a *empregabilidade* e conseqüentemente uma competição pela ocupação de determinados espaços institucionais; o segundo refere-se ao ressurgimento, em caráter doutrinador, de concepções e práticas funcionalistas mistificadoras, de inspiração neoliberal, representando um retrocesso na evolução teórico-crítica alcançada pela profissão.

O conjunto dessas mudanças na esfera da produção e da organização social implicou ainda um *redirecionamento da intervenção do Estado*, em especial nos mecanismos

⁴³ Nessa pesquisa, Lúcia Freire (2003) aponta que as tendências profissionais na área das relações de trabalho sofrem impactos do processo de reestruturação produtiva.

de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho, submetendo direitos sociais e trabalhistas à lógica da funcionalidade do mercado.

1.2 A reforma do Estado e a emergência de um novo padrão de intervenção social e o Serviço Social

As pressões exercidas, por parte das grandes potências, sobre os países periféricos, para que se adaptem à nova ordem mundial, têm levado muitos países a optarem pela maior abertura ao mercado internacional, cuja finalidade é forçar a desregulamentação de suas economias nacionais, a privatização das empresas estatais e a eliminação de barreiras protecionistas, como condição para novos investimentos estrangeiros e negociação de suas dívidas externas.

Ao ampliar-se a competitividade nos mercados internacionais e nacionais, modificaram-se também as relações entre o Estado e a sociedade civil, com base nas recomendações estabelecidas pelos organismos internacionais⁴⁴, a partir do *Consenso de Washington*⁴⁵ e segundo diretrizes políticas de raiz *neoliberal*⁴⁶. Introduziram-se *novas mediações históricas na gênese e expressões da questão social*, bem como *novas formas*, até então vigentes, *de seu enfrentamento*, seja por parte da sociedade civil organizada, do Estado, dos movimentos sociais e/ou sindicais (IAMOMATO, 2000).

⁴⁴ A partir da década de 80, um modelo de estabilização e ajustes é recomendado aos países subdesenvolvidos por organismos internacionais tais como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Segundo Carvalho (2003, p.136), o Brasil se insere nesse modelo de forma tardia e intensiva. Essa inserção se deflagra a partir dos anos 90, no governo Collor, e se consolida no governo FHC de forma subordinada e submissa, expressando-se, (segundo Araújo, 1997, apud Carvalho p. 136), através de dois movimentos ajustadores da nova ordem do capital: um programa de estabilização, de impactos imediatos a curto prazo – hoje já se evidenciando sua vulnerabilidade - e uma política de abertura do mercado e reformas profundas do Estado, de impactos imediatos, de mais longo prazo, gestando mudanças estruturais.

⁴⁵ *Consenso de Washington* foi um termo cunhado pelo economista inglês John Williamson, em 1989, e sistematizado por ele, em 1993, em seminário realizado em Washington, financiado pelo governo norte-americano com a finalidade de ditar os princípios que deveriam guiar o processo de ajuste estrutural político-econômico ao novo capitalismo global. Essa iniciativa contou com total apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do BID e do Tesouro dos Estados Unidos (SILVA, 1995). Para Carvalho (2003, p.134) o Consenso de Washington é “uma política de ajustamento”, estabelecida pelos atores globais - via FMI, Banco Mundial, para garantir a inserção subordinada e dependente dos países periféricos e “devedores” à nova ordem mundial. Nesse sentido, configura um plano estratégico, fundado na liberalização e na desregulamentação da economia, definindo como receituário de ajuste: estabilização, reformas do Estado e retomada de investimentos estrangeiros.

⁴⁶ Tal modelo foi adotado em muitos países ao longo da primeira metade da década de 90, com variações, a exemplo da Argentina.

O projeto político do Governo Federal Brasileiro, desenvolvido a partir da segunda metade da década de 1990⁴⁷, atribuiu à *reforma do Estado* um caráter de centralidade. Recomendada por organismos internacionais e anunciada por Sarney e Collor, ela é implantada de forma sistemática a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁴⁸.

A nova divisão internacional do trabalho divide os países entre os que participam da revolução industrial, científica e tecnológica e aqueles que apenas recebem suas influências. Assim sendo, a globalização vem se intensificando de forma diferenciada em cada país, ainda que em escala mundial, as relações econômicas, sociais, políticas e culturais, vêm acirrando a concorrência entre os países. Essa competição promove a reorganização das forças produtivas em todo mundo e apresenta novos e particulares desafios para os Estados nacionais.

Seguindo essa orientação, governos argumentam que o Estado deve ajudar de um lado a indústria a competir nos mercados internacionais, e de outro, proteger os cidadãos das desigualdades dentro dos países e entre eles, mas para isso, precisa superar a crise, que não é concebida como de ordem econômica do capitalismo, mas sim como uma *crise do Estado*. Conforme Behring (2003, p. 177), ela tem a forma de uma crise fiscal, provocada pelo esgotamento do modelo de intervenção na economia – do qual são expressões o *welfare state*, o estatismo comunista, e o desenvolvimentismo com substituição de importações na periferia. Por fim, trata-se uma *crise do modelo burocrático na administração pública*, que seria a causa dos altos custos e da baixa qualidade dos serviços públicos.

Regendo-se pela ótica neoliberal e sob o discurso de que é preciso reconstruir o Estado⁴⁹ - diante da conjuntura imposta pela globalização da economia e em razão da *crise do Estado* -, o Estado brasileiro define novas formas de intervenção na economia e na área social, implementando um novo modelo de administração, segundo seus reformadores com o objetivo de eliminar o déficit público e os obstáculos criados pelo atual modelo burocrático,

⁴⁷ A tentativa de romper com a administração pública burocrática foi ampliada, com a criação da Secretaria da Modernização (SEMOR), nos anos 70 e, nos anos 80, com a criação do Ministério da Desburocratização e do Programa Nacional de Desburocratização. Contudo, a aprovação, em 1988, da Constituição Federal interrompeu esse processo, inviabilizando as reformas legais já efetivadas.

⁴⁸ O marco da reforma brasileira foi a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que, comandado por Bresser Pereira, lhe deu substrato.

⁴⁹ “Reconstruir o Estado”, segundo o Ministro Bresser Pereira (1998, p. 49), é diminuir o tamanho do Estado, desregular a economia, aumentando a governança e a governabilidade.

qualificado como patrimonialista e clientelista⁵⁰ e responsável pela ineficiência e má qualidade da administração pública (ANDREWS; KOUZMIN, 1998).

Fica claro que essa perspectiva centraliza o foco de suas recomendações na *redução do setor estatal*, expressas pela privatização das empresas estatais e paraestatais, pela liberalização de salários e preços e pela redução do gasto público, principalmente no que se refere à participação financeira do Estado no provimento de serviços sociais.

Ainda sob o prisma dos reformadores, essa crise só poderia ser superada a partir de um conjunto amplo de reformas, que possibilitasse a superação da crise fiscal, modificasse a forma de intervenção do Estado na esfera da economia e na área social, com prevalência da lógica do mercado e a da reforma⁵¹ do próprio aparelho de Estado.

Assim, na perspectiva da lógica gestorial, um novo modelo de Estado é apresentado pelos reformadores, constituindo-se de quatro setores (ANDREWS; KOUZMIN, 1998,):

1. núcleo estratégico burocrático: formado pela alta cúpula estatal - dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - responsável por editar leis, definir políticas públicas e cobrar cumprimento das leis;
2. setor de atividades exclusivas do Estado - compreendendo a previdência social básica, a tributação, a fiscalização, a justiça, a diplomacia, o fomento e a segurança pública;
3. setor de serviços não-exclusivos do Estado, ou serviços sociais competitivos - compreendendo educação, saúde pública, pesquisa científica, cultura e seguridade social.
4. setor de produção de bens e serviços para o mercado - que compreende as atividades de infra-estrutura e é formado pelas estatais, que devem ser todas privatizadas.

Com relação aos serviços não-exclusivos, entre os quais se destacam a saúde, a educação e a previdência, o Estado passa a desempenhar o papel de regulador e promotor, enquanto as instituições ditas *públicas não-estatais*, também denominadas *terceiro setor*, se responsabilizam pela implementação e execução dos serviços sociais demandados pela sociedade.

Esse processo *amplia o espaço* das grandes corporações empresariais e das organizações não-governamentais (ONGs), na gestão e execução das políticas sociais, *com*

⁵⁰ Quando se finda o Estatuto Colonial (1822) cede lugar a esta estrutura, mesmo que embrionária, o Estado Nacional. Naquele momento, se instaura, na estrutura do Estado, a administração pública patrimonialista, envolvida por um conjunto de princípios teóricos e práticos que perduraram, como estrutura determinante, até o final da década de 20. Em seguida, o Estado Nacional brasileiro é marcado pela administração pública burocrática e, na atualidade, pela gerencial (BATISTA, 1999).

⁵¹ Entre as várias reformas se destacam a da Previdência; a do Aparelho Estatal, conhecida como Reforma Administrativa e regulamentada pela Emenda Constitucional n° 19/98.

amplas repercussões nas condições de trabalho e no mercado de trabalho especializado (IAMAMOTO, 2000), visto que tais instituições possuem total autonomia para realizar a contratação de seu pessoal, segundo as regras do mercado, e adotar normas próprias para compras e contratos, entre outros.

O setor público se tem configurado, como o maior empregador de assistentes sociais, especialmente na esfera estadual, seguida da municipal, sendo constatada uma clara tendência à *interiorização da demanda*, em consequência do processo de descentralização da gestão de políticas sociais públicas, que leva muitos municípios a absorverem esses profissionais. Destaca-se, por exemplo, a atuação dos Conselhos de Saúde e Assistência Social nas esferas nacional, estadual e municipal, além dos Conselhos Tutelares e de Direitos. Segundo dados do MPAS/SEAS, em fevereiro de 2000 os Conselhos de Assistência Social estavam instalados em 4.383 municípios dos 5.506 existentes no Brasil (IAMAMOTO, 2000).

Esse processo de descentralização das políticas públicas passa a exigir do profissional de Serviço Social outras funções, além das já tradicionais. A ampliação desse espaço profissional tem propiciado uma atuação também na esfera da formulação e avaliação de políticas bem como no planejamento e gestão e participação em equipes interdisciplinares (IAMAMOTO, 2000).

Tais mudanças afetam não só as políticas sociais como as políticas de emprego, salário e o *mercado de trabalho*, particularmente do Serviço Social, como uma das especializações do trabalho coletivo na sociedade comprometida com a defesa dos direitos sociais e da cidadania consolidados no projeto ético-político da profissão⁵².

No Estado do Rio de Janeiro, foi observado, no âmbito municipal, um aumento da contratação de profissionais de Serviço Social terceirizados, significando perda de direitos trabalhistas e instabilidade empregatícia. Observou-se também que esses profissionais recebem salários mais baixos, se comparados aos do âmbito estadual e federal. Além disso, enquanto no âmbito federal mais de 90% dos assistentes sociais trabalhavam 40 horas

⁵² Segundo Nicolau (2005), a década de 80 do século XX foi de extrema riqueza no debate teórico-metodológico, ético e político na ambiência profissional do Serviço Social, possibilitando a definição dos rumos do saber-fazer profissional, nos seus aspectos técnico-acadêmicos e políticos. Um projeto ético-político profissional sólido e maduro - hoje constituído - foi então pensado coletivamente no âmbito da categoria, com representações de todas as unidades do país, nestas duas últimas décadas, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa no Serviço Social - ABEPSS. Como desdobramento desse projeto profissional e sob a orientação de suas diretrizes, tem-se o Código de Ética Profissional do Assistente social, aprovado em 13 de março de 1993 com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e 33/96 (CRESS, 1996); a Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social; e, ainda, a mais atual Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, a qual está baseada no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, de 8 de novembro de 1996. Ver, a propósito, Cadernos ABESS n.º 7 (1996, p.58-76) e Iamamoto (1998, p. 50).

semanais (no âmbito estadual os contratos eram de 40 e 30 horas semanais), no âmbito municipal, mais de 40% dos entrevistados eram contratados com 20 horas semanais, levando muitos desses profissionais a buscarem uma diversidade de empregos, com o objetivo de complementar a renda percebida (MONTAÑO, 2002).

São notórios os efeitos deletérios da (contra)reforma do Estado⁵³, tanto para os assistentes sociais quanto para o funcionalismo público de um modo geral. A redução dos concursos públicos, a demissão dos funcionários não-estáveis, e até mesmo dos considerados estáveis, por intermédio do Programa de Demissão Voluntária, a contenção salarial (salários congelados desde 1994, tendo sido de 0,01% o último reajuste do atual governo), a corrida à aposentadoria, a terceirização - acompanhada de contratação temporária (com perda de direitos) - apontam para uma ampliação da precarização das relações de trabalho (exemplos não faltam, como a contratação de professores substitutos nas universidades públicas).

Observa-se, ainda, que, no âmbito municipal, as condições de trabalho são piores, tanto nas modalidades quanto na capacidade de intervenção no social. A mera descentralização administrativa, com a transferência de gerência das respostas às seqüelas da questão social, tem resultado numa diferenciação de qualidade, quantidade e na diversidade dos serviços sociais e assistenciais nos municípios com maiores e menores recursos. Essas condições de emprego apresentadas até hoje na esfera municipal têm representado apenas uma particularidade do processo, mais amplo, de transferência de responsabilidade do trato com a *questão social*, no contexto de consolidação do projeto neoliberal (MONTAÑO, 2002).

Considerando-se as conquistas sociais obtidas na Carta Constitucional de 1988, a execução da Reforma do Estado choca-se radicalmente com os princípios que a nortearam, principalmente no que se refere às ações direcionadas no campo das políticas sociais públicas, conduzidas sob a ótica da privatização, descentralização e focalização. Um dos exemplos de focalização das políticas sociais visando ao combate à pobreza dos segmentos sociais mais pobres foi o Programa Comunidade Solidária⁵⁴ e o mais recente, o Programa Fome Zero, elaborado pelo Instituto de Cidadania em 2001. Mesmo sendo apontado em sua formulação

⁵³ Para Behring (2003), presencia-se uma contra-reforma do Estado, que implica um profundo retrocesso social, em benefício de poucos. Essa caracterização relaciona-se ao abandono das possibilidades de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira nos anos 90.

⁵⁴ Segundo Abreu (2002), esse programa é considerado como eficiente articulador do chamado terceiro setor com a esfera estatal, revelando-se como a prova mais fiel de privatização da política de assistência, legitimando a transferência de funções do Estado para a sociedade civil, sob o discurso da *participação cidadã* e colocando-se como concretização dessa nova relação entre Estado e sociedade no enfrentamento da fome, da miséria, da pobreza e como uma nova racionalização da atuação do Estado na área social. Caracterizando-se como uma regressão ao Estatuto do Direito ao contrapor-se aos princípios consubstanciados na Constituição de 1988 e ao que preceitua a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

como política de caráter emergencial e que deve articular-se a outros três tipos de políticas (estruturais, específicas e locais), as ações, até este momento, implementadas mostram-se ainda tímidas, apoiadas em um forte apelo humanitário, sem claras referências a direitos (SILVA, 2004), de modo que o programa tem permanecido num plano muito mais assistencialista e do dever moral e humanitário de prestar socorro aos pobres, não se realizando como direito social.

Os reformadores declaram pretender, com a Reforma do Aparelho de Estado, flexibilizar e tornar eficiente a administração pública, reduzir seus custos, melhorar a qualidade do serviço público e valorizar o servidor público diante da sociedade. Entretanto o Estado mantém-se amarrado a uma idéia de Estado voltada para a criação de condições que viabilizam interesses capitalistas, ignorando a dura realidade de desigualdade social que se avoluma cada vez mais no país. O governo propõe uma reforma administrativa que consagra o desmonte do serviço público, com repasse de serviços sociais às chamadas organizações sociais e a destruição de direitos sociais conquistados pelos servidores públicos e pela população, que dão substrato a uma nova proposta de administração pública.

Os dados mostram que a cada ajuste econômico as políticas sociais são drasticamente atingidas. Conforme Lesbaupin (2002), entre 1991 e 2001, o investimento em saúde caiu de 4,8% para 3,9%; em educação de 3% para 2%. O setor de assistência e previdência oscila entre 17,15% (1995) para 14,1% (1998), chegando em 2001 a 18,7%.

Verifica-se um descompasso na argumentação do governo, no que se refere ao aumento da qualidade e da eficiência dos serviços e à redução das injustiças sociais, visto que, até o momento, os resultados da reforma do Aparelho de Estado apontam unicamente no sentido da *privatização do espaço público*, seja enxugando o aparato deste, reduzindo serviços, penalizando tanto trabalhadores públicos como usuários de seus serviços. E mais: a própria redução do tamanho do Estado e a redução dos serviços públicos e/ou sua mercantilização exclui a população mais pobre do acesso a esses serviços, reproduzindo em milhões a condição de pobreza⁵⁵.

A privatização de estabelecimentos industriais estatais, a redução da atuação do Estado na prestação de serviços nas áreas da saúde, educação e assistência social, a proliferação de entidades não-governamentais ocupando espaços do movimento social, a flexibilização das condições de emprego e trabalho dos servidores - implicando perdas de

⁵⁵ Em 1991, havia em Natal 200.115 pessoas na condição de pobres, das quais 72.576 em situação de indigência. Em 2000, os números saltam para 204.720 pobres e 78.853 indigentes. E nada menos que 318 mil pessoas (45% da população total) moram na cidade do Natal com baixo índice de qualidade de vida (FREIRE J., 2005).

direito e pauperização de grande massa de trabalhadores -, os indícios de uma gestão dos recursos colocados à disposição das instituições que não se apresenta nem mais eficiente nem transparente nem socialmente controlada, a deterioração dos serviços prestados à população, a cobrança dos serviços prestados à população pelas entidades a preços de mercado - pondo fim à gratuidade dos serviços públicos, ao invés de amenizar os problemas sociais vivenciados pela população brasileira, atendendo-a mais e melhor com os serviços sociais - tudo isso parece agravar o nível de exclusão social “[...] que indica haver pessoas que não têm nenhuma utilidade para o sistema, nem sequer para serem explorados” (SANTOS, 1995). Segundo Yazbek (2001, p. 35), a exclusão social se expressa numa

[...] população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas. Expansão que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente de instabilidade no trabalho.

Por fim, esse quadro se agrava com a reprodução ampliada de distorções já verificadas anteriormente na administração pública, relativas à prática de corrupção envolvendo gestores do Estado. Apesar de ocupar um lugar de destaque na mídia, esses fatos são apresentados na imprensa brasileira de forma fragmentada, contribuindo para que sejam vistos como naturais.

Por outro lado, é notório que o processo de ajuste estrutural e as reformas correspondentes geraram efeitos perversos, como o aumento da pobreza, do desemprego e também da violência. Nesse contexto, a política da Previdência Social foi a mais afetada pela reforma ocorrida em 1998, no governo de FHC, e complementada pelo governo de Lula em 2003. Direitos duramente conquistados pelos trabalhadores foram reduzidos. Regimes diferenciados e privilégios corporativos foram mantidos e nenhuma alternativa para incorporar os trabalhadores não-contribuintes foi criada (BOSCHETTI, 2004). Nesse caso, as demais políticas sociais de cunho focalista servem apenas de paliativos, que não chegam a compensar as perdas a que são submetidos os trabalhadores.

A crise nos países centrais, cujos primeiros sinais tiveram ocorrência no ano de 1973, aprofundada na década de 80, repercutiu profundamente no Brasil, que chegou a década de 90 sem assegurar direitos sociais básicos a sua população, e, portanto, com uma grave questão social a administrar, questão esta que também é global (NICOLAU, 1996) na qual

velhas desigualdades somam-se e juntam-se às novas, tornando o país campeão de desigualdades sociais e de concentração de renda⁵⁶.

O Brasil, apesar de ter detido um produto interno bruto (PIB) em 2003 de R\$ 1,5 trilhões - oscilando entre os dez países mais ricos do mundo -, e de ter instituído legalmente os direitos sociais, não foi capaz de universalizar as políticas sociais, uma vez que estas, não conseguiram mexer na estrutura das desigualdades econômicas e sociais do país, persistindo uma enorme desigualdade entre ricos e pobres e uma maior concentração de riqueza nas mãos de parcela mínima da população. Segundo o IBGE, 20% mais ricos ficam com 63,4% da riqueza produzida, enquanto que 20% da população mais pobre fica com apenas 2,5%, uma tendência que se mantém inalterada há quase vinte anos. Desse modo, a média de rendimento dos 10% mais ricos é trinta vezes maior que a dos 40% mais pobres, enquanto, em outros países da América Latina, como a Argentina, a média é de dez vezes. São aproximadamente 55 milhões de pessoas (cerca de 30% da população) vivendo com renda abaixo de um salário mínimo mensal e 35 milhões vivendo com renda abaixo de *meio* salário mínimo mensal (BOSCHETTI, 2004).

Em Natal, também identificou-se um aumento nos índices de concentração de renda. Entre 1991 e 2000, a renda *per capita* saltou de R\$ 256,4 para R\$ 339,9, acompanhada, entretanto, de uma maior concentração de renda. O Índice de Gini⁵⁷ passou de 0,60 em 1991 para 0,64 em 2000. Além disso, os 20% mais pobres, que detinham 2,6% da renda em 1991, passaram a deter apenas 1,9% dessa renda em 2000. Por outro lado, os 20% mais ricos, que em 1991 detinham 65% da renda do município, em 2000 passaram a deter 68,6% (FREIRE J., 2005).

O Estado, nesse contexto, muda seu perfil, ajustado à modernidade, atuando como estimulador do mercado, através da política monetária e fiscal: torna-se máximo para o capital e mínimo para com suas responsabilidades sociais, uma vez que direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são tidos como entrave ao ajuste estrutural. Assume, ainda, uma ação competitiva submissa aos interesses globais e secundariza a integração interna, deixando

⁵⁶ Fonte: Folha de São Paulo de 09/97.

⁵⁷ Coeficiente utilizado para “medir” a desigualdade de renda no Brasil.

à margem parte dos setores não-competitivos, o que contribui para o aumento das diferenças entre as regiões⁵⁸.

Observa-se uma defasagem entre o Estado de direito e o Estado real, uma vez que, nesse último, predomina a lógica do mercado, em detrimento da lógica da cidadania. As políticas públicas, orientadas por princípios neoliberais, têm acentuado as desigualdades sociais e não asseguram, para a maioria da população, direitos básicos, como educação, saúde, habitação e outros, em decorrência do caráter seletivo e excludente que tem marcado o processo de ajuste do Estado brasileiro (CARVALHO, 2003).

De fato, a intervenção do Estado brasileiro no campo social tem-se dado numa perspectiva de acomodação de interesses baseados no acesso discriminado aos recursos e serviços sociais. A tendência à focalização contribui para reiterar o caráter excludente que tem caracterizado os investimentos sociais do Estado brasileiro, uma vez que tais investimentos estão cada vez mais subordinados aos interesses econômicos. No período de 1995 a 1998, a redução dos recursos destinados a educação e cultura saúde etc., foi contínua. O gasto com educação (autorizado, não necessariamente aplicado) para 1995, que era da ordem de 14.010.293.873 (em bilhões de reais) foi reduzido para 11.269.810.530 (em bilhões de reais) em 1998 (NETTO, 1999). Segundo Braz (2004), presencia-se, no governo Lula, a continuidade do *desmonte da nação*, considerando-se que a sua política social, conforme bem coloca NETTO (2004), tem esbarrado nos mesmos *limites estruturais* do governo FHC:

os projetos governamentais foram submetidos a cortes de gastos com o objetivo de atingir o superávit primário de 4,25%. Mesmo o Fome Zero, considerado prioritário para o governo, teve bastante reduzido seu orçamento, em cerca de 75% para 2004. (BRAZ, 2004, p. 4)

Nesse sentido, as políticas caracterizam-se por serem excludentes, casuísticas, inoperantes, fragmentadas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. São ações de

⁵⁸ Em verdade, o ajuste brasileiro à nova ordem do capital, na sua lógica mercantil-financeira, tende a ser essencialmente seletivo: “efetiva-se a inserção competitiva de pedaços do Brasil, de áreas específicas das regiões brasileiras, de segmentos dinâmicos dos setores produtivos, de frações da classe trabalhadora, de uma parte minoritária da população brasileira”. Efetiva-se, justamente, a inserção na economia mundializada dos pedaços, dos segmentos competitivos que têm interesse para os atores globais, em coerência com a própria lógica de crescimento profundamente assimétrico e desigual da nova ordem do capital (CARVALHO, 2003, p. 139, apud ARAÚJO, 1997a).

caráter paliativo, voltadas tanto para a reprodução da força de trabalho como para favorecer a acumulação da riqueza e a expansão avassaladora da miséria social.

A relação que se dá entre Estado, empresa e trabalho, diante do processo político e dos modelos de desenvolvimento adotados, apresenta algumas peculiaridades, quais sejam:

a) o Estado atua na reprodução da força de trabalho muito mais como subsidiário à filantropia empresarial, desenvolvendo ações assistencialistas focalistas, privatizações das estatais e veiculação da ideologia de *pequenas empresas, grandes negócios* e das políticas de requalificação do trabalhador e ideologia da empregabilidade;

b) o movimento dos trabalhadores fica na defensiva, topando qualquer acordo para não reduzir os postos de trabalho.

Em termos gerais, as propostas neoliberais em relação ao papel do Estado na esfera da Proteção Social são propostas reducionistas, com alto grau de seletividade, destinadas estritamente aos pobres (aqui pobreza entendida apenas como carência material), via ação humanitária coletiva.

É o retorno ao Estado assistencialista, efetivando ações residuais, que apenas minimizam as conseqüências negativas do programa de ajuste estrutural, o que tem resultado num processo de aceleração da exclusão social tanto pela negação do acesso aos serviços sociais básicos como pelo aumento de uma população “sobrante” e “descartável”, como bem ressalta Carvalho (1998).

A flexibilização dos contratos de trabalho preconizados pelas empresas com o objetivo de reduzir os custos sociais do trabalho atinge o assistente social não só na esfera privada mas também na pública. Inúmeras prefeituras vêm transferindo para as organizações não-governamentais (ONGs) a implementação de vários programas e projetos sociais, instituindo a terceirização na prestação dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2000).

Alteram-se as demandas e, conseqüentemente, os assistentes sociais passam a executar funções como assessoria, coordenação, analista de recursos humanos etc., bem diferentes das estabelecidas tradicionalmente. Nesse sentido,

A forma anterior de estruturar serviços por meio de Departamento, Setores e Coordenações tende a se extinguir, sendo substituída por coordenações de programas e projetos, níveis de assessoria, consultoria, coordenação e gestão, em geral de caráter interprofissional. Configura-se uma ampla movimentação dos espaços ocupacionais, fruto das mudanças macroscópicas consideradas (IAMAMOTO, 2002, p. 38).

Com o discurso de transformar a administração pública centralizada e burocrática em uma administração de gestão social mais descentralizada, voltada para a eficiência, o controle dos custos, e de resultados voltados para a qualidade e a produtividade, o Estado desloca-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e passa a atuar na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento, privatizando serviços (como a saúde e a educação, tidas como atividades não-exclusivas⁵⁹ do Estado) e deixando de ser o principal executor desses serviços. Estes passam a ser realizados por *organizações sociais*⁶⁰, que possuem o direito de celebrar contratos com o Executivo e até direito a dotação orçamentária (IAMAMOTO, 2000).

Os assistentes sociais que trabalham na área pública têm sofrido os efeitos nocivos da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, seja pela diminuição dos concursos públicos, seja pela demissão dos funcionários não-estáveis, arrocho salarial, contratação por tempo determinado com perda de direitos, terceirização dos serviços, entre outros motivos.

Essa tendência provoca mudanças nos processos seletivos para os postos de trabalho valorizados pelo mercado, acompanhando as tendências do processo de globalização: é comum o aumento da exigência de profissionais com domínio da informática e da língua inglesa.

Desse modo, as *alterações no mundo do trabalho*, no marco das relações Estado e sociedade, atingem diretamente o trabalho do assistente social⁶¹, *interferindo nas suas condições e relações de trabalho* e provocando mudanças que (re)orientam sistematicamente o perfil desse mercado de trabalho.

Conforme Iamamoto (2000), ao inserir-se nos processos de trabalho no âmbito das instituições, o trabalho profissional, torna-se partícipe de processos de trabalhos produzidos pela sociedade e organizados de acordo com as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação, em que o assistente social atua também na criação e/ou gestão e prestação de serviços. Portanto, cabe ao assistente social - que não possui um *único e idêntico* processo de trabalho - identificar como se expressam na esfera estatal, na empresa e nas organizações não-governamentais (e no terceiro setor) as particularidades desse processo,

⁵⁹ Atividades que não precisam necessariamente ser realizadas pelo Estado.

⁶⁰ Entidades sociais de Direito Privado sem fins lucrativos.

⁶¹ Como trabalhador assalariado, que vende a sua força de trabalho para a obtenção de seus meios de vida, a objetivação dessa força dá-se no âmbito das relações de trabalho organizadas por seus empregadores, que detêm os meios e condições necessárias para sua realização.

que, em circunstâncias diversas, atribuem feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão (IAMAMOTO, 2000).

A tendência ao crescimento do chamado terceiro setor não se dá ao acaso; ela ocorre num momento de crise do capital, em que o papel do Estado é altamente questionado e muitos passam a defender o reforço do crescimento da sociedade civil *mistificada* por pensar essa sociedade como representante homogênea dos interesses populares, justificando, com isso, a não intervenção do Estado nas seqüelas da questão social.

Até aqui foram vistas algumas teses que fundamentam a expansão do terceiro setor, entre as quais Montañó (2002) destaca: a da *escassez* e da *crise fiscal do Estado* como justificativa para a *contra-reforma*, que se processa por meio das privatizações estatais, das reformas tributárias e da previdência e, das legislações trabalhistas e do recorte do financiamento da área social. Essa tese, associada à do Estado burocrático, paternalista e à crise da governança⁶², tem sido um dos principais argumentos que orientam a radical reforma do Estado.

Nesse processo, verifica-se uma *passagem* da intervenção estatal no social para a ação comunitária e social como um componente modernizador e necessário à superação da crise do Estado. As perdas de atividades no âmbito social estariam, de certo modo, sendo *compensadas* pela atuação e ampliação da ação das organizações do terceiro setor, que atualmente se apresentam menos politizadas e com características mais empresariais, voltando-se principalmente para o autofinanciamento⁶³ ou para a procura de *parcerias*, com o objetivo de obter fundos.

Não tendo essas entidades a capacidade de se autofinanciarem, o Estado, então passa a destinar-lhes recursos oriundos não só da arrecadação de impostos como também da renúncia fiscal⁶⁴. A palavra *parceria* ganha espaço no vocabulário político para definir esse novo tipo de interação e colaboração - entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil -, cujo mecanismo é o estabelecimento de convênios para a execução de projetos sobre

⁶² Segundo Bresser Pereira (1998) é a “capacidade política de governar, derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu Governo com a sociedade”.

⁶³ Nos anos 90, com o agravamento das disparidades sociais no interior dos países desenvolvidos, a redução dos gastos públicos destinados à ajuda internacional, a reorientação das pautas da cooperação para atender às necessidades emergentes dos países da Europa do Leste e à situação crítica dos países africanos, a percepção de que a grande maioria dos países latino-americanos dispõe de recursos internos expressivos foi fator decisivo para a redução do fluxo de recursos destinados às ONGs brasileiras.

⁶⁴ Nos últimos anos tem crescido muito timidamente no Brasil o fenômeno da “filantropia empresarial.” Em 1995, foi formalmente criado o GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas -, com o objetivo explícito de promover no empresariado o conceito de responsabilidade social da empresa. Essa mudança na cultura empresarial visa ampliar as parcerias entre ONGs e empresas, numa tentativa de que a “cooperação nacional” venha a compensar com vantagem as perdas causadas pela retração da cooperação internacional.

temas específicos e com duração limitada no tempo⁶⁵, ou seja, uma colaboração de natureza operacional e pontual.

O estabelecimento de parcerias entre o Estado e a sociedade é apresentado como componente fundamental do próprio processo de reforma do Estado⁶⁶. Nesse sentido, encontra-se já na Proposta de governo de Fernando Henrique, um programa que propõe :

aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando novas formas de articulação entre o Estado e a sociedade (Mãos à Obra, Brasil: Proposta de Governo Fernando Henrique, Brasília, 1994, p. 207, 208).

Na verdade, a chamada *parceria implementada contemporaneamente* configura-se no “repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas, substituindo o movimento social pela ONG” (Montaño, 2002, p. 146). Segundo Braz (2004, p. 55),

o governo Lula pode ser caracterizado , objetivamente , como executor das políticas de ajuste neoliberal, pois operou sem escrúpulos, subordinando-se, docilmente, aos seus comandos[...]. Tem-se um governo petista, cada vez mais mínimo para os trabalhadores e Máximo para o capital.

Nesta pesquisa, foi observado que a existência de algumas instituições se condiciona justamente ao período de execução de determinado projeto como também à permanência dos profissionais e/ou voluntários naquela atividade, sendo um elemento de

⁶⁵ Uma das inovações introduzidas pela Constituição de 1988 foi a de abrir espaço para a participação de organizações da sociedade civil em organismos de discussão, elaboração e deliberação de políticas públicas. No cumprimento dessa determinação, paulatinamente estruturaram-se, nos níveis federal, estadual e municipal, Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher, de Defesa da Criança e do Adolescente, das Populações Negras, das Pessoas Portadoras de Deficiências, da Saúde, etc.

⁶⁶ Os defensores da consolidação do terceiro setor apontam como um dos grandes exemplos da capacidade das organizações da sociedade civil de dar visibilidade e ressonância na esfera pública e de influência na implantação de uma nova política pública a constituição, em 1993, pelo Presidente Itamar Franco, por proposta de Betinho, do Conselho de Segurança Alimentar. No plano do Ministério das Relações Exteriores, consolidou-se, nas gestões dos chanceleres Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim, a abertura da diplomacia ao diálogo com organizações da sociedade civil na preparação das Conferências sobre temas sociais, como direitos humanos, população, desenvolvimento social e mulher. Já a eleição em outubro de 1994, de Fernando Henrique Cardoso para Presidência da República só veio reforçar a expectativa favorável ao estabelecimento de novos padrões de colaboração entre governo e organizações da sociedade civil.

constante tensão a busca por novos parceiros que apostem na concretização do projeto apresentado.

Nas treze instituições pesquisadas, as assistentes sociais declararam que parte dos recursos das instituições provinha de recursos destinados a algum programa social, como por exemplo o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Os projetos das instituições eram, de certo modo, vinculados a programas do governo federal, estadual ou municipal.

As parcerias exercem, ainda, a função de encobrir e gerar a aceitação da sociedade nesse processo, facilitando a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o ocultamento e o esvaziamento dos direitos democráticos e legitimando o esvaziamento dos direitos sociais.

Mas em que isso importa para a profissão de Serviço Social? Historicamente, o setor público consagrou-se como o maior empregador do assistente social. Pesquisas realizadas por uma equipe da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro sobre o mercado de trabalho para assistente social revelam um dado importante acerca da drástica redução das contratações de novos profissionais de Serviço Social no serviço público e da demissão de um número significativo destes profissionais entre 1991 e 1997 - que, no âmbito estadual, ultrapassou os 40% (MONTAÑO, 2002).

A pesquisa mostra ainda, que, apesar de existir um aumento da demanda em todas as esferas, ocorre nestes últimos anos, uma *redução do número de assistentes sociais*, resultando no aumento de tarefas e na diminuição da qualidade dos serviços. Mesmo havendo um aumento do número de profissionais no âmbito municipal, são estes que têm a menor carga horária, a maior precarização das relações de trabalho, maior rotatividade e menor salário.

As inflexões dessa contra-reforma neoliberal na profissão provocam mudanças nos princípios sobre os quais se sustentavam as respostas às seqüelas da questão social.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aprovada em 1995, numa perspectiva conservadora, limitada e liberal, ao eximir-se da responsabilidade de regulador social, impõe um novo padrão de intervenção na questão social, afetando “[...] drasticamente a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, como um dos agentes privilegiados da sua operacionalização” (MONTAÑO, 2002, p. 248). Concomitante a esse processo, observa-se uma tendência à *desprofissionalização* do atendimento social, tendo em vista o incentivo às práticas voluntárias como estratégia de redução dos custos com o social.

Portanto, novas demandas, requisições, atribuições e principalmente novos desafios se apresentam para o Serviço Social, imerso nessa dinâmica de desenvolvimento e

acumulação capitalista, frente à crescente desresponsabilização do Estado para com o social e a *suposta* transferência de serviços (e de espaço profissional) para o terceiro setor.

CAPÍTULO 2 - O TERCEIRO SETOR E A CONSTITUIÇÃO DE UM *NOVO* ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL

Segundo a Relação Anual e Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, em 1991 existiam mais de 200 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil, empregando mais de um milhão de pessoas (FERREIRA, 1994)⁶⁷. São números bem significativos que fazem com que se questionem como o profissional de Serviço Social vem ocupando esse *novo* espaço⁶⁸ que emerge para a profissão diante da desresponsabilização do Estado em responder à questão social -, bem como da transferência para distintas organizações da sociedade civil da implementação de serviços sociais em regime de parceria, viabilizando o crescimento do denominado terceiro setor⁶⁹. Entende-se que essa transferência tem atingido de forma direta o espaço ocupacional de muitas categorias profissionais, destacando-se entre estas a categoria dos assistente sociais.

Partindo-se do pressuposto de que são as instituições⁷⁰ que definem os *meios e as condições em que se efetiva o trabalho do assistente social* (IAMAMOTO, 1999), conhecer a constituição e a finalidade das instituições que compõem o denominado terceiro setor torna-se fundamental para se identifiquem as particularidades do exercício profissional nessas instituições e compreender-se como esse *novo* espaço altera e/ou redefine as relações de trabalho que nelas se estabelecem, relações que se consubstanciam no contrato de trabalho, expresso em jornada, salário, intensidade de trabalho, metas a serem cumpridas. Questiona-se também como e de que forma são viabilizadas as condições objetivas do trabalho profissional dos assistentes sociais nesses espaços.

⁶⁷ Não está incluído, por exemplo, o trabalho social que é feito no âmbito dos templos religiosos. Cada paróquia da Igreja católica desenvolve, ao menos, um projeto social. As ordens religiosas desenvolvem trabalhos que ultrapassam os limites das obras formalmente registradas. É comum, por exemplo, que um colégio católico inclua projetos sociais em suas atividades extracurriculares. Pesquisa feita sobre a assistência social espírita no estado do Rio de Janeiro, mostra, por exemplo, que, somente na distribuição de alimentos, a ação espírita no estado beneficia regularmente cerca de 187 mil pessoas cadastradas. O trabalho voluntário é tão valorizado entre os espíritas que adquire um sentido propriamente religioso, como a principal expressão prática da doutrina. Pesquisa sobre as igrejas evangélicas no Rio de Janeiro indica que cerca de 20% de seus membros dão algum tempo de trabalho voluntário pelos necessitados, num ritmo semanal. Isso significa algo próximo de trezentos mil voluntários evangélicos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FERNANDES, 1994).

⁶⁸ Considerado diferente dos espaços da esfera pública governamental (o primeiro setor) e das organizações vinculadas à lógica do mercado (o segundo setor).

⁶⁹ Essa transferência segundo Iamamoto (2002), processa-se em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para organizações da sociedade civil de interesse público e, de outro lado, em uma crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais, o que é evidente no campo da saúde, no da educação, entre outros.

⁷⁰ Considerando-se que é a instituição empregadora que dispõe dos recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva (IAMAMOTO, 2002)

Responder a tais questionamentos requer, antes de tudo, uma análise mais apurada sobre o que é o *terceiro setor*, refletindo-se sobre os seus diferentes significados e buscando-se perceber como projetos políticos opostos se utilizam desse termo, ao mesmo tempo que se torna necessário analisar as relações e condições objetivas de trabalho do assistente social nesse espaço que se amplia para o exercício profissional.

2.1 Afinal, o que é terceiro setor?

A noção de *terceiro setor* pretende definir um *fenômeno social complexo e dinâmico*, o que exige dos estudiosos uma leitura atenta e cuidadosa. Não há um mínimo consenso⁷¹ sobre a *origem*⁷² nem sobre a *composição* ou as *características* do terceiro setor, mesmo entre os autores e pesquisadores de uma mesma linha.

Segundo Fernandes (2002), *terceiro setor* é composto por:

Organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Nessa perspectiva, o termo terceiro setor se define pelos seus *fins* e pode designar agentes privados (cidadãos organizados) que buscam a realização de *objetivos públicos*. Diferentemente, o *segundo setor* seria organicamente composto por agentes que buscam objetivos privados, ou seja, orientam-se pelos interesses do mercado, da busca dos lucros. Nesse caso, a produção de bens e serviços públicos implica uma dupla qualificação: *não geram lucros e respondem a necessidades coletivas*.

Portanto, sob esse prisma, o *primeiro setor* seria representado pelas atividades estatais que são realizadas visando a fins públicos, o *segundo setor* seria representado pelas

⁷¹ Desse debate, participa uma ampla gama de autores das mais variadas perspectivas: empresários, acadêmicos, membros de organizações populares, políticos, representantes do capital e do trabalho de concepções conservadoras e regressivas e de perspectiva progressistas, de ideologia neoliberal, de direita e de esquerda.

⁷² O terceiro setor teria surgido na década de 80 ligado às instituições do capital, por superar a dicotomia público/privado? Teria surgido nas décadas de 60 e 70, com os *novos movimentos sociais* e das *organizações não-governamentais*? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia dos séculos XV e XIX?

atividades da iniciativa privada que buscam atender a fins particulares, e o *terceiro setor* por um conjunto de organizações que realizam atividades, ao mesmo tempo, não-governamentais e sem fins lucrativos.

Entretanto essa definição parece um tanto inadequada, uma vez que combina palavras de épocas e de contextos simbólicos diversos. Essa perspectiva, dominante, de inspiração estruturalista e neopositivista, ao isolar os supostos *setores* uns dos outros, centra sua discussão nas ONGs, fundações, associações comunitárias e nos movimentos sociais deslocados do processo de reestruturação e de reforma do Estado, o que significa dizer que tais análises partem do conceito de um fenômeno isolado, do recorte social em três esferas,⁷³ ignorando, sua *existência real*,⁷⁴ de modo que para Montaño (2002, p. 22), *terceiro setor*

[...] refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos princípios neoliberais: um novo padrão para a função social de respostas às seqüelas da questão social, seguindo os valores de solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda mútua.

A expressão terceiro setor, traduzido do inglês *Third Sector*, é parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos⁷⁵. Como se vê, não é uma expressão neutra, tem uma nacionalidade clara: a norte-americana. Nos Estados Unidos, o associativismo e voluntarismo fazem parte da cultura política, baseada no individualismo liberal (MONTAÑO, 2002).

⁷³ Primeiro setor (Estado), segundo setor (o mercado) e o terceiro setor (a sociedade civil).

⁷⁴ Montaño (2002), tem como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital como um todo, chega ao terceiro setor como um fenômeno partícipe dessas transformações gerais, como produto delas, pautados em princípios neoliberais e/ou funcional a ele.

⁷⁵ Nos Estados Unidos, costuma ser usada paralelamente a outras expressões, entre as quais duas se destacam. A primeira, *organizações sem fins lucrativos* (Non Profit Organizations), significa um tipo de instituição cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre seus diretores e associados. A segunda, *organizações voluntárias*, tem um sentido complementar ao da primeira, de modo que se o lucro não é o seu objetivo e se ações por elas desenvolvidas não resultam de uma ação governamental, pode-se concluir que sua origem e finalidade se dá a partir do *ato de vontade* de seus fundadores. E mais: supõe-se, ainda, que durem no tempo, em grande medida, graças a um conjunto complexo de adesões e contribuições igualmente voluntárias. A Inglaterra usa uma expressão mais antiga para designar o terceiro setor: *caridades* (charities), que remete à memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto da doação (de si para o outro). A noção de *filantropia*, contraponto moderno e humanista à caridade religiosa, também aparece com frequência, sobretudo na literatura anglo-saxã.

Já a expressão *organizações não-governamentais (ONGs)*⁷⁶ vem da Europa Continental e sua origem está na nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas. Foram assim denominadas todas as organizações internacionais que, embora não representassem governos, eram significativas para se fazerem representar na ONU, como o do Conselho Mundial de Igrejas e a Organização Internacional do Trabalho.

Durante o IV Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, realizado na Argentina, em 1998, foi definido que as organizações do *terceiro setor* seriam as *privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária*.

Para Montaña (2002), o caráter *não-governamental, autogovernado e não-lucrativo* é facilmente questionável. Em sua maioria, as chamadas *organizações não-governamentais (ONGs)* são financiadas pelo Estado, por meio das *parcerias*, ou são contratadas pelo Estado para desenvolverem alguma atividade de forma *terceirizada*, de modo que parecem não fazer jus ao caráter não-governamental. Das treze instituições estudadas nesta pesquisa, todas, de alguma forma, têm suas atividades subsidiadas por verbas públicas, via acordos, convênios e/ou contratos firmados com o Estado, inclusive com cessão de pessoal. As falas dos assistentes sociais entrevistados revelam essa prática:

[...] temos convênio com o SUS, com a SEMTAS e temos também convênio com a Secretaria de Educação do Município e do Estado, no que se refere ao fornecimento de funcionários para trabalharem aqui [...] (ASS14 - INST9).

É verdade, a gente tem convênio com a Secretária Estadual de Educação [...]. A gente tem convênio com o município também [...] convênio federal que atende o programa do idoso [...] (ASS3 - INST3).

[...] nós temos um programa, o PPD (Programa Portador de Deficiência) que é da SEMTAS. Também trabalhamos com o PAC, que é um programa de atendimentos a pacientes de alta complexidade, da Secretaria Municipal de Saúde (ASS1 - INST1).

Nesse sentido, a *autogovernabilidade* das ONGs parece pouco provável, visto que, o Estado, ao estabelecer *parcerias* com uma e não com outra entidade, ao destinar

⁷⁶ O termo ONG é assumido pela primeira vez num documento de trabalho assinado por Rubéns César Fernandes no contexto de uma seminário latino-americano no Rio de Janeiro, texto publicado em 1988, como introdução ao primeiro catálogo de ONGs brasileiras, editado sob o título “Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil”. O termo que viria a caracterizar o chamado *terceiro setor*.

recursos a um determinado projeto e não a outro, está a desenvolver uma tarefa *seletiva* (que não pode ser confundida com prioridade) e *focalista*⁷⁷, quebrando a lógica dos direitos sociais e da universalidade, a partir das escolhas estabelecidas pela *política governamental*, estando *integrada e condicionada* a ela. Não possuem autonomia ideológica, prática, nem muito menos, financeira. A fala a seguir confirma tal afirmativa.

A [...] trabalha em consonância com o Ministério da Saúde, com a Organização Mundial de Saúde. [...] A gente recebe as diretrizes desses órgãos que trabalham a saúde reprodutiva [...]. São vários tipos de projetos, [...] há convênios de planejamento com os municípios [...] (ASS12 - INST12).

É importante destacar que a crescente co-participação do *terceiro setor* na execução das políticas públicas, em especial nas políticas assistenciais, tem favorecido não só a estratégia de focalização (em seu sentido negativo) como também a *fragmentação* dessas políticas - ainda que não tenham sido universais -, tornando os princípios da universalidade e da equidade cada vez mais distantes de uma realidade possível e necessária (ALMEIDA, 2004).

Uma entrevistada comenta e situa essa realidade, quando fala do processo de escolha e/ou seleção de determinado usuário por sua situação de carência, para inclusão em determinado programa:

[...] quando as pessoas chegam à instituição, elas vêm para o Serviço Social, [...] a triagem é composta de três profissionais, que é o psicólogo, o médico e o assistente social. [...] a partir daí, nós no Serviço Social fazemos uma avaliação das condições de vida dessa pessoa, da estrutura, familiar, da renda [...] a instituição é voltada para o atendimento às pessoas carentes, já que é entidade filantrópica [...] porque estava chegando uma *demandas que não era nossa*, pessoas com uma renda mais elevada que se inseriam dentro do atendimento, porque era gratuito; no entanto a nossa *demandas era voltada para pessoas carentes* (ASS14 - INST9).

⁷⁷ A focalização não pode ser entendida como sinônimo de seletividade. Segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, significa pôr em foco, fazer voltar a atenção para algo que se quer destacar, salientar. A focalização, nesse sentido, pode ser compatível com a universalização: no universo de pessoas atendidas em creche, por exemplo, é preciso focalizar aquelas crianças desnutridas, com ações para combate à desnutrição. Focalizar, nessa direção, não é restringir o acesso aos direitos, mas, no universo atendido, diferenciar aquelas que necessitam de atenção especial, para reduzir desigualdades (BOSCHETTI, 2003).

Observe-se, nesse enunciado, que a ação dos profissionais (incluindo-se aí o assistente social) voltada para a realização da triagem, ocorre em função da seleção de *peessoas carentes* que procuram os serviços da instituição, não é orientada pelo interesse público, e sim pelo interesse privado de determinados grupos e segmentos sociais, o que reforça, portanto, a seletividade no atendimento. O propósito não é estabelecer estratégias que possam ampliar o atendimento e/ou acesso aos direitos (BOSCHETTI, 2003). Há sim um cuidado de escolher, averiguar, de forma minuciosa, quem vai ser selecionado e escolhido, conforme critério e norma da instituição: “fazemos uma avaliação das condições de vida dessa pessoa, da estrutura, familiar, da renda, porque [...]a instituição é voltada para o atendimento às pessoas carentes, já que é entidade filantrópica’. A lógica do direito privado, diferentemente da lógica do direito público, não considera o acesso aos programas sociais e serviços como um direito social garantido por lei a todos os cidadãos, no contexto do Estado⁷⁸.

A demanda aqui é muito grande. Então um ou outro fica de fora [...] as que não conseguem [...] a gente faz o possível pra que todos tenham acesso. [...] Às vezes fica de fora (ASS1 - INST1).

E o que dizer do tão propagado caráter *não-lucrativo*? Ao abarcar várias instituições num mesmo espaço, o *terceiro setor* abrange também as fundações de assistência empresarial, como a Fundação Roberto Marinho, o Bradesco e outras, que não podem esconder seu interesse econômico, na isenção de impostos ou na melhora da imagem de seu produto perante a sociedade, tendo, portanto, um claro fim *lucrativo*, mesmo que de forma indireta.

Finalmente, que entidades compõem de fato *terceiro setor*? Integrariam este setor as instituições não-governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade Civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as instituições culturais, religiosas, os clubes, dentre tantas outras? Mesclam-se os diversos sujeitos, com atividades aparentemente iguais, porém com interesses e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios, reunindo-se num

⁷⁸ Para Iamamoto (2002), mesmo que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública, que expressa a luta pelos interesses da coletividade.

mesmo espaço organizações formais/informais, entidades de interesse político e econômico diferenciados.

Equalizam-se todas as instituições que compõem o *terceiro setor* como tendo origem privada e finalidade pública. Se uma fundação ou uma empresa tem origem privada, diferentemente uma creche comunitária tem origem pública. Se uma creche tem uma finalidade pública, o mesmo não ocorrerá com uma fundação gerenciada por um candidato a vereador (por exemplo, a Fundação Cícera Queiroz de Ação Política e Social) que tem interesse privado, de modo que o caráter público e o privado da *origem, da atividade e da finalidade* não se distinguem. Uma pesquisa na internet no *site institutoterceirosetor.org.br*, por instituições do *terceiro setor* em Natal, agrega numa mesma categoria tanto a Associação de Orientação ao Deficiente (ADOTE), que tem origem pública, como o Colégio Nossa Senhora das Neves e o Salesiano São José, que têm origem privada, portanto, têm a finalidade de lucro.

Observe-se que se englobam sob o mesmo título as tradicionais instituições filantrópicas; o voluntariado e as organizações não-governamentais, desde aquelas mais combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais, até àquelas que têm filiações político-ideológicas as mais distintas (IAMAMOTO, 2002).

Para Fernandes (1994a), mesmo as instituições apresentando diferentes estruturas organizacionais, ainda assim, não se distinguem, integrando-se a este setor tanto instituições de caráter religioso como, por exemplo, as caridades católicas e espíritas, como os centros afro-americanos, as associações de moradores, as ONGs, centros de saúde, creches, a filantropia empresarial e outros. Ao congregar uma variedade de Instituições, Fernandes (1994), aponta quatro *características* que justificam seu agrupamento no chamado *terceiro setor*, quais sejam:

a) Faz contraponto às ações de governo

Destaca a idéia de que os bens e serviços públicos resultam não apenas da atuação do Estado, mas também da multiplicidade de iniciativas particulares, nas áreas de Assistência social, Educação, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura, esporte, comunicação, geração de renda e trabalho.

Deste pressuposto Montaño (2002) destacar dois equívocos. O primeiro refere-se ao já colocado anteriormente quanto à confusão entre público e privado. O debate hegemônico sobre o *terceiro setor* pretende a crítica e a superação da bipolarização liberal entre Estado e Mercado, entre público e privado, articulando-os por intermédio do Terceiro setor incluindo-se aí a sociedade civil. Entretanto, o que se observa é uma *segmentação*

tripartite da realidade social, mantendo-se ainda a mesma polarização porque mantém-se o Estado autonomizado como esfera exclusivamente *pública* e o mercado, possuidor de uma suposta autonomia, visto como de esfera exclusivamente *privada*.

Deste modo, concordamos com Montañó (2002) ao afirmar que a concepção de organização do terceiro setor como de origem *privada* e finalidade *pública*, constitui uma concepção reducionista e mistificadora da realidade, uma vez que a homogeneização das Instituições que compõem o *terceiro setor* não consegue diferenciar entre o caráter público ou privado da *origem, da atividade e da finalidade*.

Segundo, a indiferenciação não gratuita entre Estado e Governo⁷⁹, comum na bibliografia dominante sobre o *terceiro setor*, camufla a problemática de identidade. Sendo considerada como *não-governamental e não estatal*, orienta-se direta ou indiretamente, através das *parcerias*, pela política governamental, esta definida a partir de opções de classe com clara hegemonia do grande capital.

Fazer a adequada diferenciação entre Estado e Governo é fundamental na elucidação do *papel e função* que exercem as parcerias entre as organizações não-governamentais e o Estado, que no contexto capitalista, ainda mantém seu caráter de instituição de ordem do capital, inclusive de governos de esquerda que constantemente se deparam com as limitações de seu poder decisório frente aos organismos como o FMI e a OMC.

b) Faz contraponto às ações do mercado

Abre o campo dos interesses coletivos para a iniciativa individual. Ou melhor, empresta-lhe uma nova forma e uma nova visibilidade, posto que os indivíduos sempre foram chamados, em alguma medida, a contribuir para o bem comum. Na tradição, este chamamento era feito, sobretudo, pelas instituições religiosas, que assumiam para si a tarefa de transformar em serviços os apoios recebidos, associadas às modernas formas de chamamento à exemplo do amigo da Escola. Associado aqui à noção de *cidadania*, o princípio expande-se numa escala sem precedente, colocando para indivíduos e empresas, a necessidade uma participação direta e/ou indireta na produção (ou destruição) de bens e serviços de interesse comum.

Segundo esta lógica, o *terceiro setor* é co-extensivo com o mercado. Muitas vezes o interesse coletivo é apreendido como uma demanda efetiva e torna-se objeto de investimentos lucrativos: Educação, saúde, ciência e tecnologia etc. A expansão dos planos de saúde e de Escolas particulares mostram-se como campo fértil de lucros rápidos.

⁷⁹ Estado refere-se a Instituições de certa permanência estrutural, enquanto que o Governo caracteriza-se por Instituições temporais (MONTAÑO, 2000, p. 137, apud PETRAS, 2000, p. 75).

A presença de um *terceiro setor* sinaliza, contudo, que o mercado não satisfaz à totalidade das necessidades e dos interesses efetivamente manifestos, em meio aos quais se movimenta. Segundo esta visão, ao Estado, com certeza, mas, também, à própria iniciativa particular cabe zelar para que estes investimentos sejam efetivamente feitos.

c) Emprista um sentido maior aos elementos que o compõem

Diferentemente da simbologia dominante no pós-guerra, marcada pelas divisões dicotômicas, este conceito recupera o valor do pensamento trinário, ou seja, modifica, pois, os termos da oposição central do período anterior (Estado X Mercado), realçando o valor tanto político, quanto econômico, das ações voluntárias, sem fins lucrativos.

Na visão dominante no debate sobre o *terceiro setor*, esta compreensão permite recuperar com maior intensidade, iniciativas que haviam caído em desuso, como as que se reportam aos valores da caridade e as práticas de amor e de solidariedade social⁸⁰. Difundida enquanto condição necessária à consolidação da democracia, participação cidadã em mais de uma década de democratização política ainda é para a maioria dos propósitos um privilégio das classes dominantes, enquanto que a maioria pobre permanece em grande parte excluída e subalternizada.

Estimula-se o desenvolvimento da filantropia empresarial, para que obtenha maior valor na estrutura da empresa, enquanto investimento de longo prazo. Difunde a idéia do voluntariado⁸¹ como expressão de existência cidadã, acessível a todos e a cada um, indispensável à resolução dos problemas de interesse comum. Atribui, em suma, um sentido fundamental ao conjunto das iniciativas que compõem o terceiro setor, diferentemente da lógica que acostumamos atribuir ao Estado e ao Mercado.

Contrapondo-se a idéia de solidariedade social, acredita-se que a própria idéia de um projeto comum e global seria problemática, uma vez que tais projetos podem ser convincentes para uma minoria militante, mas não é provável que sejam assimilados pelos segmentos mais amplos do Terceiro setor. De modo que as agendas acabam sendo seletivas, em virtude da diversidade das problemáticas enfocadas pelos segmentos do *terceiro setor*.

d. Projeta uma visão integradora da vida pública

⁸⁰ A luta pela paz, frente à violência sem controles; a rejeição às desigualdades extremas; a proteção de crianças e que constituem elementos indispensáveis à vida em comum, dão forma ao Terceiro setor. Não apresentam por si mesmos fórmulas claras para a resolução dos problemas, apenas, mesmo que difusamente, definem o que é e o que não é tolerável. Trabalhando sobre os valores comuns, o Terceiro setor reforça as condições culturais e subjetivas com as quais o Estado e o mercado devem funcionar. (FERNANDES, 1994)

⁸¹ O voluntariado, entendido como doação pelos cidadãos de tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e comunitário.

Chama-se *terceiro* porque supõe um *primeiro* e um *segundo*. Enfatiza, portanto, a complementariedade que existe (ou pelo menos deveria existir) entre ações públicas e privadas. Sem o Estado, as ações do Terceiro setor sucumbiriam na anarquia. Fragmentar-se-iam na medida das contradições próprias aos valores e às intenções. Os esquadrões da morte, por exemplo, refletem, com freqüência, a iniciativa autônoma de grupos particulares apoiados por algum valor e alguma opinião. É o sistema legal, instituído e mantido pelo Estado, que esclarece os limites das ações voluntárias consideradas legítimas. Com efeito, por definição, o *terceiro setor* não é capaz de regulamentar-se segundo normas de aceitação universal.

De igual modo, o Terceiro setor não teria as características que lhe valem o nome sem o mercado. É sem fins lucrativos porque supõe a existência do lucro em outro plano. Por outro lado, o *terceiro setor* não se caracteriza, evidentemente, por investimentos intensivos de capital. Distingue-se, ao contrário, pelo uso extensivo do trabalho, apelando para a sua criatividade e para a sua dimensão voluntária. Não se caracteriza, tampouco, como um campo impulsionador de inovações tecnológicas, ao contrário, padece com freqüência, de problemas de produtividade. É mais rico em eficácia simbólica (com a sua relevância) do que em resultados quantitativos. Pode-se mesmo dizer que, sem o mercado, os bens e os serviços produzidos no terceiro setor tenderiam a reduzir-se às dimensões tradicionais da caridade e do mecenato. A dinâmica expansiva das organizações sem fins lucrativos é complementar à dinâmica do mercado. Marca suas insuficiências, pressiona suas limitações, denuncia seus abusos, assimila suas inovações direcionando-as para áreas excluídas ou ignoradas pelo mercado.

2.2 A transformação ideológica do terceiro setor em sociedade civil

O uso indiscriminado das expressões sociedade civil e *terceiro setor* pelos diversos segmentos da sociedade, sem a devida compreensão de seu significado, dos diferentes sentidos atribuídos a elas, em diferentes contextos históricos, vem reforçando o entendimento do *terceiro setor* como esfera virtuosa e homogênea. A *sociedade civil*, numa visão despolitizada, é transformada em um conjunto de organizações de iniciativa privada voltadas para a produção de bens e serviços públicos. Em contraste com o Estado, completamente

satanizado, a sociedade civil (sujeito virtuoso) tem sido confundida, muitas vezes, com as ONGs.

Segundo os economistas e políticos neoliberais, o Estado de bem-estar social com sua rede de proteção universal, tem sido o principal responsável pelo déficit público. Cortes nos gastos sociais⁸² então são adotados como estratégia fundamental de controle da inflação e da tão propagada retomada do crescimento. Nesse contexto é que o conceito de *sociedade civil* metamorfoseada em *terceiro setor* ganha destaque na concepção neoliberal, passando a sociedade civil a compreender tudo aquilo que não é nem Estado nem mercado.

Segundo a visão hegemônica, essas organizações, impregnadas por valores como a gratidão, a lealdade, a caridade, o amor, a compaixão e a solidariedade (numa perspectiva individualizada), se mobilizam para a produção de bens e serviços públicos, em substituição aos sentimentos de solidariedade coletiva.

Essa tese é congruente com a visão adotada por autores como John Garrisons (2002), que produziu um relatório para o Banco Mundial intitulado *do confronto à colaboração - relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil*. Nesse relatório, sociedade civil refere-se ao setor não-governamental, formado por associações comunitárias, movimentos sociais, ONGs, entidades beneficentes, associações profissionais, igrejas e fundações de empresas (ALMEIDA, 2004). Observe-se que, para esse autor, o *terceiro setor*, que ele chama de sociedade civil (referindo-se às organizações não-governamentais), aparece como colaborador e parceiro do Estado, na medida em que este não é tido como um Estado de classe. A disseminação da necessidade dessas parcerias acaba por corroborar com a minimização do Estado no enfrentamento da questão social.

Do ponto de vista de Gramsci⁸³,

[...] a sociedade civil diz respeito ao conjunto de “aparelhos privados de hegemonia”, portanto refere-se a uma esfera da superestrutura político-ideológica, mais precisamente aos organismos de participação política aos

⁸² No governo petista, infelizmente, continuamos presenciando o *desmonte da nação*. Os projetos governamentais foram todos submetidos a cortes de gastos com o objetivo de atingir o *superávit* primário de 4,25%. Mesmo o Programa Fome Zero, um dos carros-chefes do governo Lula, teve bastante reduzido o seu orçamento (em cerca de 75%) para 2004 (BRAZ, 2004).

⁸³ Mesmo Gramsci tendo desenvolvido sua teoria política com base na teoria marxista, o conceito de sociedade civil que utiliza não é o mesmo construído por Marx para designar as relações econômicas capitalistas, ou a estrutura econômica. O pensamento gramsciano possui traços originais e inovadores em relação à teoria de Marx e mesmo ao que era denominado “marxismo” nas primeiras décadas do século XX. Gramsci destacou a natureza conflituosa (de classe) dessa esfera, que aparece como um terreno de construção de hegemonia, e deu um novo lugar à sociedade civil, a superestrutura político-ideológica (ALMEIDA, 2004).

quais se adere voluntariamente e que são responsáveis pela representação dos interesses dos diferentes grupos sociais (ALMEIDA, 2004, p. 104).

Se, para Marx, o lugar da sociedade civil se referia à infra-estrutura econômica, em Gramsci a sociedade civil ocupa um novo lugar, a superestrutura político-ideológica. Gramsci ainda ressalta a *natureza conflituosa* dessa esfera, quando coloca a sociedade civil como terreno de construção de hegemonia, numa dimensão claramente política, enquanto espaço da luta de classe pela hegemonia e pela conquista do poder político por parte das classes subalternas. Desse modo, o pensamento político de Gramsci “expressa o processo de socialização da política mediante a incorporação de elementos próprios da esfera pública, que não poderiam ser mais ignorados” (ALMEIDA, 2005, p.105).

Essa nova definição de *sociedade civil* permite entender-se não só a sociedade moderna como a sua função nesse novo Estado, ao se organizar em partidos políticos e sindicatos, considerados por Gramsci como os *aparelhos privados de hegemonia*, responsáveis pela manutenção do consenso. Desse modo, a legitimidade do Estado moderno não se assenta somente em sua capacidade de coerção, mas principalmente (no Estado ampliado) na combinação de coerção com hegemonia.

[...] Sociedade civil é o espaço em que se manifesta a organização e representação dos interesses dos diferentes grupos sociais (associações e organizações, sindicatos, partidos etc.), esfera de elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias (atividades culturais, meios de comunicação etc.), que tornam ou não conscientes os conflitos e as contradições sociais. É uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe (DURIGUETTO, 2005, p. 84).

É um conceito que tanto pode ser utilizado como ferramenta teórica de interpretação da realidade como pode configurar espaço de agregação de projetos coletivos diversos. Tanto pode vir a representar interesses públicos, voltados para a coletividade e para a preservação de direitos, quanto espaço para a expressão de interesses econômicos corporativos.

Isso significa que nem todos os movimentos e organizações da sociedade civil representam de fato valores e práticas voltados para o aprofundamento da democracia. Sua

despolitização, sua apresentação como terreno virtuoso, imune aos conflitos de interesse de classe, tem configurado uma das estratégias de promoção da privatização da questão social e também de sua *refilantropização*, transformando a sociedade civil no sujeito político responsável pela democratização das relações sociais.

Nessa direção, o conceito de *sociedade civil* adquire um valor estratégico, que é ao mesmo tempo, o de escamotear o conceito de classe ao de cidadania e democracia e o de naturalizar e universalizar os conteúdos classistas dominantes nas práticas da sociedade civil.

Entre as décadas de 70 e 80, os movimentos sociais desenvolviam suas atividades dirigidas para ou contra o Estado, atuando, no dizer de Fernandes (1994), *de costas para o Estado*, muitas vezes apoiados por um tipo de organização conhecida como ONG. Surgiam e se expandiam de forma progressiva as chamadas organizações não-governamentais fortemente vinculadas aos movimentos sociais que lutavam pela redemocratização do país. Seu surgimento e multiplicação constituíram a organização da *sociedade civil* no contexto da luta pelo restabelecimento do *estado de direito*, representando, ainda, a emergência de um tipo específico de organização, marcada por um forte viés anti-Estado.

Naquele contexto de ditadura, a *sociedade civil* tornou-se sinônimo de tudo que se contrapunha ao Estado ditatorial⁸⁴. *Civil* era o contrário de *militar*; ou seja, o Estado (militarizado) era contraposto à sociedade civil (espaço dos movimentos populares na luta pela redemocratização do país)⁸⁵.

Entretanto o equívoco dos que defendem o *terceiro setor* é realizarem um deslocamento temporal, acrítico daquela oposição ao Estado ditatorial, descontextualizando a oposição (empiricamente constatável naquele contexto) entre Estado e *sociedade civil*. Eles ignoram, assim, as diferenças entre *aquele* Estado (militarizado) e *este* Estado (democrático e de direito), *aquela* sociedade civil (reunida e mobilizada contra um inimigo, o Estado

⁸⁴ Com a queda do Muro de Berlim e da crise do chamado “socialismo real”, a retórica anti-Estado se dissipa, na medida em que mudanças no padrão de relacionamento entre demandas populares e setores do aparelho de Estado acontecem.

⁸⁵ Segundo Sader (1987, p. 28), as greves do período entre 1978 e 1980 “(...) expressaram no Brasil a presença de novas forças sociais (...). Elas se constituíram subterraneamente e, à medida que vieram a público, estimularam outras forças a se agregarem, a se corporificarem e, portanto, se constituíram numa vertente política no Brasil”. Uma das importantes formas de contestação ao regime autocrático burguês - a sua forma repressiva de ação e a sua política econômica concentradora de riqueza - foi constatada através da maioria de votos obtidos pelo partido de oposição (MDB) nas principais cidades do país, durante as eleições de 1974, repetindo-se em 1978. Em São Paulo, por exemplo, o candidato de oposição ao Senado obteve, em 1974, 70% dos votos da capital; os deputados à Câmara Federal receberam 55% dos votos. Em 1978, a vitória da oposição ultrapassou a casa dos milhões, bem como em 1982, ela conquistou posições decisivas nos cargos pleiteados. Para Sader (1987), o MDB foi a expressão institucional da insatisfação de vastos setores da sociedade com o Estado de arbítrio e com as injustiças sociais. Nesse momento, temos o MDB de algum modo estabelecendo ponte entre a sociedade marginalizada e um Estado todo-poderoso. O papel desse partido foi decisivo no período que vai de 1982 a 1984, na constituição da Nova República.

ditatorial) e *esta* sociedade civil, com a organização da classe trabalhadora debilitada (MONTAÑO, 2002).

As bandeiras de força progressista daquele contexto, na atualidade, no contexto democrático e de avanços populares expressos na Constituição de 1988, tornam-se bandeiras de afirmação do projeto neoliberal, distanciando-se dos setores populares. As ONGs passam a experimentar um novo padrão de relacionamento com os órgãos públicos, este mais flexível: passam do conflito à colaboração⁸⁶, servindo de *instrumento* para a operacionalização da estratégia do projeto liberal de *desresponsabilização do Estado e do capital*, com as respostas à questão social, particularmente no que refere às políticas sociais.

Essa falta de entendimento sobre os conceitos de *sociedade civil e terceiro setor* tem se refletido no modo de interpretar a realidade na qual se insere o assistente social. Muitos desses profissionais, impregnados pela perspectiva neoliberal, têm feito uma leitura equivocada da atual conjuntura, encarando todo esse processo como uma realidade *natural*, portanto, imodificável.

Uma das entrevistadas nesta pesquisa, ao ser indagada acerca de sua opinião sobre a transferência da responsabilidade estatal no enfrentamento da questão social para o *terceiro setor*, assim se expressou:

Eu não estou dizendo que o Estado diminuiu; o que eu estou dizendo é que o resto, a sociedade civil está dando essa ajuda ao Estado. Quando você falava em assistência [...] social, vinha de cara a LBA, sabe? Com a Secretaria de Promoção de Assistência e Trabalho Social eles fazem ... só que eles não fazem tudo. A gente sabe muito bem que o Governo não faz tudo e as ONGs estão entrando nessas brechas. Você tem ONG pra todos os grupos, se você for pesquisar o terceiro setor. Tem ONG que é uma sociedade civil com voluntários, tem parcerias, trabalha o social. Uma coisa que anteriormente, quando a gente aprendia [...], o social, era muito ligado à proteção do Estado, e hoje a população também é protegida pela própria sociedade (ASS13- INST3).

O pequeno trecho dessa entrevista, polarizada em torno de alguns termos (Estado, sociedade civil, ajuda, assistência, ONG, terceiro setor, voluntários, parceria, social, proteção do Estado, proteção da sociedade etc.), expressa uma tentativa da entrevistada de dar concretude a um discurso geral e evasivo, tentando explicar, mas sem saber explicitar, as

⁸⁶ Daí ser comum uma identificação e uma indiferenciação entre ONG e movimento social. É como se o “velho militante” do movimento social (das décadas de 70 e 80) fosse substituído pelo “novo militante” da ONG (dos anos 90).

conexões entre os conceitos, os quais aparecem calcados em lugares-comuns. Todavia ela (ASS13- INST3) deixa entrever, mesmo de forma implícita, as iniciativas solidárias - “Uma coisa que anteriormente, quando a gente aprendia o social, era muito ligado à proteção do Estado e hoje a população também é protegida pela própria sociedade.” Segundo Yazbek (2004), essas *iniciativas solidárias caracterizam a sociedade brasileira a partir dos anos 1990, nas quais se tornam evidentes as inspirações neoliberais das ações do Estado face às necessidades sociais da população.*

Em se tratando da globalização, das privatizações, da flexibilização dos contratos de trabalho pensados no contexto da nossa realidade, esses conceitos são considerados pelas entrevistadas inalteráveis, de modo que a única alternativa possível seria a busca por *melhorá-lo*, ou seja, sem o *sonho* de uma sociedade pós-capitalista só nos restaria a *humanização harmoniosa* dessa sociedade globalizada, automatizada, do não-emprego, e a *ampliação do espaço do terceiro setor*. Quando ocorre alguma aproximação do profissional com os conceitos citados, ela se dá via interlocutores da visão hegemônica dominante.

Eu tive no ano passado um treinamento. Um curso de treinamento no Natal Voluntários, que é uma ONG [...] ela fez uma capacitação com vários assistentes sociais, pedagogos, psicólogas de várias ONGs aqui de Natal e o curso foi muito bom e a gente teve uma parte falando só sobre o terceiro setor: o que era terceiro setor, como trabalhava [...] as dificuldades. [...] Depois a gente recebeu um palestrante de fora, que veio de São Paulo [...] ele veio não pra criticar o terceiro setor; veio justamente pra dizer que era uma luz que tava se abrindo e o mundo poderia se tornar bem melhor se a gente conseguisse trabalhar com outros olhos. Mas assim essa parte crítica a gente não teve a oportunidade de ver não (ASS3 - INST3).

Observe-se que a fala dessa entrevistada (ASS3 - INST3) expressa uma compreensão do que venha a ser e representar o *terceiro setor* em nossa sociedade, fundamentando-se nas informações obtidas durante o curso ministrado por interlocutores que comungam a tese dominante sobre o terceiro setor: “[...] veio justamente pra dizer que era uma luz que tava se abrindo e o mundo poderia se tornar bem melhor se a gente conseguisse trabalhar com outros olhos.” Sua fala deixa transparecer o reconhecimento de que o curso ou treinamento dado não estabeleceu a crítica ao *terceiro setor* pensado sob a lógica dominante: “[...] essa parte crítica a gente não teve a oportunidade de ver não.” Para a entrevistada, o curso foi muito bom porque esclareceu vários outros profissionais, além dos assistentes sociais, sobre o que era o *terceiro setor*, como trabalhava e as *dificuldades* que enfrentavam.

Das dezesseis profissionais entrevistadas apenas duas expressaram preocupação pela necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel do *terceiro setor* imerso num contexto social mais amplo, uma delas assim se expressou:

Eu acho que o terceiro setor é um campo de trabalho para o Serviço Social. [...] Porque se você observar em toda instituição é necessário a presença de um assistente social. E como tudo que cresce, é preciso pensar [...] repensar o terceiro setor [...] até mesmo porque, a política governamental já tem esse caráter de valorização do terceiro setor. [...] existe a demanda, mas tem que haver [...] controle. Porque é um trabalho filantrópico voltado pra comunidade, pra sociedade civil, mas que se precisa [...] de um controle social. Existe, mais é muito reduzido. Tem que ser mais acentuado, porque na verdade é transferência de papéis. Quando se coloca a demanda para o terceiro setor, essa demanda deveria ser atendida por políticas públicas governamentais, mas, no entanto, nós sabemos que existem interesses no terceiro setor e que também existem projetos que aprovam esse convênio entre o terceiro setor e as políticas governamentais. Mas e o controle? e a prestação de contas? (ASS14 - INST9).

Nota-se no trecho transcrito acima, um outro entendimento em relação ao *terceiro setor*. Embora reconhecendo ser ele um campo de trabalho para o assistente social, a entrevistada tem lucidez para perceber o caráter valorativo do Estado e chama atenção para a política governamental em relação ao *terceiro setor*. Inclusive faz alusão à necessidade de um controle por parte do Estado quanto aos recursos gastos, ao mesmo tempo, que enfatiza a transferência de papéis: “*porque na verdade é transferência de papéis. Quando se coloca a demanda posta para o terceiro setor, essa demanda deveria ser atendida por políticas públicas governamentais*”.

A profissional citada (ASS14 - INST9) não descarta a idéia de o assistente social estar *presente* nesses espaços, nem se *agarra* às instituições do *terceiro setor* como a única forma de construção da cidadania e da ampliação dos direitos; antes, percebe-o como um espaço de contradição, de luta, onde transitam o capital e o trabalho, nas suas incessantes lutas por hegemonia.

De um modo geral, as falas das entrevistadas revelam uma grande dificuldade dos profissionais de Serviço Social em compreender que a retirada do Estado (e do capital) da responsabilidade de intervenção na *questão social* não ocorre por motivos de eficiência nem apenas por razões financeiras, mas fundamentalmente por motivos de cunho político-ideológico. Assim esvazia-se a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas

sociais estatais de qualidade, desonerando-se o capital de tais responsabilidades, fortalecendo-se a cultura da auto-ajuda e da ajuda mútua para o seu enfrentamento (MONTAÑO, 2002).

2.3 O Serviço Social no contexto do *terceiro setor*: ampliação do espaço socioocupacional para o trabalho profissional

Entre as principais transformações ocorridas na contemporaneidade, destacam-se as do mundo do trabalho, que alteram *a organização e as relações de trabalho* e afetam consideravelmente a vida das classes trabalhadoras, principais usuárias das políticas sociais. Processa-se uma reorientação do Estado, que passa a atuar de uma perspectiva de Estado de *bem-estar social* para uma orientação *neoliberal*, sendo o principal responsável pelas respostas às seqüelas da *questão social*. Por último, sendo as políticas sociais mediações entre o Estado e as classes sociais, pode-se concluir, então, que estas também se modificam em suas orientações e funcionalidade. E, se a política social cria o espaço para surgimento e expansão do Serviço Social, a sua diminuição e precarização repercute na profissão de forma negativa, visto que

As mudanças nas *funções e responsabilidades sociais* do Estado, por via de alterações nas políticas sociais, rebatem direta e radicalmente na coluna vertebral da profissão: no tipo e quantidade de demandas dirigidas ao profissional, *nas condições de trabalho do assistente social*, na modalidade interventiva, na eventual tendência ao aumento do desemprego e subemprego profissional, na descaracterização da profissão (MONTAÑO, 2002, p. 246).

Nesse processo, o Estado tem diminuído os custos, que considera *elevados*, inserindo-se aí o trabalho profissional, incentivando a atividade voluntária, a auto-ajuda e a ajuda mútua. Os assistentes sociais como agentes destes serviços, estão entre os *custos* e, conseqüentemente, podem ser recortados, de forma a diminuir as despesas do Estado com a área social.

[...] remete, tendencialmente, no contexto de focalização, descentralização e precarização das políticas sociais, à *clara precarização das condições de trabalho do assistente social*, sua terceirização e/ou sua substituição por agentes de menor preparo e salários mais baixos (ou voluntários), precarizando/reduzindo as demandas por assistentes sociais [...] (MONTAÑO, 2002, p. 249).

Considerando-se serem as políticas sociais a base de sustentação funcional do Serviço Social, suporte material privilegiado da ação profissional⁸⁷, se estas são modificadas, no atual contexto socioeconômico e político, pode-se concluir que a profissão tende a sofrer transformações relevantes no que se refere a sua *demandas, campo de atuação, vínculo empregatício, tempo de trabalho, salário* e outros, tendo em vista que esse mercado aberto no *terceiro setor* não tem compensado a retração do mercado na órbita do Estado. Concretamente,

Não parece compensar em relação à quantidade dos postos de trabalho para os assistentes sociais criados na sociedade civil. Não compensa no tipo de vínculo empregatício: instável, flexível, sujeito a financiamento externo de projetos pontuais. Não compensa no tipo de prática demandada: dirigida cada vez mais à gestão de recursos humanos (RH), mais do que à implementação de serviços sociais, e voltada geralmente para uma prática voluntarista/assistencialista [...] (MONTAÑO, 2002, p. 249).

Um outro ponto abordado por Montaño (2002) é que a prática desenvolvida pelos assistentes sociais vem ocorrendo muito mais numa *perspectiva conciliadora e doutrinadora*, por intermédio de atividades de administração de benefícios sociais e a coordenação de novos métodos de organização do trabalho, tais como os círculos de controle de qualidade (CCQ), alterando-se as atribuições e os papéis desses profissionais.

Se a política social como instrumento do Estado intervencionista, constitui-se em instância privilegiada que possibilita a criação de *espaço de intervenção profissional* e, conseqüentemente, o mercado de trabalho para o Serviço Social, atribuindo-lhe funcionalidade e legitimidade, é evidente que as reformas do Estado, a precarização e os recortes das políticas sociais e a suposta *passagem* dos serviços assistenciais sociais do Estado para o setor privado, seja ele mercantil ou do *terceiro setor*, não significam nem de longe uma

⁸⁷ O assistente social depende da política social para desempenhar suas atribuições, ou seja, a política social possibilita a criação de espaços para a expansão e consolidação do Serviço Social.

transferência de *práticas profissionais* dos assistentes sociais para esse setor. Significam sim, como bem coloca Montañó (2002), que a assistência social vem sendo paulatinamente substituída por uma outra atividade: a *ação filantrópica*⁸⁸.

O que parece se processar na verdade, é uma tendencial perda paulatina do espaço profissional-ocupacional do assistente social (fundamentalmente no âmbito estatal), que deixa lugar para - porém não evolui em - um aumento das práticas filantrópicas e voluntárias (no interior do chamado terceiro setor) (MONTAÑO, 2002, p. 248).

De um modo geral, a *descentralização administrativa*, a *privatização e a transferência para o terceiro setor das respostas às seqüelas da questão social* têm repercutido negativamente na profissão, contribuindo para o aumento tendencial do nível de desemprego profissional, para uma maior precarização das condições de trabalho e para o agravamento das condições de emprego/subemprego (MONTAÑO, 2002).

O vínculo contratual do profissional de Serviço Social nas ONGs aponta para a existência de uma *multiplicidade de contratos* e para uma maior *instabilidade profissional* nessas instituições. Entre 1991 e 1996, verificou-se um elevado número de contratos como também um significativo número de demissões, mostrando o elevado nível de *rotatividade* desse setor (MONTAÑO, 2002).

Apesar do aumento da demanda nas instituições do *terceiro setor*, os gastos com os serviços oferecidos têm se mantido. Não houve um acréscimo do número de profissionais contratados, o que se reflete nas suas condições de trabalho e na qualidade dos serviços, criando uma sobrecarga profissional.

Ainda segundo a pesquisa (Montañó, 2002), nas entidades filantrópicas, e especialmente nas ONGs, os salários oferecidos a esses profissionais eram bem inferiores aos de outros profissionais, e a *carga horária* predominante era de 20 a 25 horas semanais. Quarenta por cento dos entrevistados trabalhavam num sistema de rodízio/escala, explicitando o trabalho *flexibilizado*.

Pesquisas como essas estimulam questionamentos sobre a inserção do Serviço Social nesse *novo* espaço profissional que se amplia para a profissão. É fundamental que ao

⁸⁸ Para Yazbek (2004), a filantropia, no Brasil, faz parte de nossa história, e a presença do setor privado na provisão social não é novidade na trajetória das políticas sociais brasileiras. Mas, inegavelmente, nos anos mais recentes, essa presença, além de se diversificar, em relação às tradicionais práticas filantrópicas, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de proteção social do país.

se ocupar esse lugar, tenha-se a capacidade de fazer uma leitura crítica desse novo padrão de intervenção social, que, além de contribuir para o aumento da precarização das relações de trabalho profissional, tem estimulado, em maior ou menor grau, a substituição do trabalho profissional pelo trabalho voluntário⁸⁹. Em muitos casos, o próprio profissional de Serviço Social tem ocupado essa posição, na esperança de ter seu trabalho *reconhecido* para um futuro contrato. Entre as dezesseis entrevistadas, nove assistentes sociais relataram que, antes de serem contratadas, realizaram algum tipo de trabalho voluntário na instituição. Destas, uma foi contratada após seis anos de serviço, e outra está há quatro anos na instituição à espera de um contrato.

Em que medida a inserção profissional do Serviço Social no *terceiro setor* (ONGs, entidades filantrópicas etc.) tem se mostrado vantajoso para a profissão, seja nas suas condições de trabalho ou para a sua prática profissional? É refletindo sobre tudo que foi apresentado até o momento que uma pesquisa sobre *as condições e relações de trabalho no terceiro setor na cidade do Natal* se propõe como importante contribuição para o desvelamento das contradições existentes nesse espaço socioocupacional e suas repercussões (positivas ou negativas) na profissão de Serviço Social.

⁸⁹ Nesse contexto, o projeto de mobilização do voluntariado integra-se às estratégias neoliberais de desresponsabilização do Estado para com as necessidades sociais, tornado-se um elemento importante na investida em favor do desmonte dos direitos sociais universais, transformando os direitos em benefícios eventuais. Portanto, o atuação do voluntariado vai na contramão da luta pela preservação, efetivação e ampliação dos direitos sociais universais (IMAMOTO, 2002).

CAPÍTULO 3 - RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA O ASSISTENTE SOCIAL: O “TERCEIRO SETOR” EM NATAL

As transformações no mundo do trabalho e o redesenho, na forma de intervenção do Estado na contemporaneidade, vêm provocando alterações substantivas no mercado de trabalho de diferentes profissões. O assistente social, como trabalhador assalariado⁹⁰, sujeita-se também, aos novos padrões e requisições desse mercado. Desse modo, a análise das relações às quais ele se submete torna-se necessária à compreensão da realidade por ele vivenciada no trabalho no denominado *terceiro setor* em Natal, com a finalidade de contribuir para o desvelamento das contradições existentes nas atuais relações e condições de trabalho que se estabelecem.

Sendo assim, a pesquisa sobre o trabalho do assistente social no *terceiro setor* em Natal (onde se encontram os espaços socioocupacionais em que se inserem os sujeitos desta pesquisa), com enfoque nas relações e condições objetivas de trabalho vivenciadas pelos assistentes sociais participantes da pesquisa, aponta alguns limites e possibilidades para o exercício profissional no atual contexto.

Um estudo acerca das relações e condições de trabalho do assistente social no *terceiro setor* implica necessariamente pensar o trabalho profissional que se realiza nesse *novo* espaço socioocupacional, como uma atividade inserida em um processo de trabalho construído historicamente e determinado socialmente pelo jogo de forças articulado em uma dada totalidade social. São novas relações constituídas e determinadas por uma nova cultura de trabalho e pelo redesenho de um Estado neoliberal que afetam diretamente a vida do trabalhador como também a implementação das políticas sociais, e reconstituem mediações que se traduzem nas condições (objetivas e subjetivas) e nas relações de trabalho do exercício profissional dos assistentes sociais, determinando efetivamente suas respostas profissionais, quando inseridos em diferentes processos de trabalho nas instituições que conformam o denominado *terceiro setor*.

⁹⁰ E essa relação de assalariamento constitui-se no divisor entre trabalho profissional e atividade social voluntária que, diferentemente do primeiro, se configura como uma atividade não remunerada, caracterizada pela ausência de vínculo empregatício e de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou afins (Lei nº 9.608 de 18/02/98, que dispõe acerca do trabalho voluntário).

3.1 O assistente social, força de trabalho qualificada e sua Inserção no espaço socioocupacional do denominado *terceiro setor*

A inserção do assistente social no mercado de trabalho se processa como uma forma particular de serviço que se concretiza em espaços socioocupacionais das estruturas institucionais responsáveis pela implementação de políticas sociais na esfera da regulação das relações sociais, através da prestação de serviços sociais, objetivando a reprodução material e espiritual da força de trabalho e das relações sociais que os constituem. Como uma das especializações do trabalho coletivo, a profissão está, portanto, inserida na divisão social e técnica do trabalho nesses espaços e tem suas determinações construídas e engendradas no e pelo processo de produção e reprodução das relações sociais⁹¹ constituídas na era dos monopólios, possibilitando um espaço legal e legítimo para o assistente social.

Nesse contexto, como sujeito ativo, produtivo, qualificado e especializado, o assistente social pode operar transformações num determinado objeto sobre o qual recai sua ação, em um determinado contexto histórico. Tem-se, portanto, de um lado, o homem, com sua força física, espiritual (seu intelecto), realizando seu trabalho de forma ativa e, de outro, o mundo material, a natureza, as relações entre os homens (homem também é natureza) com seus recursos, um mundo passivo, pronto a ser apropriado pelo homem, mediante a prática destes e ser produzido e transformado. Essa prática tem no trabalho social o espaço privilegiado de sua construção e de sua expressão humana, seja ela material, intelectual ou artística. Assim circunscrito, o trabalho oportuniza a construção de instrumentos de trabalho, de relações sociais, de sociabilidades, de necessidades sociais, tornando-se uma atividade criadora por excelência, através da qual o homem se objetiva e se transforma, ou seja, aprende e se educa⁹².

Aproximando tudo isso da realidade empírica de trabalho dos assistentes sociais, sujeitos desta pesquisa, observa-se que a inserção dos profissionais se processa como uma forma particular de serviços sociais e se objetiva em 13 espaços socioocupacionais diferenciados que conformam o *terceiro setor*. Dentre essas instituições, conforme sua

⁹¹ O trabalho concreto, útil e particular dos assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho, ocorrem na reprodução das relações sociais, mediadas pela prestação de serviços sociais. Nesse sentido o processo de objetivação se dá num nível de uma ação nas consciências dos indivíduos, na sua forma de ser, pensar, agir e ver o mundo.

⁹² Esse profissional não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (Marx, 1985).

natureza, identificam-se três entidades filantrópicas e dez organizações não-governamentais, desenvolvendo as mais diversas atividades, segundo a classificação⁹³ a seguir:

CLASSIFICAÇÃO POR ATIVIDADE PRINCIPAL DA INSTITUIÇÃO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL
Assistência e Promoção Social 4 Instituições	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestação de atendimento especializado em saúde sexual e reprodutiva, aconselhamento e referência para assistência social, jurídica e policial para pessoas em situação de violência de gênero. ▪ Amparo Social com Moradia. Estabelecimentos que acolhem e fornecem moradia para desamparados, como abrigos, asilos etc. ▪ Realização de cursos com o objetivo de complementar e/ou gerar renda para a família a exemplo dos cursos de artesanato e outras habilidades ▪ Implementação de Programas de orientação social, educacional e espiritual com o objetivo de inclusão social e educacional. ▪ Atividades que orientem o convívio social e o pleno desenvolvimento de indivíduos em formação e que envolvam crianças, adolescentes, jovens e pais. ▪ Amparo em situação de crise, Casa transitória ou de passagem. Espaço de convivência, de acolhimento e suporte em situação de crise social. ▪ Auxílio à Renda e Sustento. Distribuição de cesta básica, roupas, refeições, medicamentos ou auxílio financeiro. ▪ Capacitação para o Trabalho. Treinamento profissional vinculado à perspectiva de emprego. ▪ Estágio e Emprego. Atividades de colocação no mercado de trabalho. ▪ Serviços de Prevenção e Reabilitação para Dependentes Químicos Orientação, encaminhamento a comunidades terapêuticas, grupo de apoio, palestras e outras ações de suporte ao dependente químico e seus familiares.
Defesa dos Direitos Legais 5 Instituições	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução de Políticas de Assistência ao Idoso. ▪ Execução de Políticas de Assistência à Criança e ao Adolescente com atendimento prioritário às crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de exploração sexual, através de Atendimento Sócio – Psicopedagógico ▪ Desenvolvimento de ações integradas de reabilitação com participação de equipes inter e multidisciplinares como médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas etc., sem internação. Caso das ONG's que trabalham com Portadores de deficiência.
Assistência à Saúde 4 Instituições	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de campanhas de doação de órgãos. ▪ Atendimento da população para facilitar a obtenção de medicamentos que garantam a eficácia do tratamento prescrito. ▪ Campanhas voltadas para prevenção de acidentes no trabalho. ▪ Campanhas de prevenção e/ou esclarecimentos sobre doenças como a AIDS, a hepatite, o câncer, a hipertensão etc. ▪ Serviços Sociais de Apoio à Saúde. Atividades de informação, orientação e apoio social e/ou econômico para pacientes e familiares.

QUADRO 1 - Classificação das instituições por atividades

⁹³ Classificação com base na distribuição feita pelo Centro de Estudos do Terceiro setor da Fundação Getúlio Vargas (CETS) disponível no *site* www.mapa.org.br. Ressalta-se que o quadro serve apenas para facilitar a identificação das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social nas instituições do denominado *terceiro setor*. Isso não significa que as atividades discriminadas não possam fazer-se presentes (ainda que na qualidade de atividade secundária) em instituições que tenham uma outra atividade principal.

Como parte do *tripé* da seguridade social (saúde, previdência e assistência) - portanto, dever do Estado, direito do cidadão -, estas áreas vêm se destacando no denominado *terceiro setor*, principalmente pelas parcerias que vêm ocorrendo entre Estado e sociedade civil, cujas ações são direcionadas para os segmentos de classe em situação de maior vulnerabilidade, constituindo-se parte da estratégia de enfrentamento das expressões da questão social.

Note-se que a política de assistência, abrangendo a problemática da criança e do adolescente, do idoso, e demais programas de assistência dirigida à população *pobre, excluída e subalternizada*⁹⁴, abre o seu leque de abrangência em seu atendimento integrando a problemática da saúde (atendimento aos portadores de deficiência e saúde reprodutiva), dos recursos humanos, incidindo sobre as questões da segurança e da saúde do trabalhador, além de outras.

O trabalho do assistente social, no enfrentamento dessas expressões da questão social, mediante a prestação de serviços socioassistenciais, contribui para a criação de condições necessárias ao processo de reprodução social por meio dos efeitos ideológicos, os quais incidem sobre as condições de vida da população assistida (saúde, educação, alimentação, habitação, lazer, trabalho, e outras) e repercutem na reprodução da sua força de trabalho, ao mesmo tempo que capacita essas pessoas para o trabalho e para a vida social, qualificando-as (ou não) para o exercício da cidadania. Nesse sentido,

o assistente social - como depositário de uma ação formativa - trabalha atuando na maneira de ver, agir e pensar desses indivíduos, desenvolvendo, portanto, um trabalho educativo em sua dimensão política e ideológica. Nesse sentido, prepara-se uma força de trabalho potencial que, em tese, teria melhores condições de inserção no mercado de trabalho ou maior rentabilidade se já incluída (NICOLAU, 2005, p. 167-168).

O profissional de Serviço Social ao se inserir nesses espaços socioocupacionais como profissional qualificado para desenvolver uma ação educativa junto a esses segmentos sociais, conforme Nicolau (2005), utiliza um conjunto de instrumentos técnicos e operativos,

⁹⁴ Pobreza e exclusão social como algumas das resultantes da questão social que permeiam a vida das classes subalternas em nossa sociedade. E subalternidade significando a ausência de protagonismo de poder, expressando a dominação e a exploração. A subalternidade, tal como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões (YAZBEK, 2001).

conhecimentos e habilidades necessários à objetivação de seu trabalho, os quais são demandados e requisitados pelas instituições.

Em se tratando da formação acadêmica das assistentes sociais nesta pesquisa, elas adquiriram sua capacitação teórica, metodológica, técnica, ética e política, ou seja, profissionalizaram-se, em sua grande maioria, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - no caso, 14 das 16 entrevistadas. Entre as demais, uma se formou na Faculdade dos Executivos (FACEX) e outra na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Das 16 profissionais, cinco tiveram seu processo formativo orientado sob as diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC em 1996 - os quais integram o novo projeto ético-político da profissão, juntamente com o novo código de ética e a lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão - e se situam na faixa etária entre 26 e 30 anos. As 11 restantes, formaram-se sob a orientação das diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC em 1982⁹⁵, quatro delas estão na faixa etária dos 36 aos 40 anos e sete estão acima de 40 anos.

No processo da formação profissional no curso de Serviço Social, conforme Nicolau (2005), ocorre a transmissão de teorias, de pressupostos que possibilitam a compreensão, a explicação e a interpretação de objetos trabalhados no fazer profissional, que por seu turno, têm na prática seu espaço privilegiado. Os indivíduos buscam apoio em teorias, mediando conhecimentos sistematizados (com códigos específicos) e teorias do senso comum que permitem pensar, subsidiar e dar objetividade a esse fazer profissional. São pressupostos teóricos, metodológicos, éticos e políticos que permitem pensar e interpretar a sociedade e os processos sociais, e a profissão dentro dela. Os profissionais, portanto, buscam subsídios que lhes propiciem segurança e resguardem sua prática, em termos de uma sustentação intelectualizada, através de uma capacitação continuada em diferentes instâncias, formas e meios. O quadro a seguir procura explicitar a busca pela capacitação profissional empreendida pelo grupo de profissionais entrevistados.

PROFIS- SIONAL	ANO DE FORMAÇÃO	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	
		Pós-graduação	Eventos diversos
ASS1	2002	-----	▪ Semana do Assistente social - CRESS
ASS2	1993	-----	▪ Reuniões no Conselho Estadual de Assistência Social.
ASS3	1979	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Especialização na área de saúde (alcooolismo e outras drogas). ▪ Especialização em Violência Sexual à Criança e ao Adolescente. 	▪ Dia do Assistente social - CRESS
ASS4	2002	-----	▪ Curso de Instrumentalidade - UFRN.

⁹⁵ Currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1982.

ASS5	1995	-----	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões no Conselho dos Direitos Humanos e no Conselho Estadual e Municipal do Idoso. E, no Conselho Estadual de Assistência Social.
ASS6	2004	-----	-----
ASS7	1990	-----	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursou graduação em Jornalismo e faz atualmente Direito.
ASS8	1984	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Chegou a cursar uma disciplina como aluna especial do Mestrado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões do Conselho Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente. ▪ Congressos em Oncologia e Voluntariado. ▪ Curso de elaboração de Projetos - SEBRAE.
ASS9	2003	-----	-----
ASS10	2001	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Especialização em Violência Doméstica em curso 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ XI CBAS - Fortaleza - 2004
ASS11	1990	-----	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social
ASS12	1983	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Especialização em Educação Sexual 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficinas mensais no local de trabalho.
ASS13	1990	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mestrado pela UFPB em Filosofia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dia do assistente social
ASS14	1999	-----	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Instrumentalidade - UFRN. ▪ Conferências em área de atuação
ASS15	1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Especialização em Recursos Humanos ▪ Mestrado na área de Recursos Humanos em curso 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ XI CBAS - Fortaleza - 2004
ASS16	1985	-----	-----

QUADRO 2 - Capacitação profissional

Observe-se que os profissionais entrevistados buscam de alguma maneira uma capacitação continuada. Do grupo pesquisado, quatro assistentes sociais possuem pós-graduação em nível *lato senso*, distribuindo-se nas áreas de Recursos Humanos, Saúde, Criança e Adolescente. Uma profissional tem mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba e outra cursa mestrado na área de Recursos Humanos. Dez profissionais relataram participar de grupos de estudos e oficinas com outras profissões. Os temas escolhidos sempre se relacionam com a área fim da instituição. Assim se expressaram elas:

[...] a gente tem uma reunião mensal de equipe pra discutir temáticas, oficinas [...] sobre diversidade sexual [...]. Toda equipe participa [...] (ASS12 - INST12).

Temos estudos quinzenais [...] Se for necessário fazer estudo de caso [...] a gente pára pra fazer estudo de caso, se for necessário fazer um levantamento, um estudo referente ao setor, nós paramos pra fazer. Depende da necessidade [...] (ASS14 - INST9).

A cada 15 dias, a gente tem reunião da equipe técnica [...] é o dia inteiro essa reunião, manhã e tarde. [...] A gente traz um texto e dá um lida [...] faz o estudo de caso (ASS10 - INST10).

A gente participa [...] do Conselho Estadual e Municipal da Criança e de alguns movimentos da sociedade civil. [...] A gente participa de reciclagens [...] de congressos de voluntários. [...] Agora eu tô fazendo um curso de elaboração de projetos que era uma coisa deficiente demais [...] (ASS8 - INST8).

Note-se que as áreas de conhecimento estudadas e debatidas pelo grupo de assistentes sociais entrevistadas, seja nos cursos de especialização, seja através de suas reuniões ou oficinas de trabalho, fundamentam o campo e/ou as áreas do seu fazer profissional e têm relação com eles. Portanto, exige desses profissionais a busca de conhecimentos que possam, através de sucessivas mediações, conforme Nicolau (2005), reformular o saber construído do processo formativo, a partir do saber das instituições, pensado, refletido e interpretado com seus valores, normas e símbolos predominantes naqueles espaços do exercício profissional. Tais espaços comportam uma *pluralidade de saberes*⁹⁶ evocados pela especificidade das questões enfrentadas e trabalhadas nas instituições, seja pelos indivíduos e grupos que as integram, seja pela totalidade mais ampla que garantem a existência da instituição.

Observa-se uma constante busca pelo repensar do fazer profissional por parte dos entrevistados, ao mesmo tempo que ele reelabora e/ou reformula os conhecimentos adquiridos no processo formativo, haja vista a participação nos cursos de pós-graduação, as tentativas de ingresso no mestrado (tentativa realizada por duas profissionais - ASS10 e ASS11), a matrícula em disciplinas do mestrado como aluna especial (ASS8) e a participação em oficinas de trabalho.

Todavia constatou-se que, nos espaços socioocupacionais de trabalho dessas profissionais, não há uma cultura que incentive a participação em eventos que discutem temas da e com a categoria, sobretudo em eventos que se constituam espaços de debates que atualizem temas e questões contemporâneas pensadas pela profissão na formação e no fazer profissional. No caso, a participação em congressos brasileiros de Serviço Social, encontros de pesquisadores nessa área, oficinas local, regional e nacional promovidos nos últimos dez anos pelo conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO. Uma das entrevistadas, assim se

⁹⁶ Os saberes construídos, ora na formação, ora no fazer profissional, não são necessariamente antagônicos; podem, sim, comportar contradições e complementaridades, porque espelham o dinamismo da totalidade social, em seus espaços e tempos, e a complexidade dos indivíduos que a constituem e nela se constituem. Considerar a pluralidade dos saberes se faz preciso tanto quanto se torna necessário integrar, na sua análise, a vinculação entre saber e poder, seja no espaço da formação, seja na prática profissional. Saber que é poder, articula hegemonias que justificam teorias e práticas. Saber e fazer não comportam neutralidade, pois espelham opções, estabelecendo proximidades e diferenças (NICOLAU, 2005).

expressou: *Encontro nacional? faz tempo que eu não vou [...] porque o trabalho é muito “puxado”* (ASS3 - INST3). Apenas duas delas relataram ter participado do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em outubro de 2004 na cidade de Fortaleza, conforme é apontado no quadro acima (ASS10 e ASS15).

Apesar disso, nove profissionais citaram o evento relativo ao dia do assistente social promovido anualmente pelo CRESS local como um dos eventos aos quais sempre se fazem presentes, enquanto três disseram não ter participado nos últimos cinco anos de qualquer evento relacionado com a profissão.

Do Serviço Social? Ultimamente, eu só tenho acompanhado as revistas [...] mas é raro [...] vou aos eventos que o CRESS faz no dia do assistente social (ASS13 - INST3).

Sempre que o CRESS promove, eu participo (ASS11- INST11).

Outro ponto interessante é que as assistentes sociais têm se preocupado em discutir temas dos mais variados e realizado cursos nas áreas de sua atuação sem estabelecer um *link* com as discussões mais amplas da profissão:

[...] quando tem cursos a gente participa de reciclagens [...] cheguei a ir a Brasília pra congressos de voluntários [...] a São Paulo pra congressos de câncer. [...] Agora eu estou fazendo um curso de elaboração de projetos, que era uma coisa que era deficiente demais (ASS8 - INST8).

A INST8, no intuito de conquistar mais doadores e/ou parceiros, na busca por maior captação de recursos, investiu na criação de um *site* onde se poderá divulgar o trabalho social realizado pela instituição. Em decorrência disso, coube ao Serviço Social escrever sobre a importância e as principais atribuições do profissional na instituição. Esse fato levou a assistente social a procurar leituras que tratassem *da parte mais teórica*, leituras relativas à profissão na contemporaneidade, numa perspectiva meramente instrumental, visando atender à necessidade imediata de dar respostas frente a uma nova exigência institucional.

A parte teórica mesmo, tem que botar uns trechinhos, né? [...] mas pra você botar alguma coisa, tem que ler alguma coisa, pra saber o quê vai botar. Não vai inventar. Pra inventar a gente inventa, mas agora baseado em que? pelo menos tem que colocar a bibliografia de alguma coisa [...] eu tô até lendo o *Serviço social na contemporaneidade* (ASS8 - INST8).

Note-se que as instituições, de um modo geral, não têm investido no profissional no que se refere ao custeio dos cursos de atualização profissional, ficando sob a responsabilidade e iniciativa de cada assistente social buscar e realizar, por conta própria, sua capacitação continuada. A pesquisa revelou que, no conjunto das treze instituições pesquisadas, apenas duas profissionais relataram ter a instituição empregadora custeado parte das despesas (50%) relativas à especialização em Violência Doméstica e pago integralmente o curso de Elaboração de Projetos. No máximo, as profissionais são liberadas de parte de sua jornada de trabalho para participarem de cursos, encontros, congressos, seminários etc., o que corresponderia a um momento de reciclagem e/ou capacitação:

Então, assim, a oportunidade a gente tem, mas [...] se você for pensar em dinheiro, às vezes num compensa, mas se você ganha experiência [...] eu acho que vale muito (ASS8 - INST8).

Sempre participo. Teve o curso de instrumentalidade, com Yolanda Guerra. Também, foi muito bom. Fora as conferências que tem [...] quando tem qualquer evento eu procuro correr atrás e participar. Também é uma forma de você estar articulado [...] com o que está acontecendo na profissão ... na classe (ASS14 - INST9).

A última fala acima, revela, ainda, a importância que esses eventos têm no processo de atualização do profissional. Em seu entender, eles se configuram como espaços de aproximação com as discussões contemporâneas do Serviço Social e de fortalecimento da formação profissional adquirida.

A falta de participação dessas profissionais em eventos específicos da categoria dos assistentes sociais revela um certo distanciamento das entrevistadas com as discussões mais contemporâneas da profissão. Distanciamento que se reflete e transparece na fragilidade de algumas delas quando tentam fazer as mediações necessárias entre a teoria e a realidade vivenciada no exercício profissional, na medida em que refletem e se posicionam sobre as questões teóricas, metodológicas e éticas da profissão.

No que se refere à dimensão ética, observa-se um significativo avanço para a profissão, porque, através do *Código de Ética* da profissão, foram constituídos, democraticamente, os direitos e deveres dos assistentes sociais, segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício profissional (ABEPSS, 2004). O código de ética que faz parte do projeto profissional sólido e maduro, construído e reconstituído contemporaneamente, o qual resultou de um esforço da categoria, entre as décadas de 80 e 90 do século XX, quando foi de extrema riqueza para o debate teórico-metodológico, ético e político na ambiência acadêmico-profissional do Serviço Social. Esse debate possibilitou a definição dos rumos do saber-fazer profissional, nos aspectos técnico-acadêmico e político. Ele foi pensado coletivamente, no âmbito da categoria, com a participação e a representação de todas as instituições de ensino superior (IES) do país, nas duas últimas décadas do século XX, sob a coordenação da ABEPSS. Sob a orientação das diretrizes, desse projeto profissional, além do *Código de Ética Profissional do Assistente Social* - aprovado em 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.º 290/94 e 33/96 e pela Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social -, surge a mais atual *Proposta de Diretrizes Gerais* para o curso de Serviço Social, a qual está baseada no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, em 8 de novembro de 1996⁹⁷.

As discussões acerca do Projeto Ético-político Profissional, embora tenham sido desenvolvidas antes do processo formativo das profissionais entrevistadas, e durante esse processo, nas falas de algumas profissionais parece ser por elas ignorado, pois elas não conseguem expressar conhecimento acerca de seu conteúdo, sobretudo quando se trata da lei que regulamenta a profissão e do próprio Código de Ética. Quando indagadas acerca do Código, uma das entrevistadas foi taxativa em afirmar que não o conhecia. Num universo de 16 entrevistadas, três profissionais assim se expressaram:

Conheço. A gente estudou durante anos na faculdade [...] para utilizar o máximo possível. Porque [...] na realidade tem coisas que a gente quer fazer, mas infelizmente [...] a gente não tem condições de cumprir (ASS6 - INST6).

Conheço algumas coisas [...] tenho ele em casa [...] (ASS8 - INST8).

Só quando eu fazia faculdade eu olhava (ASS7 - INST7).

⁹⁷ Ver, a propósito, o Cadernos ABESS n.º 7 (1996, p. 58-76).

Conheço, mas assim ... sou muito transparente, profundamente não. [...] Não tenho ele, preciso comprar (ASS5 - INST5).

A partir dessas falas, observa-se que o acesso ao Código de Ética e a leitura dele por essas profissionais deu-se apenas durante o processo formativo, na disciplina Ética Profissional. Considerando-se que a ASS7 formou-se em 1982, pode-se concluir (caso ela tenha, de fato, *olhado apenas na faculdade*), que ela desconhece por completo o atual Código de Ética uma vez que este foi aprovado em 1993. Na verdade, o Código de Ética se constitui, para esse grupo, num documento que se tem guardado na estante, com bastante cuidado, não tendo, pois, a menor preocupação em consultá-lo, uma vez que o seu conteúdo nada revela, nada diz do cotidiano da prática profissional. Ora, os princípios constantes no Código de Ética da Profissão de Serviço Social são focos que podem iluminar os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Note-se que tal documento resultou de um longo e coletivo processo construído pela categoria (sob a direção de um conjunto de órgãos, como o CFESS). O Código de Ética, portanto, contém valores, princípios e pilares que podem orientar a atuação do assistente social, contudo esses valores, princípios e pilares são desconsiderados pelas profissionais entrevistadas em seu fazer profissional. As informações sobre ele foram adquiridas no período da formação profissional, mas não foram assimiladas e internalizadas por essas profissionais em função do seu fazer profissional.

O mesmo se observa em relação aos objetivos da profissão do assistente social no contexto da sociedade. Ao serem indagadas sobre esse aspecto, algumas assistentes sociais demonstraram-se surpresas com tal questionamento e deram as seguintes respostas:

Ai, meu Deus! Ah! [...] Hoje eu não vou saber responder não (ASS5 - INST5).

Forma de tentar ajudar ao próximo (ASS16 - INST13).

O meu conceito de Serviço Social, ainda é do tempo que eu estudei [...] É ser humano com as pessoas [...]. Eu sempre vejo o Serviço Social como um a pessoa que seja bem acessível, simpática, amiga [...] (ASS8 - INST8)

[...] Essa pergunta é tão difícil de responder. Muito difícil! Não sei [...] como conceituar o Serviço Social (ASS1 - INST1).

Pra mim, o serviço social é uma categoria que busca a cada dia melhorar o público da classe *pobre* do Brasil [...]. O serviço social, pra mim, é isso [...] busca melhorias para a *pobreza* no Brasil (ASS6 - INST6).

Bem... eu compreendo como uma profissão que atua nas questões sociais [...] (ASS10 - INST10).

O serviço social [...] é, pra mim, uma profissão que trabalha as dificuldades, as dificuldades da vida [...] com todos os âmbitos, na parte assim da saúde, [...] na parte jurídica também [...] com os problemas dos apenados [...] a violência sexual [...] (ASS3 - INST3).

Ai, meu Deus! É bem difícil... Deixe eu pensar o que é serviço social. Eu não tenho nenhum conceito formado sobre o que é o serviço social. Não, porque está tão conturbado. Ninguém nem sabe o que é serviço social [...]. É aquela história [...] que é mediadora [...]. Acho que ainda continua sendo isso, porque a gente é intermediário. Quando existe um problema, chama o serviço social pra resolver. A gente fica assim [...] de frente, pra dá satisfação que não tem (ASS7 - INST7).

Na dimensão teórica, as falas das entrevistadas apontam para uma certa desqualificação frente aos grandes questionamentos e desafios postos à profissão, quando fazem determinadas colocações e quando usam determinados termos, como: *ajudar ao próximo, ser humano com as pessoas, acessível, simpática amiga*. Identifica-se, nessas expressões, uma proximidade com o discurso tradicional pautado nas interpretações de cunho estrutural-funcionalista⁹⁸. Ao mesmo tempo, observa-se, em algumas falas, uma aproximação às questões do debate contemporâneo, quando as entrevistadas fazem referência à atuação da profissão em face das questões sociais: *“busca melhorar o público da classe pobre do Brasil”* (ASS6 - INST6). São frases ou termos que expressam tentativas de explicação sobre a profissão que estão no debate teórico crítico contemporâneo, contudo observou-se que tais frases foram elaboradas sem conexões, calcadas em lugares-comuns ou alusivas ao geral. É o que se observa na fala da ASS13 (ASS13 - INST3) que, ao ser indagada, respondeu de forma sucinta e direta: *“uma prática socialmente determinada que trabalha com assistência”*.

Concretamente, observa-se um claro distanciamento do debate crítico sobre a compreensão teórico-metodológica da profissão, a partir das discussões desencadeadas na

⁹⁸ Fundamentação que de forma hegemônica, orientou o saber-fazer profissional, do surgimento da profissão até a primeira metade da década de 70.

década de 80⁹⁹, quando o Serviço Social passa a ser compreendido como uma das especializações do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho, respondendo a um conjunto de necessidades da sociedade que chegam aos assistentes sociais através de demandas e necessidades estrutural e historicamente determinadas¹⁰⁰.

Nesse sentido, o Serviço Social, constituindo-se como profissão que se insere, assim como outras, na divisão social e técnica do trabalho, portanto como uma especialização do trabalho coletivo nessa divisão do trabalho, não pode desvincular-se de uma análise dessa profissão imersa em uma determinada sociedade, no interior de relações socialmente determinadas, sendo requisitada a responder às necessidades da sociedade em um determinado tempo e espaço.

Note-se que as assistentes sociais entrevistadas são profissionais que, no processo formativo, tiveram acesso ao debate teórico-metodológico contemporâneo, mas que não o fizeram acompanhar de leituras e estudos e que não buscaram fundamentos que permitissem pensar a sociedade, e nela a profissão, a partir desse debate. Esses fundamentos teórico-metodológicos, éticos e políticos permitem a elaboração de uma interpretação crítica da atual conjuntura, permitem pensar a profissão como uma especialização do trabalho coletivo que participa na divisão social e técnica do trabalho na gestão e implementação de políticas públicas em espaços socioocupacionais, desenvolvendo estratégias viáveis à efetivação de um trabalho voltado para a garantia dos direitos da população assistida.

Como pesquisadora e assistente social, foi uma sensação um tanto desconfortável observar algumas entrevistadas se esforçarem para aparentar fluidez e segurança ao tratarem de questões relativas à profissão e trabalhadas extensivamente em publicações pelos mais variados autores; sobretudo aqueles que tiveram sua formação recente sob a orientação do

⁹⁹ Conforme Nicolau (2005, p. 18), o debate que se instaura na década de 80 (...) contribuiu para o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e da própria profissão nela inserida. Os questionamentos construídos naquele momento significaram um salto qualitativo, no sentido da formação de uma postura crítica face à relação entre o saber e o fazer profissional. Os desdobramentos desse debate redimensionaram as discussões acerca da história, da teoria e do método no Serviço Social, ao mesmo tempo que garantiram o espaço e o avanço na análise das políticas sociais e dos movimentos sociais. Note-se que esses desdobramentos vão se dando em articulação à implantação de um novo currículo (aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1982), integrando-se, também, ao dinamismo complexo das lutas e conquistas pela democratização do país, não só no nível político, mas também no econômico e no cultural. Foram precisamente essas bases sociopolíticas e culturais que possibilitaram e viabilizaram (...) o deslocamento das interpretações de cunho estrutural-funcionalista da cena principal do debate profissional, alargando espaços para os questionamentos por parte de vertentes mais críticas na reflexão do Serviço Social. (IAMAMOTO, 1993, p.104, 05)

¹⁰⁰ As análises de Iamamoto (1982) demarcaram o *estatuto de trabalho* no exercício profissional do assistente social, situando a profissão como uma das especializações do trabalho coletivo. As contribuições dessa autora foram-se somando estudos e publicações de outros pesquisadores, ampliando o veio analítico e ensejando significativos avanços nesse meio acadêmico-profissional. Destacam-se aqui as produções de Carvalho (1990), Netto (1991, 1992, 1994, 1996), Sposati (1986, 1988, 1989, 1991), Yazbek (1993, 1998), Pereira (1989, 1996, 1998), Kameyama (1986) e Mota (1985, 1995, 1998). (NICOLAU, 2005, p. 18, 34)

currículo aprovado pelo MEC em 1996, como por exemplo, a ASS1, que concluiu seu curso há pouco mais de dois anos: *“Essa pergunta é tão difícil de responder. Muito difícil! Não sei assim ... como conceituar o serviço social”*. Tal constatação se repetiu em relação aos objetivos da profissão. Observem-se as falas das entrevistadas:

[...] ele tem como objetivo [...] trabalhar [...] vamos dizer, todas as questões sociais, inerentes à vida [...] de uma forma que [...] leve as pessoas a terem um dignidade melhor [...] (ASS3 - INST3).

Para mim, o objetivo do serviço social é assistencialismo, desde a universidade não vejo mudança alguma. Para a instituição, o objetivo é melhorar a vidas de outras pessoas (ASS16 - INST13).

Olhe, os objetivos do serviço social, sabe que eu nem sei, sinceramente, porque aquilo que eu aprendi, não é o que eu aprendi [...] Ai, meu Jesus! Ai, Meu Deus! Nosso objetivo [...] dá pra eles uma melhor qualidade de vida, receber com carinho, receber com dignidade. É lutar pelo direito deles [...] (ASS5 - INST5).

O objetivo aqui [...] é a integração, socialização dos deficientes visuais no mundo atual (ASS6 - INST6).

Aprendi é que os objetivos [...] era fazer com que o povo se conscientizasse, lutasse pelos seus direitos e chegasse a uma transformação da sociedade [.....]. Mas, isso está muito longe de ser alcançado [...] porque é diferente de você ser um médico, ser um dentista. Porque [...] se o dente está doendo, você vai lá e conserta. Então você tem um objetivo e a gente não tem (ASS7 - INST7).

Bem rápido ... assistência (ASS13 - INST3).

Nas últimas décadas, na ambiência acadêmica, o Serviço Social foi redimensionado e renovado em sua interpretação teórico-metodológica e política, possibilitando repensar-se criticamente seu saber-fazer profissional a partir de exigências e demandas postas à profissão, cujas respostas se pautam na perspectiva da garantia e efetivação dos direitos sociais e são embasadas academicamente (IAMAMOTO, 2002). Entretanto, as profissionais de quem estamos tratando não conseguiram acompanhar tais discussões e pontuam termos e frases que ora incidem na perspectiva assistencialista da profissão ora apontam para a perspectiva dos direitos sociais. Todavia são reflexões sem argumentação lógica, explicações sem conexão, sedimentadas no lugar-comum ou fazendo alusões a generalidades, e até expressas em frases retiradas dos livros, como a que se segue: *“Serviço social é o executor terminal de políticas públicas”* (ASS4-INST3).

A frase acima é enunciada sem conexão com o contexto do fazer profissional do assistente social, demarcando uma das atribuições privativas previstas na Lei nº 8.662/93¹⁰¹, que regulamenta o Serviço Social. Observa-se que a assistente social desconhece as práticas de elaboração, coordenação e avaliação de planos, programas e projetos, em que ao assistente social são possibilitadas a gestão e a administração das políticas sociais previstas na citada lei, que considera tais atividades como uma das competências desse profissional.

Pelo fato de se viver em uma sociedade de *mercado*, sob o signo da privatização, com restrição das responsabilidades públicas e dos recursos orçamentários correspondentes, no trato das necessidades da maioria pobre, excluída, alguns assistentes sociais enfrentam dificuldades em compreender que tipo de respostas o *projeto ético-político profissional*¹⁰² deve e pode dar à sociedade. Enquanto portador de uma auto-imagem da profissão, esse projeto¹⁰³ congrega valores que sustentam a sua legitimidade social, os seus objetivos e funções.

Observa-se que tal projeto, além de reafirmar direitos sociais dos cidadãos, no atendimento de suas reais necessidades (necessidades transformadas em demandas sociais e profissionais), tem um potencial de renovação da profissão. Quando colocados em prática seus princípios e diretrizes e quando eles são transformados em ações efetivas, têm se refletido na ampliação dos espaços e no fortalecimento da identidade profissional.

Dentre os espaços socioocupacionais que se ampliam para a profissão, estão aqueles que fazem parte *terceiro setor*, em que o grupo de entrevistadas desta pesquisa

¹⁰¹ De conformidade com a Lei 8.662/93, em seu artigo 5º, as atribuições privativas do assistente social são: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisas em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou em que sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assunto de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos federal e regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos de entidades representativas da categoria profissional..

¹⁰² “Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro entendido como “um conjunto de valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais” (BOSCHETTI, 2004, p. 119).

¹⁰³ Não há um único projeto profissional, mas há um projeto ético-político. que expressa a perspectiva hegemônica na profissão, cuja base de sustentação é o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares para a área de Serviço Social, propostas pela ABEPSS.

desenvolve seu trabalho profissional. Situados na hierarquia das unidades institucionais, a esses profissionais são delegadas responsabilidades e atribuições profissionais voltadas para a gestão, viabilização e operacionalização dos serviços sociais propostos em seus programas e projetos. A inserção dos assistentes sociais se processa, portanto, assumindo eles, funções tanto de suporte à racionalização da dinâmica dessas instituições - na medida em que planejam, administram, coordenam, avaliam e fazem assessoria técnica - como funções técnicas propriamente ditas, na operacionalização dos serviços sociais, em resposta às demandas e necessidades postas à profissão.

No exercício de suas funções e/ou atribuições, os assistentes sociais realizam as ações agrupadas abaixo, a partir de dois focos de atividades.

ADMINISTRAÇÃO E/OU GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS	
	LEVANTAMENTO DE DADOS, AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO USUÁRIO	EDUCAÇÃO SOCIAL
Planejamento e Assessoria	Triagem	Realização de treinamentos
	Estudo socio-econômico do usuário	Orientação e assistência às famílias
Avaliação	Realização de visitas domiciliares	Formar para a cidadania
		Realização de palestras educativas
	Encaminhamento para atendimento	Assistência ao funcionário
	Execução de política de benefícios	

QUADRO 3 - Atribuições profissionais

Na execução de serviços sociais, destacam-se dois procedimentos realizados, a saber: levantamento de dados, avaliação e encaminhamento do usuário, e educação social. O levantamento de dados do usuário para caracterização e identificação de suas condições socioeconômicas e a respectiva avaliação se dá no contato inicial do estudo socioeconômico desse usuário, no processo de triagem e/ou por ocasião das visitas domiciliares, enquanto a execução de políticas de benefício se realiza logo após o término do estudo socioeconômico, quando da caracterização do diagnóstico social.

Basicamente, o levantamento de dados possibilita ao profissional de serviço social traçar o perfil socioeconômico do usuário, pela necessidade de sistematização das informações sobre as condições de vida dele e da sua família, tendo como objetivo eleger os

critérios de acesso aos programas e/ou serviços oferecidos pelas instituições, atividade que se realiza por intermédio de entrevistas e questionários (geralmente padronizados), cadastros e diagnósticos sociais, nos quais se privilegiam os dados relativos às condições socioeconômicas, como renda, composição familiar, habitação etc. Tal atividade se constitui quase sempre na primeira etapa do processo de atendimento e encaminhamento realizado pelo assistente social, integrando-se a um conjunto de procedimentos operacionalizados pelos demais profissionais, como o que ocorre no atendimento aos portadores de deficiência física, que, antes de serem atendidos pelo fonoaudiólogo, médico, fisioterapeuta ou outro profissional, são atendidos pelo Serviço Social. Em todas as instituições pesquisadas, o assistente social é o profissional que faz o primeiro contato com o usuário, sendo comum ouvir das entrevistadas ser o *serviço social a porta de entrada da Instituição*.

Os procedimentos de natureza mais socioeducativas, como as orientações individuais ou coletivas, se desenvolvem no interior de um processo geral mais amplo, envolvendo setores, saberes e atividades profissionais diversos, sendo ainda necessária, dependendo da atividade desenvolvida, uma constante interlocução com outras instituições.

No caso da entidade filantrópica na área de assistência à saúde¹⁰⁴, foi constatado que o Serviço Social, além de desenvolver atividades voltadas para o processo de identificação das variáveis que interferem no processo saúde/doença, no diagnóstico e no tratamento (identificando quais as condições que o usuário possui para cumprir o tratamento e evitar a reincidência da doença), também tem relevante importância junto ao setor de recursos humanos¹⁰⁵, . Isso porque o assistente social tem sido requisitado para planejar, coordenar, assessorar e implementar programas e/ou projetos que visem amenizar as dificuldades enfrentadas pelos funcionários e que interfiram no ambiente do trabalho e na qualidade dos serviços da instituição. As principais atividades referem-se à realização de palestras sobre dependência química (principalmente o alcoolismo), treinamento sobre segurança e medicina no trabalho, comemoração de datas especiais, como a Semana da Saúde, abordando temas como Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), estresse, incentivo à ginástica laboral, discussão sobre normas e rotinas, com vistas a

¹⁰⁴ Conforme apontado por Costa (2000), nesse tipo de instituição ficou evidente o valor do trabalho do assistente social no processo de recuperação dos pacientes. A identificação do usuário, por intermédio da entrevista, do questionário ou da ficha social, além de tornar possível a localização e a mobilização da família em caso de abandono de tratamento, permite ao assistente social reconstruir a história de vida e a doença do paciente, facilitando a chegada a um diagnóstico. É, ainda, identificada como atribuição do Serviço Social a transmissão de informações de normas e rotinas da instituição, com o intuito de assegurar o disciplinamento e o enquadramento dos pacientes, durante a permanência no hospital, e da família, por ocasião das visitas.

¹⁰⁵ Colabora pedagogicamente para a socialização de valores e comportamentos dos trabalhadores, integrando-os às novas exigências da produtividade.

facilitar as relações de trabalho entre chefes, colaterais, subordinados e usuários; enfim todo um trabalho dirigido à saúde do trabalhador e à qualidade de vida.

Essas atividades refletem algumas das necessidades sociais da população que são expressões da questão social, as quais se desdobram como demandas sociais para o Serviço Social. Entretanto, sendo o encaminhamento de providências necessárias aos indivíduos a ação mais realizada no atendimento, o assistente social acaba por limitar-se a responder às questões de ordem imediata, ao invés de o atendimento caracterizar-se como execução de políticas públicas de caráter universal. Inserido nesse contexto, o assistente social vê-se num dilema: a defesa da universalidade dos direitos ou a reemersão da prática da seletividade dos benefícios.

Com relação às ações de cunho socioeducativas, aos assistentes sociais cabe a organização e a coordenação das palestras, seminários, debates, treinamentos, a distribuição de material de divulgação, como cartazes, folhetos e *folderes*, assim como a mobilização do público alvo e dos palestrantes indicados. A orientação ao usuário exige também que o assistente social conheça não só as normas e rotinas inerentes à instituição como também a legislação específica da área em que trabalha, como a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), e o Código de Defesa do Consumidor etc.:

o que a gente pode tá pegando de conhecimento [...] pra utilizar como instrumento, digamos mais objetivos, mais materializáveis [...] utiliza a legislação trabalhista, a legislação da LOAS, todas as legislações das políticas [...] (ASS15 - INST4).

Em suma, no desenvolvimento dessas atividades ocorre uma maior incidência e participação dos assistentes sociais nas ações voltadas para a execução direta dos serviços, ou seja, nas atividades historicamente consolidadas na profissão relacionadas à execução das funções terminais das políticas sociais. Enquanto isso, em relação às ações voltadas para a administração e o gerenciamento das políticas sociais, que implicam a racionalização da dinâmica institucional dos serviços sociais a serem implementados (por intermédio do planejamento, assessoria e gestão dos serviços), é menor o número de assistentes sociais envolvidos e de ações sob a responsabilidade desses profissionais. Das 16 assistentes sociais

entrevistadas, apenas três participavam da elaboração, execução e avaliação dos programas e/ou projetos implementados na instituição.

Segundo as entrevistadas, o registro de suas atividades era realizado em *livro de ocorrências*, em *mapinhas de atendimento*, em *diário de campo*, em *planilhas de atendimento* nos quais se registram os dados do usuário, como seu nome do usuário, endereço, a identificação do problema e o encaminhamento realizado. A finalidade desse registro era diversificada. Algumas profissionais o faziam com o intuito de prestar contas ao chefe do que estavam fazendo, enquanto outras viam nesse procedimento uma maneira de acompanhar as medidas adotadas em relação ao usuário, um importante instrumento de subsídio à tomada de novas decisões.

No tocante à prática de *avaliação* das ações, temos um dado no mínimo, curioso. Ao serem indagadas sobre as formas de avaliação, oito entrevistadas responderam que procederam a algum tipo de avaliação das atividades realizadas. Destas, duas o fizeram por intermédio de relatório estatístico; as demais afirmaram não ter efetuado nenhum tipo de avaliação. Uma delas disse:

[...] Eu já fui entrevistada pelo consultor pra justamente implementar [...] formas de avaliação. A gente está avaliando muito mais o quantitativo e a instituição quer que a gente faça avaliação qualitativa [...] (AS13 - INST3).

Desse modo, o resultado da pesquisa aponta como principais responsáveis pela avaliação, as chefias, que compõem a direção das instituições (em nove instituições abordadas), revelando também, não haver preocupação com a opinião do usuário do serviço, uma vez que, do universo pesquisado, apenas duas entrevistadas relataram ser o usuário um dos avaliadores do trabalho desenvolvido. O mesmo não ocorre em relação às chefias. Os dados revelam que mais da metade dos profissionais prestam contas, de algum modo, de suas atividades à direção, o que acontece por exigência dos superiores, e não por uma iniciativa do assistente social.

As falas também apontam para uma limitada compreensão da expressão *avaliação do trabalho*, que, no entender de algumas entrevistadas, refere-se à elaboração de relatório estatístico das atividades desenvolvidas mensalmente, semestralmente ou anualmente. Portanto a avaliação dá-se muito mais no âmbito da descrição das atividades, e não sobre o

conteúdo, o significado das ações realizadas, ou seja, a avaliação é mais voltada para uma quantificação das atividades que para a qualidade dos serviços prestados.

Em geral, na concretização desse trabalho, os principais instrumentos apontados na pesquisa referem-se a entrevistas, relatórios mensais, trimestrais e/ou anuais, diários de campo, treinamentos, seminários, palestras, oficinas, dinâmicas de grupo, orientação social, visitas domiciliares, fichas, formulários, estatísticas, legislação, referencial teórico, linguagem, telefone e diagnóstico social.

Nota-se também que o desenvolvimento dessas atividades, seja implementando-se projetos ligados à segurança e saúde do trabalhador, seja na execução de políticas de atendimento ao deficiente físico ou ao idoso, nas instituições do *terceiro setor* pesquisadas, envolve não apenas os assistentes sociais, mas também outros profissionais. Efetivamente, o trabalho desse profissional, como uma das especializações do trabalho coletivo, está organizado de forma cooperativa, em equipes de trabalho responsáveis pela estruturação e concretização dos programas e projetos institucionais¹⁰⁶. Assim organizado, o trabalho do assistente social se faz, e é partilhado em equipes interdisciplinares, portanto envolve outros profissionais – o pedagogo, o psicólogo, o advogado, o médico, o enfermeiro etc. - na coordenação ou na execução das atividades que compõem os programas e projetos das instituições. Observe-se que mesmo o assistente social desenvolvendo atividades de forma partilhada, há uma particularidade na interpretação das situações e uma competência diferenciada no encaminhamento das atividades desenvolvidas por esse profissional em relação às desenvolvidas pelos demais da equipe interdisciplinar. Segundo Iamamoto (2002, p.41), na equipe interdisciplinar,

Cada um desses especialistas, em decorrência de sua formação e das situações com que se defronta na sua história social e profissional, desenvolve sensibilidade e capacitação teórico-metodológica para identificar nexos e relações presentes nas expressões da questão social com as quais trabalham e distintas competências e habilidades para desempenhar as ações propostas.

Note-se que, no *trabalho em equipe interdisciplinar*, o profissional de Serviço Social, atento à importância de seu fazer profissional, pela sua particularidade na dinâmica de

¹⁰⁶ Segundo Marx (1985), chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos.

trabalho na equipe interdisciplinar, tende a se preocupar com sua qualificação perante os outros profissionais. Na formação profissional dos assistentes sociais, é desenvolvida

uma sensibilidade e capacitação teórico-metodológica para identificar nexos e relações presentes nas expressões da questão social com as quais trabalham e distintas competências e habilidades para desempenhar ações propostas (IAMAMOTO, 1985, p. 374).

Nos profissionais entrevistados, identifica-se, como requisitos primordiais a capacidade para estabelecer articulação política, habilidade relacional e a arte de comunicar-se, em nível vertical, com as chefias e os usuários e, em nível horizontal, com outros profissionais, requisitos esses, pouco trabalhados na formação profissional, mas possíveis de serem efetivamente construídos no fazer profissional.

A possibilidade de um espaço para assessoria e consultoria impõe ao profissional de Serviço Social a superação dos limites de sua formação para um maior aprofundamento cultural, podendo resultar na inovação e ampliação do âmbito da ação profissional do assistente social. Ao dividir o espaço de trabalho com outros profissionais - por exemplo, com uma enfermeira -, fica evidente a construção e reconstrução, nas relações sociais estabelecidas no exercício do fazer profissional, de competências e habilidades que redimensionam e extrapolam o conteúdo informativo transmitido na formação acadêmica do assistente social.

Atuando em equipes interdisciplinares, mediante um trabalho cooperativo, grandes são os desafios que se apresentam aos assistentes sociais envolvidos. Observa-se, nesta pesquisa, que, uma vez que eles trabalham diretamente com o público, cada vez mais se tem exigido deles a capacidade de se articular, de se comunicar de forma objetiva e clara. Nesse sentido, uma das entrevistadas (AS12 - INST12) diz:

Ter facilidade de se comunicar com o público, isso é fundamental. [...] Falar em público com o usuário do serviço, com o pessoal da escola. Então [...] redação, falar em público, desenvoltura, sabe? Bom relacionamento, saber trabalhar em equipe [...] são requisitos fundamentais.

Na equipe em que os assistentes sociais trabalham, é exigida uma competência no trato das relações sociais, entre os profissionais, entre estes e os usuários, entre os profissionais e os seus chefes imediatos. Exige-se, portanto, uma contínua capacitação teórica, metodológica, técnica, ética e política, que se constrói e se reconstrói nessas relações sociais que se travam e se materializam no trabalho. Em tais relações, é possível criar-se e recriar-se, em face das contradições que, de forma contínua, atualizam as indagações, questões e desafios. É possível descobrir “formas de viver e pensar, na sua singularidade de indivíduo, na sua existência humana como trabalhador, uma das expressões da atividade do homem no cotidiano da vida social” (NICOLAU, 2005, p. 45).

3.1.1 O trabalho e as condições objetivas no cotidiano do fazer profissional do assistente social

A inserção do assistente social nas instituições do denominado *terceiro setor*, sejam elas de natureza filantrópica, religiosa, fundações ou ONGs, ocorre como parte de uma organização coletiva de trabalho empreendida pelos empregadores, a partir da qual são definidas relações de trabalho e condições a realização deste, como: salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos, benefícios, oportunidade de capacitação e treinamentos. Tais aspectos interferem no conteúdo e nas formas do trabalho do assistente social e nos resultados desse trabalho (IAMAMOTO, 2002). Compreende-se tal inserção nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade, em que as alterações ocorridas no mundo do trabalho passam a estabelecer limites e possibilidades a esse trabalho profissional.

Note-se que as alterações no mundo do trabalho, nos marcos da mundialização do capital sob a lógica neoliberal, vêm provocando a construção de uma nova cultura de trabalho, expressa na produção de bens e serviços, nas formas de gestão e organização do trabalho, implicando a forma como os diversos profissionais da área da prestação de serviços sociais se inserem e se articulam no âmbito das instituições que os absorvem na divisão social e técnica de trabalho. Associada a essas alterações do mundo do trabalho, está a questão da (contra)reforma do Estado, em seus diversos níveis de poder, na sua relação com a sociedade, tendo em pauta e objetivando a idéia da privatização, da desresponsabilização pública na administração das necessidades sociais da grande maioria da população, que engrossa as fileiras dos excluídos, defendendo a sua mercantilização e a desarticulação dos

direitos sociais, impedindo-os de se efetivarem em uma padrão de universalidade proposto legalmente pela Constituição Brasileira de 1988, o que provoca o agravamento da questão social.

Entende-se que isso contexto tem atingido diretamente o cotidiano do trabalho do assistente social, na medida em que modifica o mercado de trabalho, seus processos de trabalho e as próprias condições objetivas em que se realiza seu trabalho profissional como trabalhador assalariado. Constata-se, ainda, uma significativa redução dos recursos institucionais que deveriam ser injetados na defesa e garantia dos direitos e das possíveis formas de acessá-los.

O grupo de assistentes sociais entrevistado nesta pesquisa, efetivamente, faz parte dos trabalhadores assalariados absorvidos pelo mercado de trabalho através das instituições ditas do *terceiro setor*, em razão da qualificação profissional. Para a inserção nesses espaços socioocupacionais, eles passam a depender da venda da sua força de trabalho especializada, em troca de um salário, buscando a garantia dos meios de vida (moradia, alimentação, saúde, lazer, transporte, entre outros). O processo de objetivação dessa força de trabalho especializada vista como atividade e/ou trabalho se efetiva no âmbito das relações de trabalho como parte dos processos de trabalho das instituições (ONGs e instituições filantrópicas) organizados pelos dirigentes e/ou empregadores, os quais possuem o comando e o controle das condições essenciais e necessárias à materialização desse fazer profissional. Isso posto, nesta análise, exige-se caminhar no exame do fazer profissional, articulando-o ao trabalho assalariado ou às condições objetivas para sua realização nos espaços socioocupacionais, lugar onde se insere o fazer profissional do assistente social (IAMAMOTO, 2002).

As instituições, espaços socioocupacionais em que se insere o fazer profissional do assistente social, disponibilizam meios e recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à realização e objetivação do trabalho desse profissional. Concretamente, os meios que integram a prestação de serviços encaminhada pelos assistentes sociais entrevistados são de propriedade das instituições ou estão por elas alocados, a partir do momento da contratação dos assistentes sociais como força de trabalho qualificada. Os instrumentos técnicos e operativos inerentes ao trabalho desses profissionais passam, então, a fazer parte dos meios de trabalho da instituição, na lógica dos processos de trabalho que a dinamizam.

Aproximando as análises ao trabalho do grupo de profissionais entrevistados, observe-se que o lugar ou o espaço físico que a profissão ocupa na estrutura funcional de

cada instituição pode ser importante indicador das condições objetivas de trabalho dadas ao profissional de Serviço Social nesses espaços socioocupacionais. No gráfico a seguir, é possível identificar a dimensão quantitativa das condições objetivas de trabalho em relação ao espaço físico.

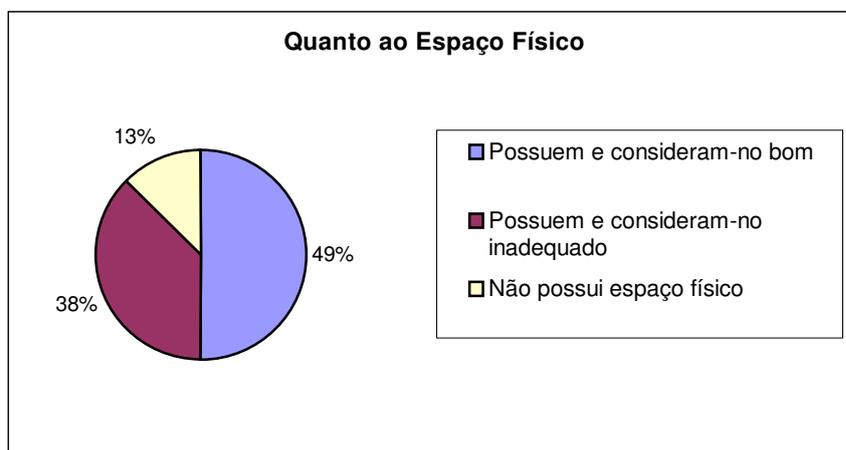


GRÁFICO 1 - Espaço físico

Observe-se no gráfico acima que 49% dos assistentes sociais consideraram o espaço físico disponível e adequado para o desenvolvimento de suas atividades no exercício de suas funções, seja na assessoria, administração ou execução das políticas sociais implementadas, englobando as instituições filantrópicas e as ONGs. As falas seguintes ratificam tal afirmativa:

Temos boas condições de trabalho: sempre tenho acesso ao telefone, tem uma linha direta, uma sala com ar condicionado, tem sala com computador, então .. eu acho que nós temos boas condições de trabalho (ASS2 - INST2).

Olha, temos o suficiente. Nós temos aquela sala climatizada, um bom espaço, temos linha própria, temos computador, internet sempre à disposição. Temos uma estrutura muito boa [...] com um sistema de som para comunicação dentro da própria instituição. Então, enquanto condições físicas, condições de trabalho, não se tem do que reclamar (ASS9 - INST4).

Eu me sinto privilegiada, também, em termos de condições de trabalho, porque se eu precisar de um carro pra resolver qualquer problema com o adolescente, ou pra fazer uma reunião com a família na favela que está havendo um problema de violência sexual com alguém da família do menino, também eu vou[...]. Aqui tem uma outra estrutura de trabalho, tem uma sala confortável [...] com ar condicionado. Boas condições de trabalho (AS10 - INST10).

[...] é outra coisa, a gente tem uma outra estrutura de trabalho, a gente tem uma sala confortável, com ar condicionado (ASS12 - INST12).

Note-se que esse grupo de assistentes sociais, na particularidade dos espaços de trabalho de cada um profissional, desenvolve seu trabalho com boas condições para a objetivação dos seus projetos previamente elaborados em função do atendimento e em resposta às demandas provenientes das problemáticas da saúde, da criança, do adolescente em situação de risco social etc.

Contrapondo-se a esse primeiro grupo de profissionais, surge um segundo grupo, com um percentual de 38% das entrevistas que consideram inadequados seus espaços de trabalho para o desenvolvimento de suas atividades, enquanto um terceiro grupo, correspondendo a 13% das assistentes sociais entrevistadas, afirma não dispor de espaço físico, portanto, não tem as condições objetivas adequadas ao desenvolvimento do seu trabalho. Nesse sentido, elas disseram:

Com relação à estrutura física há uma imensa necessidade de que o Serviço Social fosse ampliado [...]. como você pode ver são três mesinhas supercoladas. Então, fica muito difícil [...] eu estar aqui fazendo entrevista enquanto a outra colega atende outra pessoa [...]. Se numa manhã você recebe cinco pessoas e é caso de entrevista e fica gente entrando só para solicitar uma declaração ou só para pedir uma orientação [...] as entrevistas [...] ficam interrompidas (ASS1 - INST1).

Precárias, você está vendo, eu estou morrendo de calor. Eu preciso, eu preciso de mais uma linha telefônica, eu tenho uma linha, mas eu não tenho privacidade. Quantas vezes eu estou nessa linha falando alguma coisa sigilosa e outra pessoa fica escutando. Eu não tenho privacidade na minha sala [...].Então eu já até questionei várias vezes que a gente não tem privacidade [...] não tem sigilo profissional (ASS5 - INST5).

Há dificuldade sim de espaço tanto para mim como para o psicólogo, para a Diretora. É todo mundo lá dentro de uma mesma sala. Não tem como... Quando chega uma família, uma mãe, quer conversar comigo, eu venho pra cá, porque não tem outro canto (ASS8 - INST8).

Nas falas das entrevistadas há uma preocupação que se entende de grande importância no desenvolvimento de suas atividades, que exige um atendimento e orientação individual, com realização de entrevistas abordando situações da vida particular dos usuários, o que requer postura ética sigilosa. Nas instituições em que não existe um setor específico

para o Serviço Social e, por conseguinte, um local em que as atividades possam ser desenvolvidas, não permitindo o sigilo profissional, fere-se um dos princípios do código de Ética Profissional em seus artigos 15, 16, 17 e 18 do capítulo V da Resolução CFESS Nº 273/93 de 13 março de 1993. Uma das entrevistadas diz o seguinte:

[...] a gente não tem espaço ainda [...] até mesmo quando eu vou atender uma pessoa, não tem a privacidade de atender aquela pessoa [...] às vezes a própria mãe, ela vem muito debilitada, tão sufocada que ela não se sente à vontade [...] (AS8 - INST8).

No âmbito desses espaços, como se observa na fala dessa assistente social, e na de outro referida bloco anterior, muitos atendimentos individualizados terminam sendo realizados em salas improvisadas e, em alguns casos (por dividirem o mesmo espaço físico), na presença de outros profissionais, como médico, fonoaudiólogo, psicólogo, a própria direção da casa etc., considerando-se que o trabalho do assistente social se desenvolve em equipes interdisciplinares.

Associado às dificuldades do espaço físico, fator importante nas considerações acerca das condições de trabalho que interferem e inviabilizam, em muitos casos, o fazer profissional, portanto, no seu desenvolvimento e nos seus resultados, existe a questão dos recursos financeiros. Observe-se o gráfico seguinte:

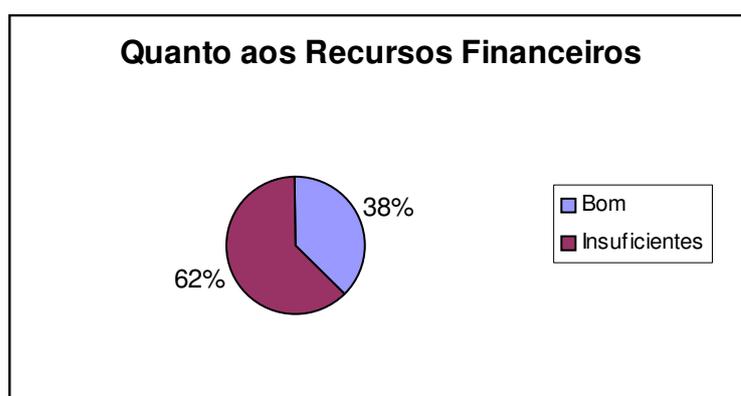


GRÁFICO 2 - Recursos Financeiros

Em relação aos recursos financeiros, um percentual (62%) bem representativo das entrevistadas revela a “insuficiência” e/ou o atraso dos recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento do trabalho. As falas a seguir exemplificam essa situação:

O recurso financeiro é fraquinho, muito fraquinho (ASS1 - INST1).

Bem carentes, bem críticos os recursos, porque a gente, a instituição em si, ela sobrevive de doações. Tem que fazer campanhas... Tudo é na base de doações: a gente quer capacitar os voluntários, precisa de caneta, papel, tem que solicitar as doações do comércio (ASS8 - INST8).

As dificuldades de recursos acontecem. Por exemplo, se atrasar, a gente recebe recursos do município, do Estado, desses programas federais que tem para idosos, crianças, deficientes (ASS13 - INST3).

Milagre! recurso financeiro? Assim na verdade, por ser instituição filantrópica, por a gente depender da política do SUS, dos recursos, digamos assim ... das doações, então os recursos nunca são muito abundantes (ASS15- INST4).

As falas dos assistentes sociais expressam a falta de recursos, a precariedade deles. A problemática da falta de recursos já se fazia presente, de forma latente, nos seus enunciados sobre a inadequação dos espaços físicos em que trabalham esses profissionais. Além disso, denuncia-se a falta de equipamentos e de materiais para viabilizar o trabalho junto aos usuários. Ao mesmo tempo, as falas também revelam as formas de captação de recursos utilizadas pelas instituições, que se diversificam entre a busca de doações no comércio e a angariação de recursos, mediante estabelecimento de parcerias com o Estado, empresas privadas etc., através de convênios, doações etc. Constata-se que a maior parte dos recursos é proveniente das parcerias com as instituições sociais vinculadas ao município e ao Estado. As parcerias ou convênios com as instituições públicas, configuram uma realidade presente também nas instituições que consideram *bons* ou *suficientes* os recursos utilizados nas instituições. É 38% o percentual de assistentes sociais que revelam serem *bons* ou *suficientes* os recursos financeiros utilizados e aplicados na manutenção das instituições. Veja-se a fala a seguir:

A [...] vive de projetos, ela tem 13 anos de fundação, conseguiu se consolidar. Ela tem hoje um respeito muito grande dos agentes financeiros.

Então é uma ONG que desenvolve projetos e vai buscar recursos [...] vem mantendo a casa (ASS10 - INST10).

Não é assim uma Brastemp, mas... (ASS14 - INST9).

A gente depende da política do SUS, dos recursos, digamos assim, das doações. Então não são recursos abundantes. No momento, a gente não tem recursos para o setor de benefícios. Os recursos, de alguma forma, eles são criados via departamento de recursos humanos, via gerência (ASS15 - INST4).

É interessante particularizar, na fala da ASS10, que o processo de elaboração de projetos ocorre em função da captação de recursos para a manutenção da instituição e, por que não dizer, do próprio emprego. O enunciado da entrevistada evidencia o processo de captação de recursos mediante projetos junto aos agentes financeiros, como por exemplo, Banco do Brasil, Bradesco etc. Outras instituições foram citadas, como a Petrobras, o SESI, a FAL, a Unp, a UFRN etc. Neste processo as assistentes sociais são responsáveis, em determinados casos, pela criação de estratégias de captação de recursos para financiamento da continuidade das atividades desenvolvidas pela Instituição, como se mostra a seguir:

Eu não diria do Serviço Social especificamente (referindo-se às atribuições), como eu falei, mas assim do Serviço Social na função de assessoria. Então [...] captar convênios, que a gente chama de visitas de prospecção (ASS12 - INST12).

A gente tem parcerias e a gente tá implantando a captação de recursos. Inclusive já esse mês eu tô atendendo com o recurso próprio, que é doação e a gente tem a intenção [...] de ampliar esse leque de doações, quanto mais doadores tiver mais grávidas podemos atender (ASS13 - INST3).

Uma outra maneira de estar subsidiando as atividades do *terceiro setor* é a cessão de pessoal vinculado aos órgãos públicos, como, por exemplo, às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Educação etc. que é incorporado aos quadros de trabalho das instituições, conforme dizem os profissionais:

(fulana) que você viu na sala, ela é assistente social. Só que ela não é contratada da instituição, ela é cedida à instituição. Ela é funcionária do Estado (ASS1 - INST1).

A maior parte vem do SUS (referindo-se aos funcionários), da SEMTAS, que é prefeitura, e do Estado. A gente tem professores do Estado [...] a SEMTAS paga uma parte do tratamento (ASS2 - INST2).

Aqui está ótimo! É difícil encontrar uma sala de Serviço Social com um ambiente desse; nem nos hospitais tem. Mas em termos financeiros é muito pouco. [...] São 123 crianças que a gente atende aqui. A gente recebe da SEMTAS, R\$ 6.000,00 (seis mil) e poucos reais pra manter todo esse quadro. [...] do SUS é que é, a gente recebe mais pela realização de exames. Os recursos também são poucos, porque a gente tem que pagar os profissionais, manter os equipamentos, e os recursos que vêm, só dá mesmo pra fazer isso (ASS2 - INST2).

A gente tem convênio com o município também [...] na parte do pessoal, que é deficiente (ASS3 - INST 3).

[...] quanto ao Estado [...] ele fornece funcionários [...] combustível pra os quatro carros que nós temos [...]. (ASS5 - INST5).

O quadro profissional daqui [...] a maioria é disponibilizada pelo Estado (ASS6 - INST6).

Tem até uma professora cedida pela Secretária de Educação do Estado, que trabalha com elas educação política. A gente monta junto com elas essas oficinas (ASS10 - INST10).

A FAL é só pra oficinas de arte [...] então temos convênio com o SUS, com a SEMTAS e temos também convênio com a Secretaria de Educação do Município e do Estado, no que se refere à cessão de funcionários para trabalharem aqui (ASS14 - INST9).

Chama a atenção ainda um dado relativo às condições objetivas de trabalho, no que se refere a uma aparente contradição entre os recursos financeiros disponíveis para a viabilização dos projetos e os recursos materiais (meios) disponibilizados pelas instituições, conforme é demonstrado no gráfico a seguir:

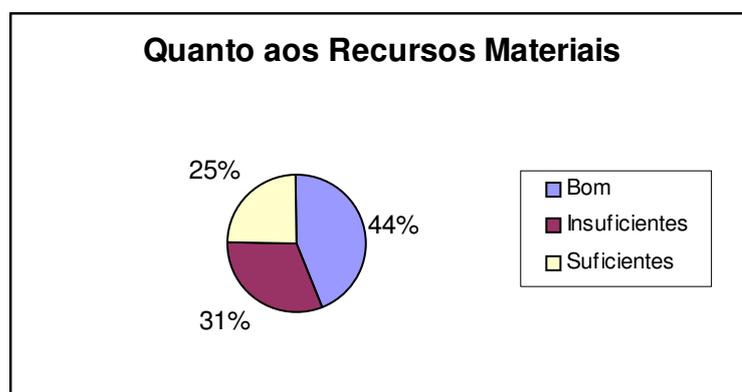


GRÁFICO 3 - Recursos materiais

Enquanto 62% das entrevistadas disseram achar os recursos financeiros insuficientes, 44% classificaram os recursos materiais disponibilizados como bons e 21% consideram-nos suficientes.

[...] eu trabalhei muitos anos ligado à saúde pública [...] E quando eu trabalhava na instituição de saúde, a gente sofria muito [...] Então é aquela coisa, a gente vai, a gente se cansa daquela falta de ... vamos dizer de moralidade da saúde pública, né? Porque a gente trabalha num problema ligado ao idoso, então em primeiro lugar a saúde é um direito de todo cidadão e se ele é idoso deve ter um gesto de amor. Então eu ia trabalhar, e o que acontecia? Faltava remédio, faltava eletrocardiograma. Pra gente trabalhar, a gente tinha que comprar caneta. Pra gente trabalhar, a gente tinha que levar papel de casa. Pra gente trabalhar a cardiologista trazia lá da clínica dela o papel de cardiograma pra poder fazer o eletro nos idosos. Faltavam os remédios [...] (ASS3 - INST3).

[...] eu trabalho na prefeitura e há muito tempo. Eu gosto do que eu faço. Olha, é outra coisa a diferença entre saúde pública e o Serviço Social hospitalar (referindo a entidade filantrópica). Mesmo com todos os seus problemas, você ainda consegue dar respostas a sua clientela (ASS13 - INST3).

As condições materiais são boas. A minha experiência de trabalho anterior foi em instituições públicas. [...] eu trabalhei em Secretarias de Ação Social do Estado do Ceará [...] era de uma precariedade enorme (ASS10 - INST10).

Entretanto, cabe lembrar que essa aparente contradição deve-se em parte às comparações com as instituições do serviço público, uma das expressões mais patentes do descaso do Estado com a coisa pública e seu descompromisso com as políticas sociais universalizantes.

3.2 A questão salarial e as relações de trabalho para o assistente social em instituições ditas do *terceiro setor*

A operacionalização do trabalho profissional do assistente social pressupõe o reconhecimento de que as atuais condições sócio-históricas que o circunscrevem na sociedade, estabelecem limites e possibilidades ao seu fazer profissional, enquanto inscrito na divisão social e técnica do trabalho. Nessa inserção, o fazer profissional do assistente social é

pressionado por uma relação de compra e venda da força de trabalho especializada desse profissional, colocando-o na condição de trabalhador assalariado. Tal situação de assalariamento, sob a regulação de um contrato de trabalho, “introduz um conjunto de novas mediações que não podem ser desconsideradas na análise do trabalho profissional, sob pena de se resvalar para uma análise a-histórica” (IAMAMOTO, 2002, p. 24).

Nesse sentido, na condição de trabalhador assalariado, o assistente social, mediante um contrato de trabalho regulado através das leis trabalhistas e das normas da instituição que o contrata, submete-se às condições em que esse trabalho se concretiza e se materializa, em relação a jornada de trabalho, salário, metas a serem efetivadas, controle do seu trabalho e resultados a serem alcançados.

Na particularidade desta pesquisa, os assistentes sociais inserem-se no mercado de trabalho vendendo sua força de trabalho especializada às instituições que fazem parte do *terceiro setor*, cujo campo de atuação na maioria dos casos, é a seguridade social, na execução das políticas de saúde e assistência social, conforme a distribuição que segue:

- Na área da Assistência Social - Dez Instituições: Nestas, se apresentam como demandas profissionais: problemáticas relacionadas aos direitos da criança, do adolescente e da velhice, na assistência jurídica e social; a questão dos portadores de necessidades especiais; as questões da violência doméstica e institucional; as questões do desemprego e da capacitação para o trabalho etc. Inserem-se aí as instituições que trabalham com orientação aos portadores de deficiência física, auditiva e/ou visual (inclusive adultos); as instituições de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de risco social, como as *casas de passagem*; as instituições de orientação a indivíduos e/ou grupos; as de acolhimento ao idoso; de defesa dos direitos de homens, mulheres e adolescentes à assistência em saúde sexual e reprodutiva; de defesa dos direitos da gestante; as que tratam da dependência química, da AIDS e as instituições que orientam e treinam jovens e adolescentes com vistas à estágios em bancos, empresas etc.

- Na área de Assistência à Saúde - três instituições: hospitais filantrópicos e ONGs que atuam na recuperação de criança com câncer. Nesse sentido, as atividades inerentes ao Serviço Social variam de acordo com a abrangência da instituição, sua missão etc. As principais demandas dirigidas aos profissionais de Serviço Social relacionam-se às questões que interferem no processo saúde/doença a orientação a indivíduos e/ou grupos visando ao auxílio no diagnóstico e tratamento, bem como o desenvolvimento de projetos de cunho socioeducacional para os empregados da instituição.

Dentre as 16 assistentes sociais entrevistadas, uma desenvolve trabalho voluntário, uma está na condição de cedida pelo Estado e 14 possuem algum vínculo empregatício com instituição empregadora, seja ela entidade filantrópica ou ONG. O Estado, configurando-se como um dos maiores parceiros dessas instituições, na medida em que disponibiliza recursos financeiros para sua manutenção, acaba por tornar o recurso público, a maior fonte pagadora desses profissionais, mesmo que o espaço socioocupacional destes seja o *terceiro setor*, portanto esses profissionais permanecem estreitamente ligados ao setor público pela via de seu salário. O quadro a seguir oferece uma visualização dessa realidade:

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	
TIPO	Nº
Com carteira assinada - tempo indeterminado	12
Contrato de prestação de serviços - tempo determinado	02
Cedida pelo Estado	01
Sem vínculo empregatício - trabalho voluntário	01

QUADRO 4 - Vínculo empregatício

Das 16 assistentes sociais citadas, duas se vinculam à instituição por intermédio de um contrato de prestação de serviços, que pode ser renovado ou não a cada dois anos, em consequência da dinâmica da instituição na operacionalização de suas atividades, fazendo com que a contratação de profissionais esteja na dependência da continuidade dos projetos a que se vinculam e das parcerias que a instituição realiza.

[...] a gente vive de projetos. Como já tem 13 anos de fundação, ela conseguiu se consolidar, tem hoje um respeito muito grande dos financiadores. Então é uma ONG que só desenvolve projetos. Vai buscar (recursos) e sempre consegue e vem se mantendo. [...] uma das reivindicações [...] foi a questão do vínculo empregatício. [...] Então, toda a equipe técnica tem um contrato e a cada dois anos se renova. A gente não tem garantias trabalhistas (ASS10 - INST10).

Vê-se que o trabalho do assistente social, assim como a dos demais profissionais que vendem sua força de trabalho às organizações do chamado *terceiro setor* ocorre, em sua maioria, em função da execução de projetos temporários acordados com o Estado, mediante convênios, parcerias etc. Observe-se que o espaço socioocupacional para o assistente social desenvolver seu fazer profissional e as próprias condições objetivas para a efetivação desse

trabalho, tem relação com a continuidade, a periodicidade, ou não, dos convênios acordados e depende disso. Nas profissionais que prestam serviços por tempo determinado, o sentimento de insegurança, de ansiedade, associado ao término do contrato, além de produzir um certo desgaste emocional, devido à eterna preocupação com o *amanhã*, produz também reflexos nos resultados da ação profissional. Ao ser indagada se o fato de estar submetida a um determinado tempo de trabalho interferia no trabalho, uma delas assim se expressou:

Interfere. Interfere assim ... não necessariamente no trabalho. [...] o projeto [...] iniciou assim aos trancos e barrancos e hoje se diz por aí que ele vem melhorando, mas ele atrasava os salários até três meses, mas eu sempre fui assim de ter o compromisso [...] aqui a gente não tem esse problema de atraso, mas a gente se sente insegura. Então a gente fica imaginando o tempo inteiro se a qualquer momento a ONG [...] passar por uma crise. Pode não haver mais esse trabalho, pode mudar [...] então sei lá muda de profissional e aí a gente fica constantemente com essa insegurança de como vai ser depois. A gente sabe que hoje em dia, tudo que é profissional pensa em concurso, porque ainda é [...] quem tem um pouco mais de segurança. Então eu sinto que a gente poderia trabalhar melhor sem essa insegurança, de que pode não haver mais esse trabalho [...] com certeza teria as questões legais de licença maternidade, de férias, décimo terceiro. Nós não temos férias. Na verdade, no final do ano temos um recesso [...] a gente chega a tirar uns vinte dias, mas não chega a um mês [...] se fosse pela CTL, receberia tudo direitinho, décimo terceiro ... tudo isso então, ninguém fica satisfeito, sabendo que poderia estar mais seguro. Eu acho com certeza que se fosse mais seguro, nós trabalharíamos mais tranqüilos (AS10 - INST10).

Efetivamente, a atividade profissional exercida através de um contrato de trabalho limitado no tempo produz uma situação de instabilidade, em maior ou menor proporção, no desenvolvimento da atividade do assistente social, por caracterizar a precariedade de sua situação e a provisoriedade do próprio trabalho do profissional. A temporalidade da execução desse trabalho acaba por gerar subjetivamente uma insegurança, uma angústia, uma intranqüilidade no profissional, ao mesmo tempo que cria relações de trabalho com maior precarização, expressas em um trabalho que não oferece, ao eventual ocupante as compensações usuais que as leis e os contratos coletivos vêm garantindo (SINGER, 2000). Nesse sentido, a profissional (AS10 - INST10) afirma: “se fosse pela CTL, receberia tudo direitinho, décimo terceiro.[...]. O trabalho [...] com certeza teria as questões legais de licença maternidade, de férias, décimo terceiro tudo isso então [...] com tudo isso [...] eu acho que com certeza fosse mais seguro, nós trabalharíamos mais tranqüilos”.

Tais relações de trabalho afetam e afligem esses profissionais, tornando-os inseguros, insatisfeitos e sem um objetivo definido no seu fazer profissional, não só em razão das condições de provisoriedade, mas, sobretudo ,pela precarização que abrange em maior ou menor proporção, sua situação funcional, na condição de trabalhador assalariado. Importa considerar que a situação do trabalhador provisório, temporário e em situação precarizada tem relação com a pressão de um mercado de trabalho que, progressivamente, vem reduzindo a oferta de empregos para várias categorias profissionais, e não apenas para o profissional de Serviço Social.

Em relação ao grupo de 12 profissionais que tem uma situação *privilegiada*, de algum modo, com um contrato de trabalho formal regido pela CLT e carteira assinada, com todos os direitos que a lei determina, o sentimento de insegurança e instabilidade também permeia as falas das entrevistadas, em decorrência de tais instituições possuírem total autonomia para assinar e/ou rescindir contratos.

Tem a questão da instabilidade. Nós ficamos muito instáveis, porque ... sabe? hoje estou aqui [...] amanhã [...] você não sabe. [...] Enquanto que no serviço público você tem aquela segurança [...] no terceiro setor você não tem (AS1 - INST1).

Nesta pesquisa, observa-se que as formas alternativas de acesso dos profissionais aos empregos disponibilizados no *terceiro setor* fogem às regras a que se submete a administração pública direta, indireta ou fundacional dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios, no qual o acesso aos cargos, empregos e/ou funções baseia-se nos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade e é possibilitado a todos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos na Constituição Federal, Título III, Capítulo VII, Seção I, assegurando-se a igualdade de condições a todos os concorrentes. O quadro abaixo demonstra as formas de inserção nesse espaço socioocupacional¹⁰⁷:

¹⁰⁷ Salientamos que uma profissional continua na condição de voluntária, portanto não se inseriu no mercado de trabalho como trabalhadora assalariada, e outra após concluir o curso de Serviço Social, passou a exercer a profissão, abandonando sua antiga função de auxiliar de enfermagem.

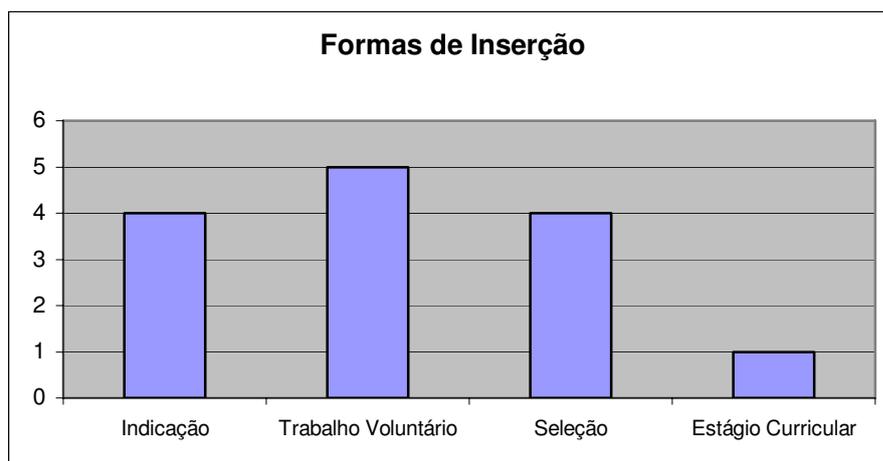


GRÁFICO 4 - Formas de inserção

Em cerca de 35% das instituições pesquisadas, ficou caracterizada uma predominância das relações pessoais, de amizade, como fator determinante de acesso ao mercado de trabalho nos espaços ocupacionais do *terceiro setor*. À medida que vínculos de amizade (ou até mesmo de parentesco) se estabelecem com esta ou com aquela pessoa (não necessariamente com as que têm forte influência na instituição), maiores são as chances do profissional se inserir nesse espaço.

[...] uma conhecida que ganhou o cargo me indicou (ASS4 - INST3).

eu trabalhava na [...] com a outra assistente social daqui, e ela me chamou pra trabalhar (ASS2 - INST2).

Foi através de uma amiga. [...] falou pra ela que tava precisando desse profissional [...] Ela me telefonou e perguntou se eu queria [...] vim conversar e fiquei (ASS1 - INST1).

Mesmo aquelas profissionais que declararam ter passado por um processo seletivo com apresentação de currículo, entrevista, psicoteste etc., foram antes, indicadas para participarem de processo seletivo, conforme revela a fala a seguir:

Eu trabalhava na saúde [...] a minha colega já trabalhava aqui [...] então ela soube que o programa [...] tava precisando de uma assistente social que tivesse alguma experiência. Não podia ser uma recém-formada [...] pra assumir esse cargo de coordenadora (ASS3 - INST3).

O trabalho voluntário¹⁰⁸ aparece, nesta pesquisa, como outra forma de inserção profissional nos espaços socioocupacionais do chamado *terceiro setor*. Trata-se de um nível de inserção que se relaciona com a redução dos empregos estáveis ou permanentes bem como com a maior utilização do trabalho temporário, por tempo determinado, sob a forma de aprendiz, estagiário, e, sobretudo, na condição de trabalho voluntário.

Uma das molas propulsoras do crescimento do *terceiro setor* tem sido o aumento do trabalho voluntário - o que foi facilmente detectado nas entrevistas com esse grupo de pesquisa - e se destaca como elemento viabilizador e diferenciador de inserção profissional nesses espaços. Cerca de 35% das profissionais firmaram contrato de trabalho após terem realizado, por determinado tempo, algum trabalho voluntário na instituição; e 7% após estágio curricular. Ao serem indagadas quanto ao tempo de serviço, surgiram as seguintes respostas:

Aqui, [...] tenho três anos. Carteira assinada tem um ano e quatro meses (ASS1 - INST1).

Como profissional contratada [...] um ano e quatro meses [...] Fiz um ano de estágio, depois fiz estágio curricular, extracurricular, prestei serviço e, quando me formei, fui contratada (ASS9 - INST4).

Olhe, eu comecei aqui como voluntária há muitos anos e depois houve a possibilidade na época [...] passei a ser funcionária (ASS13 - INST3).

No grupo entrevistado, foi possível encontrar uma profissional trabalhando voluntariamente há seis anos na instituição sem qualquer vínculo empregatício, seja na forma de contrato por prestação de serviços seja pela CLT, e muito menos salário. Por ocasião da pesquisa, ela firmara contrato de trabalho nas formas da CLT havia três meses, ganhando pouco mais de um salário mínimo.

Como voluntária eu trabalhei [...] seis anos. Agora como funcionária faz três meses (ASS8 - INST8).

¹⁰⁸ *Trabalho ou Serviço Voluntário*, entendido como toda atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não-lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (Art. 1º da Lei nº 9.608, de 18.02.1998).

Outra entrevistada informou que está há quatro anos como voluntária em uma ONG e que, desde o final de 2004 (ao término de sua formação acadêmica), passou a desenvolver, voluntariamente, atividades inerentes ao Serviço Social, não sendo descartada a expectativa de uma futura contratação. Vê-se que o trabalho voluntário aparece como uma das particularidades identificadas nas entrevistas como uma alternativa de ocupação, diante do crescente desemprego estrutural, gerando naquele que exerce tal atividade a expectativa de permanência ou mesmo de inserção no mercado de trabalho (para os desempregados). Veja como se expressou a ASS8, voluntária por quase seis anos na INST8, ao falar sobre a sua contratação como profissional assalariada:

[...] tem a necessidade e a experiência [...] porque qualquer emprego tem que ter experiência. Tem que ter carteira assinada e eu não tinha. Pra mim, foi uma porta que se abriu: já fica mais fácil de aparecer a oportunidade de um segundo emprego. Com certeza estarei lá, porque eu preciso [...]; a gente precisa, infelizmente.

Serve também de estratégia de inserção no concorrido mercado de trabalho, visto que a condição do *voluntário* serve como elemento diferenciador nos currículos de quem busca um emprego, por ajudar na construção de uma imagem positiva do desempregado.

Geralmente o recrutamento aqui é feito da seguinte maneira. Aqui há um vínculo com o trabalho voluntário. A diretora daqui [...] participa de voluntariado e quando a pessoa vem como voluntário fica um determinado tempo e se avalia o *curriculum* e ela é contratada (ASS14 - INST9).

Na lógica neoliberal, além de os problemas sociais serem concebidos como responsabilidade dos indivíduos, entende-se que eles devem ser resolvidos no âmbito privado, por intermédio dos esforços dos próprios indivíduos ou, quando isso não é possível, através de instituições privadas da sociedade civil, em conjunto com as práticas de doação e do trabalho voluntário. Se se considera o fato de que as ações voluntárias se dão predominantemente na

área social¹⁰⁹, nas situações de pobreza e carências sociais, campo próprio de ação das políticas socioassistenciais, tal situação incide, sim, no campo profissional do Serviço Social, visto serem esses, espaços de inserção profissional dos assistentes sociais. Outrossim, o trabalho voluntário, de modo geral, por não exigir uma qualificação e uma profissionalização no enfrentamento da questão social, tem repercutido nas diversas áreas profissionais, as quais vivenciam a concorrência do trabalho gratuito. E, o mais grave: incide também na vida da população já que é constituída de indivíduos sociais e sujeitos coletivos. Na verdade, os indivíduos, abordados de forma individual ou coletiva, tornam-se objeto de ações descomprometidas e solidárias de homens e mulheres de classes sociais diversas, vinculados, na maioria das vezes, ao bloco que está no poder ou ao projeto dele para a sociedade¹¹⁰.

Cabe lembrar que, no Brasil, a *cultura do voluntariado* ganha força no decorrer da década de 90 do século XX, como parte da estratégia neoliberal que defende e orienta a desresponsabilização do Estado em face do atendimento às necessidades e à garantia dos direitos sociais universais da maioria da população.

Na verdade, o que se constata progressivamente nesse viés é a implementação de políticas sociais focalistas, seletivas e compensatórias. O Estado torna-se progressivamente mínimo, principalmente no que se refere à implementação de políticas de proteção social que tornem, de forma efetiva, os direitos universais previstos, inscritos institucionalmente de forma democrática e respaldados legalmente.

O estímulo à *cultura do voluntariado* está relacionado no Brasil, a um conjunto de fatores de ordem econômica e política, que se gesta no seio do que Mota (1998) chamou de “cultura da crise”, a qual, diante dos problemas no mundo do trabalho, do enfraquecimento das lutas coletivas e da diminuição dos gastos do Estado no enfrentamento à “questão social”, apresenta-se como única alternativa a seguir.

A ética do voluntariado, enquanto ideologia, contém em si implicações práticas diversas. Primeiramente, porque ela traz consigo a idéia da assistência enquanto prática individual/privatista. A Assistência Social deixa de ser pensada enquanto política, um direito constitucional, a ser

¹⁰⁹ É notória a ênfase que a atividade voluntária vem ganhando na sociedade, em especial junto às instituições denominadas sem “fins lucrativos”. A valorização do trabalho voluntário, da filantropia e do denominado *terceiro setor* e o crescimento, deve-se em grande ao trabalho voluntário, que no final de 2001, chegou a envolver quase 20 milhões de pessoas que de alguma maneira, vem colaborando com as instituições ditas do terceiro setor (YAZBEK, 2002).

¹¹⁰ São ações que terminam associadas “ao um amplo projeto de mistificação das relações sociais capitalistas que são metamorfoseadas em relações comunitárias, igualitárias, voltadas ao bem comum, invertendo a lógica do capital, que subordina a satisfação das necessidades sociais da coletividade aos imperativos do valor da mais valia, isto é, de seu crescimento ampliado, radicalizando os processos de alienação na sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2002, p. 45).

exercido de forma sistemática, imperativa e universal e passa a ser motivada por princípios humanitários (Cabral, 2004).

Diante da conjuntura de *crise*, a solidariedade individual e a ajuda mútua se tornam terreno fértil para a expansão da atividade voluntária como resposta aos “problemas sociais”. A perspectiva universalizadora, o caráter profissional e a intervenção especializada, componentes fundamentais das políticas de proteção social viabilizadas pelo Estado, se vêm questionadas, sendo valorizada a *colaboração entre solidariedade e profissionalidade*¹¹¹, de modo que o reconhecimento e a importância dadas ao trabalho voluntário - compreendido, em sua essência, como atividade não remunerada -, passa a se constituir em parte da dimensão da atual política social¹¹².

Na perspectiva de melhor apreender a condição de assalariamento de 14 profissionais do grupo desta pesquisa as quais divergem da situação da profissional que assume o trabalho voluntário e da que está na situação de cedida pela Secretaria Estadual de Educação, passa-se a focar as condições concretas da questão salarial das assistentes sociais entrevistadas expressa no quadro seguinte.

PROFIS- SIONAL	SALÁRIO EM R\$ (aproximação)	DISTRIBUIÇÃO POR CARGA HORÁRIA E CARGO						TEMPO DE SERVIÇO/ASSALARIADO ATÉ MARÇO/2005 Anos/Meses
		Coordenação		Assessoria		Execução		
		< = 39	>= 40	< = 39	> =40	< = 39	>= 40	
ASS1	750,00					28 h/s		1A/3M
ASS2	540,00					15 h/s		4A
ASS3	1.200,00		40 h/s					2A
ASS4	500,00						40 h/s	2A
ASS5	1.000,00					30 h/s		10A
ASS6	0,00					15 h/s		2A
ASS7	800,00					36 h/s		15A
ASS8	380,00					20 h/s		0A/3M
ASS9	1.800,00						44 h/s	1A/4M
ASS10	1.000,00					20 h/s		1A
ASS11	1.800,00		40 h/s					8A

¹¹¹ Termo usado por Yazbek (1995).

¹¹² A solidariedade social, como base desse setor privado e não-mercantil de provisão social, é reveladora do ideário que preside aos atuais processos de redefinição dos papéis do Estado e da sociedade civil na área do bem-estar social, apontando para a edificação de um sistema misto de proteção social (YAZBEK, 2002).

ASS12	2.000,00				40 h/s			2A
ASS13	1.200,00						40 h/s	15A
ASS14	1.000,00						40 h/s	3A
ASS15	1.500,00				40 h/s			4A
ASS16	600,00						40 h/s	1A

QUADRO 5 - Demonstrativo dos salários percebidos, jornada de trabalho e tempo de serviço

Observe-se que as profissionais que ocupam funções de coordenação e assessoria têm jornada de trabalho de 40 h/s, sendo as melhor remuneradas, se comparadas às demais profissionais de Serviço Social de uma mesma instituição, em decorrência da incorporação das gratificações ao salário básico oferecido aos demais profissionais. Identifica-se que, nas instituições, profissionais de uma mesma categoria ou de diferentes áreas recebem salários diferenciados. Como exemplo, citamos a ASS11, que, na coordenação dos programas da instituição da qual faz parte, recebe em torno de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), enquanto as demais colegas de trabalho recebem em torno de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais). A ASS7, referindo-se às demais colegas de trabalho e sobre as diferenças salariais entre os profissionais, assim se expressou:

Trabalham 44 horas [...] mas as enfermeiras, que só tem 36 horas, ganham mais do que elas.

Quando eu entrei aqui, tinha outra assistente social e ela saiu, porque ela disse que o salário dela era mais baixo que os demais. Ela pediu pra sair. Enquanto categoria, ela disse que ficava muito baixo, desvalorizava os serviços dela. Então, entrou uma outra que aceitou essas condições (ASS14 - INST9).

Ainda segundo a ASS7, as novas contratadas recebem em torno de R\$ 1.000,00 (um mil reais), enquanto que ela, apesar de estar há mais de quinze anos na função de assistente social, recebe em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais), além de só constar em sua carteira de trabalho um salário básico no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Diferentemente do setor público, nessas instituições não existe uma perspectiva de ascensão profissional e/ou salarial, mediante um plano de cargos e salários. Tal situação corrobora o que outras pesquisas vêm revelando acerca da multiplicidade de tipos de contratos existentes

entre as instituições do *terceiro setor* e, o mais grave, entre os profissionais de uma mesma instituição. São formas múltiplas de inserção profissional mediante contrato de trabalho que provocam, nas relações de trabalho, o aumento da competitividade entre profissionais, além do aumento do desgaste físico e emocional.

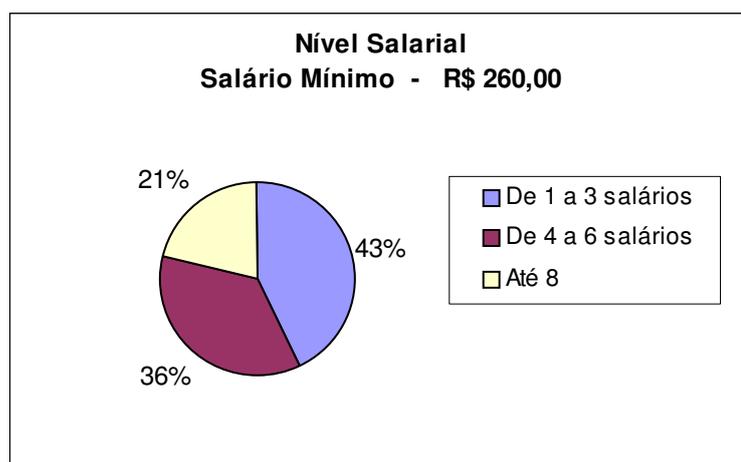


GRÁFICO 5 - Nível salarial

Do grupo considerado, 43% ganham de um a três salários mínimos, inclusive sendo identificada uma profissional ganhando pouco mais de um salário mínimo (ASS8). Entre as entrevistadas, 36% revelaram ganhar entre quatro e cinco salários mínimos, e apenas 21% (três entrevistadas) revelaram ganhar até oito salários mínimos.

Quanto à jornada de trabalho, conforme é apresentado no Quadro 5, 56% das profissionais cumprem carga horária de 40 a 44 horas semanais, enquanto 25% trabalham em torno de 15 a 20 horas semanais, e 19% cumprem jornada de trabalho de 30 a 36 horas semanais.

No quadro seguinte, analisa-se a condição de segundo emprego vivida por cinco profissionais:

PROFIS- SIONAL	SALÁRIO EM R\$ (aproximação)	CARGA HORÁRIA terceiro setor	CARGA HORÁRIA EM OUTRAS INSTITUIÇÕES	CARGA HORÁRIA ACRESCIDA
ASS2	540,00	15 h/s	▪ Funcionária Pública Federal	40 h/s
ASS5	1.000,00	30 h/s	▪ Clínica Particular	30 h/s
ASS7	800,00	36 h/s	▪ Secretaria Municipal de Saúde	--

ASS12	2.000,00	40 h/s	▪ Secretaria Estadual de Saúde	40 h/s
ASS15	1.500,00	40 h/s	▪ Docente em Instituição de Ensino Particular	orista

QUADRO 6 - Demonstrativo de situação de segundo emprego

O quadro traz outra importante informação relativa à jornada de trabalho das profissionais entrevistadas: cinco delas ainda se dividem entre um emprego e outro, cumprindo carga horária igual à que cumprem na instituição pesquisada ou maior, à exceção da ASS2, recentemente aprovada em concurso público. Há quatro anos, contratada pela instituição como serviços prestados, ela deixa transparecer em sua fala um sentimento de frustração, pela não concretização da assinatura de sua carteira de trabalho.

[...] quando eu entrei aqui me disseram que iam assinar minha carteira. [...] essa história de serviço prestado acho que não existe mais, porque trabalho todos os dias, tenho horário pra chegar, ponto pra bater, acho que não deve ser mais considerado como serviço prestado. Só que já tava há quatro anos aqui [...] foi quando eu passei também no concurso. Eu ia sair daqui [...] aí disseram: não, vamos vê. [...] quando eu voltar de férias, eu saio. Voltei de férias e continuei trabalhando, mas é muito cansativo [...] (ASS2 - INST2).

Outro motivo apresentado pelas entrevistadas para a opção por uma segunda jornada de trabalho refere-se à necessidade de complemento da renda familiar, em virtude de gastos com educação e saúde dos filhos.

sou mãe. Tenho um garoto de 14 anos, entendeu? sou mãe e pai dele, então [...] (ASS5 - INST5).

A ASS12, em função do trabalho que realiza, viaja frequentemente pelo interior do Estado, transformando sua jornada, conforme seu dizer em *100 horas*. Quando retorna à capital, cumpre as demais 40 horas de trabalho na Secretaria Estadual de Saúde nos finais de semana:

Eu tenho 40 horas. Como agora eu estou em regime de plantão. Ontem, eu dei plantão das 7:00 da noite às 7:00 da manhã. [...] Eu só posso dar

plantão no fim de semana: sexta, sábado e domingo. [...] são plantões de 12 horas [...] em torno de quatorze plantões no mês (ASS12 - INST12).

Interessante observar que a ASS12, trabalhando no serviço público, optou por submeter-se a uma carga excessiva de trabalho, atraída pela política de benefícios da ONG empregadora (uma exceção entre as instituições pesquisadas), em virtude do baixo salário que ganha do Estado.

Com o salário indireto [...] tenho plano de saúde (na ONG) para mim, meu marido e dois filhos (ASS12 - INST12).

Cabe lembrar que, assim como as demais ONGs, essa também é subsidiada, em parte pelos recursos públicos via convênios que firma com prefeituras, secretarias etc.

As ONGs, hoje, se auto-sustentam, a grande maioria com projetos do Ministério da Saúde. Ela (a ONG) procura a auto-sustentabilidade e buscou através desses convênios [...] todos os meses as prefeituras, a Secretaria Municipal de Saúde repassa recursos, mediante o convênio firmado (ASS12 - INST12).

Diante da multiplicidade de tipos de contratos que se apresentam, a pesquisa não identificou uma relação determinante entre salário, jornada de trabalho e tempo de serviço, visto que diversas profissionais ganham salários semelhantes, com variadas jornadas de trabalho, diferentes tipos de serviços e espaços profissionais, conforme apontado o quadro abaixo:

PROFIS- SIONAL	SALÁRIO EM R\$ (aproximação)	CARGA HORÁRIA E CARGO	TEMPO DE SERVIÇO/ASSALARIADO ATÉ MARÇO/2005 Anos/Meses
		Execução	
ASS2	540,00	15 h/s	4A
ASS4	500,00	40 h/s	2A
ASS10	1.000,00	20 h/s	1A
ASS5	1.000,00	30 h/s	10A

ASS1	750,00	28 h/s	1A/3M
ASS7	800,00	36 h/s	15A
ASS13	1.200,00	40 h/s	15A
ASS14	1.000,00	40 h/s	3A
ASS16	600,00	40 h/s	1A

QUADRO 7 - Ausência de relação entre salário, jornada de trabalho e tempo de serviço

As relações e as condições de trabalho a que estão submetidas as assistentes sociais entrevistadas revelam as dificuldades por elas enfrentadas para se manterem num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Tendo em conta a atual configuração do mercado de trabalho da cidade do Natal apresentada na pesquisa de Freire J. (2005) e o elevado nível de precarização do trabalho predominante na capital, pode-se afirmar que as ONGs e as entidades filantrópicas ao absorverem os profissionais de serviço social, o fazem nas mesmas condições precarizadas, via contrato provisório, sob a forma de prestação de serviços, sem registro em carteira profissional, sem garantias trabalhistas e com baixa remuneração. Com a redução dos concursos públicos na área da assistência social, a inserção dos profissionais de serviço social no *terceiro setor* acaba por condicionar-se aos esquemas clientelistas, baseados nos convites e nas indicações. Isso não significa que o profissional não seja preparado para o exercício de suas funções, e sim que nem sempre o melhor profissional tenha igual oportunidade de concorrer à vaga oferecida.

Considerando-se que as condições e relações de trabalho em que se inscrevem os assistentes sociais são indissociáveis das grandes transformações sociais, econômicas, políticas etc. e, em particular do processo de reestruturação produtiva e da reforma do Estado. Considerando-se que o Estado reduz suas responsabilidades sociais e transfere para a sociedade a implementação das políticas sociais, e que o trabalho do assistente social tem reconhecimento e legitimidade junto ao denominado terceiro setor, a pesquisa aponta sim, para uma possível ampliação do campo de atuação marcada pela precarização das condições e relações de trabalho (mesmo aquelas com vínculo empregatício e registro na carteira de trabalho), visto que a permanência desse e de outros profissionais no mercado de trabalho se dá em função da temporalidade dos projetos, subsidiados pelos fundos públicos, das doações de empresas privadas e do incentivo ao trabalho voluntário. Tal situação coloca a atuação do assistente social numa perspectiva focalista de atendimento a necessidades na esfera individual, em detrimento da universalização dos direitos.

Na presente pesquisa, observa-se que a ampliação do espaço socioocupacional no *terceiro setor* nas instituições pesquisadas, não tem sido acompanhada de aumento salarial. Entretanto é possível detectar uma melhora nas condições de trabalho dos assistentes sociais, analisadas no item 3.1.1, deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quarenta anos depois da primeira grande crise do capitalismo no século XX, os países industrializados experimentam uma segunda crise, que se estendeu pela década de 90 (e adentra o século XXI), e cujas conseqüências, em termos de desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e de produtividade, se espalham pela economia internacional.

O intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e a tendência à flexibilização financeira que acompanharam tal avanço ocasionaram uma perda considerável da autonomia dos Estados Nacionais. Diante dessa *crise*, que é estrutural, a política neoliberal avançou, produzindo inúmeras transformações, das quais destacamos as do mundo do trabalho e aquelas relacionadas ao papel do Estado.

Especificamente no caso do Brasil, o processo de reforma do Estado teve como principal característica a mudança da primazia de papéis: o que antes era dever estatal pode hoje ser atribuído ao mercado ou à sociedade civil organizada. Isso acarretou, dentre outras coisas, a redução do papel do Estado, restando-lhe a tarefa de articular as outras duas esferas e suas respectivas organizações e regular as ações nessa área.

A crescente desresponsabilização do Estado como assegurador de proteção social, associada à caridade religiosa e à filantropia, contribuiu para a emergência do grande número de organizações sem fins lucrativos, não-governamentais, filantrópicas. Esse movimento, como já foi dito anteriormente, significou a *refilantropização* da questão social, resultando numa rápida propagação da eficiência do *terceiro setor* na área social (como da ineficiência do Estado) apresentando-se como um parceiro da sociedade na resolução dos problemas sociais.

Nesse contexto é que se concretiza o *terceiro setor*, significando uma estratégia de legitimação das respostas oficiais às metamorfoses da questão social na era das transformações societárias do capital e no âmbito do Estado, que, no contexto neoliberal, tem como eixo central a passagem das *lógicas de Estado* para as *lógicas da sociedade civil* (MONTAÑO, 2002).

A participação das instituições filantrópicas, ONGs e outras, no trato da questão social amplia-se, sob o argumento de que o Estado sozinho não consegue suprir as demandas sociais, tendo apenas como alternativa a realização de parcerias com aquelas organizações, como forma de implementar programas e políticas sociais para melhor atender à população.

O chamado *terceiro setor* ganha espaço, aparecendo como a grande novidade de intervenção na questão social e assumindo parte das responsabilidades sociais, com ações pontuais e fragmentadas, o que quebra a lógica de direitos sociais e da universalidade. O apelo à sociedade civil, de participação popular, tem sido uma das estratégias mais importantes para a expansão desse setor, sob o discurso do resgate da cidadania e da solidariedade.

Nessa perspectiva, as políticas sociais vão perdendo gradualmente o caráter de ações públicas e estatais, amparadas no discurso da incapacidade financeira e administrativa do Estado e na defesa de que as instituições que compõem o *terceiro setor* são entidades preparadas para gerir os recursos públicos e desempenhar papéis que a estrutura *pesada* e burocratizante do Estado não tem conseguido cumprir.

Embora, no decorrer do século XX, a assistência social e a saúde tenham sido reconhecidas como direitos sociais e deveres do Estado, a oferta de serviços nessas áreas tem caminhado na contramão do que a lei determina. A execução das políticas sociais tem sido amplamente compartilhada com organizações da sociedade civil, de modo que já não se pode ignorar a significativa contribuição dessas instituições na composição da rede dos serviços sociais (apesar da primazia do Estado na condução das políticas sociais).

É importante ressaltar que parcela significativa dos serviços disponibilizados por essas instituições é financiada, em parte, com recursos dos públicos, sejam estes oriundos de repasse financeiro, de isenções ou de renúncia fiscal. Outras estratégias de arrecadação de recursos também são utilizadas, como as doações advindas tanto de pessoas jurídicas como de civis.

Um outro aspecto importante na questão do financiamento é a presença do Estado como uma das principais fontes de manutenção das instituições do *terceiro setor*. Por intermédio da chamada *parceria* entre o Estado e as organizações do *terceiro setor*, as ações desenvolvidas nas áreas das políticas sociais e assistenciais têm procurado, de alguma forma, *compensar* a diminuição da atividade do Estado na esfera social, atendendo a demandas não assistidas, num cenário em que o mercado ganha extrema importância, em detrimento do social.

Salienta-se ainda, que reduzir a *sociedade civil* ao conceito de *terceiro setor* significa corroborar com a visão hegemônica de apresentar esse setor como um agente neutro e alijar esse espaço de lutas e contradições, uma vez que os partidos políticos, os movimentos sociais combativos, os sindicatos e as entidades de classes etc. não se encaixam nesse conceito. Dependendo dos seus ideários políticos, de seu histórico e das alianças que fazem as

instituições do *terceiro setor*, assim como os Conselhos criados na Constituição de 1988, podem vir a estimular a participação politizada da sociedade civil. Tanto podem contribuir para a difusão de uma cultura e práticas assistencialistas como vir a fortalecer uma cultura política voltada para uma participação política crítica da sociedade civil. É importante ter clareza que as organizações da sociedade civil constituem *vias de mão dupla*, podendo tornar-se tanto num instrumento de dominação quanto de emancipação.

O desvendamento do que é o *terceiro setor* como um fenômeno vinculado aos interesses do capital desmonta a lógica dominante de apresentá-lo como único mecanismo capaz de estabelecer consenso e parceria para intervenção na questão social.

Outro fator de destaque nas discussões apresentadas, são, os processos de descentralização, privatização e focalização: descentralização significando a transferência da responsabilidade dos serviços para os níveis locais do governo; privatização determinando serviços melhores para os que pagam e serviços de inferior qualidade para as classes empobrecidas; e a focalização destinando os serviços sociais oferecidos pelo Estado apenas e exclusivamente aos pobres.

A retração estatal, a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, tem contribuído para uma despolitização do enfrentamento da questão social. O desmantelamento das políticas sociais, a mercantilização dos serviços sociais e a seletividade nos atendimentos têm tornado a efetivação dos direitos sociais universalizantes (garantidos constitucionalmente) uma realidade cada vez mais distante.

Essas modificações na base de intervenção social impactam a profissão de Serviço Social, considerando-se a questão social como objeto de seu trabalho. Mesmo diante do deslocamento das ações governamentais públicas de abrangência universal no trato das necessidades sociais, a efetivação dos direitos sociais continua a ser a maior demanda que se apresenta para essa profissão.

Este trabalho procurou caracterizar de forma sucinta as formas de absorção, vínculos empregatícios, condições de salário e práticas profissionais nas instituições do *terceiro setor* na cidade do Natal, revelando algumas particularidades relacionadas à atual conjuntura e ao contexto social, os quais ajudam a compreender as múltiplas faces e significados do trabalho do assistente social.

Ciente dos limites e possibilidades da realização do projeto ético-político, a presente pesquisa aponta algumas mediações que atravessam o campo de trabalho do assistente social, ou seja, as condições sócio-históricas nas quais se insere o assistente social na atualidade: as interferências dos empregadores no conteúdo e nos resultados do trabalho e,

sobretudo, *a condição assalariada*, que incorpora parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as *relações de trabalho*.

Observa-se que, mesmo na esfera pública estatal, crescem as novas formas de contratação via CLT e os contratos temporários, pondo no horizonte a velha insegurança e instabilidade no trabalho. Além disso, como foi visto anteriormente, 43% dos profissionais entrevistados recebem salários relativamente baixos, percebendo até 3 salário mínimos, e há uma multiplicidade de contratos e carga horária diferenciada.

O assistente social não se diferencia dos demais trabalhadores, na medida em que se defronta com as mesmas condições e relações de trabalho impostas pela atual conjuntura. Atravessa, igualmente, as crises, os dilemas, os avanços e os desafios presentes: a polivalência, a terceirização, a queda no padrão salarial, número significativo de contratos temporários, o desemprego e os requisitos cada vez mais seletivos para inserção no mercado.

Primeiramente, as metamorfoses verificadas no mundo do trabalho experimentadas pelo assistente social, se expressam na constante busca por inserir-se no mercado de trabalho, mesmo que de forma precarizada. Segundo, para manter-se nesse espaço, os profissionais (principalmente os que trabalham na área de recursos humanos e em entidades filantrópicas de maior reconhecimento social) têm investido numa melhor qualificação técnica, sendo relegada à segundo plano a busca pelas competências ético-políticas, necessárias à elaboração de mediações que as auxiliem na percepção dos desafios hoje postos à profissão, diante do desmonte das políticas sociais.

Os resultados apontam ainda limites e desafios na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social no âmbito do *terceiro setor*, uma vez que a perspectiva de concretização dos direitos sociais vem sendo substituída pela perspectiva de solidariedade e cooperação, que favorece o projeto societário hoje hegemônico.

Inserido nesse mesmo contexto histórico que favoreceu o redimensionamento econômico, político e social, o assistente social precisa ter clareza das contradições que marcam as relações sociais nesta sociedade, indo além do que aparentemente se mostra.

Como foi apontado na análise das concepções das entrevistadas deste trabalho, há uma acriticidade e/ou não-percepção das contradições que demarcam o universo do *terceiro setor*. Entre os entrevistados, ficou evidente a inexistência de uma percepção ou análise crítica das contradições que determinam não só a existência do chamado *terceiro setor* como também o lugar, a forma, as relações e condições de trabalho a que se submetem os assistentes sociais.

Sem esse entendimento (das relações sociais e suas contradições), fica difícil para o assistente social contrapor-se ao projeto neoliberal. Isso é, no mínimo, preocupante, visto que as concepções dominantes em torno do *terceiro setor* vêm camuflando as estratégias neoliberais, envolvendo de forma manipulatória os vários segmentos sociais, nesse caso, os próprios profissionais de Serviço Social.

Mesmo acreditando estarem comprometidos com o seu usuário, muitos acabam legitimando a nova ordem do capital e contribuindo, mesmo que de forma inconsciente, para a despolitização da questão social e a fragmentação da luta de classe.

Conhecer as relações e condições de trabalho do assistente social no chamado *terceiro setor* na cidade do Natal de forma crítica também contribui para a renovação e a legitimação da profissão, visto que as novas formas de enfrentamento da questão social e as transformações no mundo do trabalho afetam a categoria profissional como parte da classe trabalhadora. Em outros termos, a flexibilização, a polivalência e a desregulamentação dos direitos trabalhistas afetam a profissão em seu reconhecimento e valorização. Esses aspectos, somado ao empobrecimento da população e ao aumento do desemprego, são elementos causadores de dificuldades enfrentadas no cotidiano profissional.

Diante dessa situação, um dos principais desafios para o assistente social, nessa nova configuração da realidade, consiste em apresentar-se como um profissional qualificado, capaz de contribuir com respostas para questões imediatas e, ao mesmo tempo, ser um profissional propositivo, de visão crítica, no sentido de romper com o imediatismo, estabelecendo ações consistentes, com base em princípios éticos, que tenham como perspectiva a promoção da cidadania.

REFERÊNCIAS

A RADIOGRAFIA do Mercado de Trabalho: Região Metropolitana de Natal. Natal,RN: DIEESE, 2002.

ALMEIDA, Érica T. Vieira. Crítica da Metamorfose do Conceito de Sociedade Civil em Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 80, nov. 2004.

AMARAL, Ângela Santana do. Sociedade Civil, Construção da Esfera Pública e os riscos da Apropriação Liberal do Conceito no Serviço Social. In: XI Congresso Brasileiro de Assistente Social, Fortaleza, 2004. **ANAIS**, CD ROOM. [s.n.]

ANDRADE, Renato A. de. Serviço Social: Novas questões para Debate. In: VIII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Juiz de Fora-MG, 2002. **ANAIS**, CD ROOM. [s.n.]

ANDREWS, Christina W; KOUZMIN, Alexander. O Discurso da Nova Administração Pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 45, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo de Trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BATISTA, Alfredo. Reforma do Estado: Uma Prática Histórica de Controle Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, p. 63-90, nov. 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti, Ilma Doher & Ivana Regina G. Bastos. O Custo do Passaporte para a Globalização. In: Caderno de Teses. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil:** um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed.. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.

BRAZ, Marcelo. O Governo Lula e Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, jul. 2004.

CABRAL, Paula Bonfim Guimarães. A “cultura do voluntariado” e suas implicações na concepção e implementação da Assistência Social brasileira. In: XI Congresso Brasileiro de Assistente Social, Fortaleza, 2004. **ANAIS**, CD ROOM. [s.n.].

CARVALHO, A. M. P. **A Questão Social e as Transformações nas Políticas Sociais:** as respostas sociais do Estado e da sociedade. Fortaleza-CE.: ABESS.

CARVALHO, A. M. P. Inserção do Brasil na Nova Ordem do Capital: a experiência do ajuste em questão. In: Braga, Elza, Maria Franco (Org.). **América Latina:** Transformações econômicas e políticas. Fortaleza: UFC, 2003.

CESAR, Monica de Jesus Cesar. **O Serviço Social no Contexto da Reestruturação Produtiva.** . In: XI Congresso Brasileiro de Assistente Social, Goiânia-GO, 1998. [s.n.]

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O Trabalho nos Serviços de Saúde e a Inserção dos(as) Assistentes Sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 62, mar. 2000.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, Esfera Pública, Terceiro Setor: a dança dos conceitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, mar. 2005.

FERNANDES, Rubem César: **O que é o Terceiro Setor.** Disponível em: <www.rits.org.br> Acesso em: 17 out 2002.

FERNANDES, Rubem César: **Privado, Porém Público:** O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, 2 ed..

FREIRE, José Ademir. **Dinâmica e características do mercado de trabalho de Natal:** uma contribuição à política municipal de emprego e renda. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2005.

FREIRE, Lúcia M. B. **O Serviço Social na Reestruturação Produtiva:** espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. Transformações Societárias, Alterações no “Mundo do Trabalho” e Serviço Social. **Revista Ser Social**, n. 6, Brasília, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez. 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e Indivíduo:** um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Ensino e pesquisa no serviço social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. *Cadernos ABESS - Produção científica e formação profissional*, n. 6. São Paulo: Cortez, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do(a) Assistente Social na Atualidade. In: **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Octávio. O Mundo do Trabalho. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994.

LANDIN, Leilah (1993): Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil, Textos de Pesquisa, RJ, ISER.

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O Desmonte da Nação em Dados: Um balanço do Governo FHC**. Adhemar Ribeiro. Petrópolis,RJ: Vozes, 1999.

LESBAUPIN, Ivo. **O Desmonte da Nação em Dados**. Adhemar Ribeiro. Petrópolis,RJ: Vozes, 2002

MÃOS a obra Brasil. Brasília, 1994. Proposta do Governo Fernando Henrique Cardoso.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, K. **O Capital - crítica da economia política**. Livro Primeiro - O processo de produção do capital, v. I, 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural,1985.

MATTOSO, Jorge. Produção e Emprego: renascer das cinzas. **O Desmonte da Nação. Balanço do Governo FHC**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). 3. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1999.

MELO, Savana Diniz Gomes. **A Reforma do Estado Brasileiro e suas Repercussões sobre o Serviço Público. Inclusão ou Exclusão?** - Enpess

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social.** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete da. Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: _____(Org.) **A Nova Fábrica de Consensos.** São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, abr. 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, abr. 1996

NICOLAU, Maria Célia Correia. **O Aprender do Fazer:** serviço social, trabalho profissional e representações sociais. Natal: EDUFRN, 2005.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **Proposições sobre o Processo de Trabalho e o Trabalho do Assistente Social.** Oficina Regional de ABESS. Set. 1996

OLIVEIRA, Miguel Darcy. **ONGs, Sociedade Civil e Terceiro Setor e o seu Relacionamento com o Estado no Brasil.** Acesso em: 17 out 2002.

OLIVEIRA, Sandra Pereira de. **A Qualificação Profissional do Assistente Social de Empresa em Tempo de Reestruturação Produtiva.** . In: Caderno de Teses. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia-GO. 1998.

PRÉDES, ROSA (Org.). **Mercado de Trabalho do Serviço Social:** fiscalização e exercício profissional. Maceió: EDUFAL, 2002.

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. **Serviço Social, Processo de Trabalho e as Transformações Contemporâneas.** Caderno de Teses. 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia-GO. 1998.

SADER, E.; OLIVEIRA, F. O Estado no capitalismo monopolista. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. O serviço social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais, São Paulo: Cortez: ANAS, 1987.

SANTOS, B. R. A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Impasses da cidadania*. IBASE, 1995

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O serviço social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA,, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMON, Ursula M. **O serviço social e o mundo da grande empresa**. Serviço Social na Era dos Serviços. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Herbert de (Betinho), "**As ONGs na Década de 90**", Transformação. Rio de Janeiro: IDAC, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, mar. 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3. 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Voluntariado e Profissionalidade na Intervenção Social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 1, n. 1, 1995.

ANEXOS

ANEXO A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS			
Relação de Entidades Registradas no CNAS			
CNPJ	Entidade	Município	UF
08.096.653/0001-28	SOCIEDADE VICENTINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SOVAS	Acari	RN
09.078.973/0001-18	ASSOCIAÇÃO REALIDADE EM CRISTO NORDESTE - ARC-NE	Acari	RN
08.009.805/0001-08	INSTITUTO PADRE IBIAPINA	Açu	RN
08.083.081/0001-42	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL DE AFONSO BEZERRA	Afonso Bezerra	RN
01.780.513/0001-25	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOM-SERÁ - ACBS	Água Nova	RN
08.021.123/0001-10	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ALEXANDRIA - APAMI	Alexandria	RN
01.800.456/0001-07	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE ANGICOS	Angicos	RN
24.530.834/0001-77	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ANGICOS	Angicos	RN
03.447.313/0001-80	ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS DE APODI - AVA	Apodi	RN
08.041.907/0001-00	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE APODI - APMI DE APODI	Apodi	RN
09.393.893/0001-57	LAR DA CRIANÇA POBRE DE APODI - LAR	Apodi	RN
12.755.831/0001-52	CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO ANTÔNIO GILSON DE SOUZA	Apodi	RN
12.756.060/0001-18	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO SÍTIO ARÇÃO.	Apodi	RN
08.054.074/0001-12	ASSOCIACAO DE PROTECAO E ASSISTENCIA A MATERNIDADE E A INFANCIA - APAMI	Areia Branca	RN
08.469.926/0001-32	CASA DO ANCIÃO	Areia Branca	RN
08.161.077/0001-55	CENTRO SOCIAL FREDERICO OZANAM	Arês	RN
24.365.983/0001-28	ASSOCIAÇÃO AREENSE DE MORADORES DO CONJUNTO DO IPÊ - AAMCIPE	Arês	RN
12.754.966/0001-01	CLUBE DE MÃES GERALDA FARIAS - CMGF	Baía Formosa	RN
12.759.189/0001-80	CENTRO SOCIAL JOÃO FERREIRA DE SOUZA FILHO	Baía Formosa	RN
70.302.351/0001-32	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE BOM JESUS	Bom Jesus	RN
08.066.854/0001-82	DEPARTAMENTO DIOCESANO DE AÇÃO SOCIAL	Caicó	RN
08.070.120/0001-77	ASSOCIAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA MATERNIDADE E PROTEÇÃO A INFÂNCIA	Caicó	RN
08.220.998/0001-41	CASA DA AMIZADE - ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS DE CAICÓ	Caicó	RN
10.872.232/0001-93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONSENHOR WALFREDO GURGEL - ACWG	Caicó	RN
10.727.444/0001-87	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE CAMPO REDONDO	Campo Redondo	RN
08.099.335/0001-10	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CARAÚBAS	Caraúbas	RN
40.772.816/0001-58	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE DE APANHA PEIXE	Caraúbas	RN
08.122.186/0001-63	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE E A INFÂNCIA	Carnaúba dos Dantas	RN
08.539.546/0001-27	CASA DO IDOSO HONÓRIO GOMES DO	Carnaúba dos Dantas	RN

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS			
Relação de Entidades Registradas no CNAS			
	NASCIMENTO		
24.518.946/0001-02	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CARNAÚBA DOS DANTAS - ACCD	Carnaúba dos Dantas	RN
40.984.619/0001-00	CENTRO COMUNITÁRIO SANTA LUZIA - CCSL	Carnaubais	RN
08.119.638/0001-58	CENTRO SOCIAL LECI CÂMARA	Ceará-Mirim	RN
24.371.189/0001-97	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE CEARÁ MIRIM	Ceará-Mirim	RN
41.007.576/0001-68	FUNDAÇÃO PEDRO FERREIRA DE MELO - FPFM	Ceará-Mirim	RN
10.727.402/0001-46	CLUBE DE IDOSOS SAO JOÃO BATISTA	Cerro Corá	RN
08.106.379/0001-20	LIGA DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CRUZÊTA	Cruzeta	RN
03.365.461/0001-56	ASPOBERN - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E PORTADORES DA SÍNDROME DE BERARDINELLI DO ESTADO DO RN	Currais Novos	RN
08.106.627/0001-33	SOCIEDADE DE PROTEÇÃO E ABRIGO DOS VELHOS MONSENHOR PAULO HERÔNIO	Currais Novos	RN
08.137.242/0001-33	ESCOLA DE NOSSA SENHORA	Currais Novos	RN
70.139.852/0001-40	ASSOCIAÇÃO CURRAISNOVENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS - ACDF	Currais Novos	RN
02.562.803/0001-65	CENTRO SOCIAL JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ - CESJOFEQ	Encanto	RN
24.531.303/0001-07	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO CULTURAL E COMUNITÁRIO DE FERNANDO PEDROZA	Fernando Pedroza	RN
08.151.276/0001-82	CASA DE MENORES DE FLORÂNIA	Florânia	RN
08.151.300/0001-83	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA	Florânia	RN
10.727.451/0001-89	CONSELHO COMUNITÁRIO DE FLORÂNIA	Florânia	RN
01.368.519/0001-90	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL FRUTUOSENSE - ADISF	Frutuoso Gomes	RN
02.457.300/0001-20	FUNDAÇÃO FAUSTO MARTINS DA COSTA	Governador Dix-Sept Rosado	RN
08.545.865/0001-45	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROTRÇÃO À INFÂNCIA À MATERNIDADE DE GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO	Governador Dix-Sept Rosado	RN
40.984.155/0001-24	ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO ARAPUÁ	Ipanguaçu	RN
24.529.737/0001-64	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOÃO PINHEIRO DE ALMEIDA	Janduís	RN
08.086.498/0001-69	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE JARDIM DO SERIDÓ - HOSPITAL MATERNIDADE DR. RUY MARIZ	Jardim do Seridó	RN
08.386.013/0001-52	ORGANIZACAO DAS VOLUNTARIAS NUCLEO MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDO	Jardim do Seridó	RN
08.470.718/0001-53	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JOÃO CÂMARA - APAMI DE JOÃO CÂMARA	João Câmara	RN
12.702.502/0001-43	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO BETEL - CASEB	João Câmara	RN
08.109.845/0001-21	SOCIEDADE DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE LAGOA NOVA	Lagoa Nova	RN
09.078.916/0001-39	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO LAGOANOVENSE - ADESCOL	Lagoa Nova	RN
08.202.459/0001-80	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE LAJES	Lajes	RN
04.855.195/0001-02	FUNDAÇÃO "MARIA CEZARIA DA COSTA"	Lucrécia	RN
00.813.237/0001-91	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUIS GOMES - ADECOL.	Luís Gomes	RN
01.131.142/0001-50	CENTRO SOCIAL JOSÉ CORREIA DE SOUSA	Luís Gomes	RN

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS			
Relação de Entidades Registradas no CNAS			
08.356.420/0001-17	LIGA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PARÓQUIA DE LUÍS GOMES	Luís Gomes	RN
24.519.076/0001-96	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MARIA DO ESPÍRITO SANTO ROCHA	Luís Gomes	RN
12.641.072/0001-05	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - MACAÍBA	Macaíba	RN
70.030.960/0001-80	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRIMO FERNANDES - ACPF	Major Sales	RN
00.830.222/0001-31	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Martins	RN
05.534.041/0001-81	FUNDAÇÃO MARIA FERNANDES DOS SANTOS	Martins	RN
08.238.016/0001-49	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MARTINS	Martins	RN
10.700.391/0001-00	CENTRO COMUNITÁRIO IMPERATRIZ	Martins	RN
12.756.201/0001-00	ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS BASÍLICA DE ALMEIDA JALES	Messias Targino	RN
40.986.853/0001-69	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PRESIDENTE MÉDICI	Monte Alegre	RN
08.262.016/0001-84	DEPARTAMENTO DIOCESANO DE AÇÃO SOCIAL	Mossoró	RN
08.287.336/0001-99	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE MOSSORÓ	Mossoró	RN
08.394.975/0001-53	FUNDAÇÃO APRONIANO SÁ	Mossoró	RN
09.394.321/0001-92	COMPANHIA ESCARCEU DE TEATRO AMADOR	Mossoró	RN
12.756.185/0001-48	ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE MOSSORÓ - ADVM	Mossoró	RN
24.529.810/0001-06	FUNDAÇÃO VINGT ROSADO	Mossoró	RN
40.772.436/0001-13	LAR PADRE GUIDO - LPG	Mossoró	RN
40.772.717/0001-76	CASA ASSISTENCIAL NOSSO LAR	Mossoró	RN
00.471.150/0001-83	SOCIEDADE AMIGOS DO DEFICIENTE FÍSICO DO RIO GRANDE DO NORTE - SADEF/RN	Natal	RN
00.587.106/0001-33	INSTITUTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO -	Natal	RN
00.927.613/0001-79	FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal	RN
01.546.006/0001-21	SOCIEDADE DOS CEGOS DO RIO GRANDE DO NORTE - SOCERN	Natal	RN
01.583.811/0001-25	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal	RN
02.190.856/0001-00	CENTRO DE APOIO À CRIANÇA	Natal	RN
02.660.275/0001-87	ASSOCIAÇÃO BRAVA GENTE	Natal	RN
04.328.832/0001-92	FUNDAÇÃO ANTONIO GOMES DOS SANTOS	Natal	RN
08.060.956/0001-90	GRÊMIO BENEFICENTE DOS PESCADORES DE NATAL	Natal	RN
08.341.950/0001-91	CASA DA EMPREGADA SANTA ZITA	Natal	RN
08.342.354/0001-26	CENTRO SOCIAL CÔNEGO MONTE	Natal	RN
08.343.295/0001-00	SOCIEDADE ESPÍRITA DE CULTURA E ASSISTÊNCIA	Natal	RN
08.343.683/0001-91	INSTITUTO DO BOM PASTOR	Natal	RN
08.344.459/0001-14	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL - SAR	Natal	RN
08.427.734/0001-63	PATRONATO DA MEDALHA MILAGROSA	Natal	RN
08.428.492/0001-22	CENTRO SOCIAL LEÃO XIII	Natal	RN
08.429.797/0001-59	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Natal	RN
08.453.920/0001-77	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE NATAL	Natal	RN
08.482.382/0001-49	MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO E ORIENTAÇÃO SOCIAL - MEIOS	Natal	RN
08.565.624/0001-68	CONSELHO CENTRAL DE NATAL DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO.	Natal	RN
08.587.099/0001-81	SOCIEDADE PROFESSOR HEITOR CARRILHO	Natal	RN

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS			
Relação de Entidades Registradas no CNAS			
08.712.127/0001-45	CENTRO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS NO RIO GRANDE DO NORTE - CIADE	Natal	RN
09.109.018/0001-09	ASSOCIAÇÃO SÍNDORME DE DOWN	Natal	RN
09.116.054/0001-91	FUNDAÇÃO DINARTE MARIZ	Natal	RN
09.390.295/0001-24	ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO DO RIO GRANDE DO NORTE - AACCC-RN	Natal	RN
09.394.701/0001-27	PROJETO CRESCENDO COM DEUS	Natal	RN
09.428.137/0001-16	CASA DE CARIDADE ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	Natal	RN
09.428.764/0001-57	CENTRO SÓCIO PASTORAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Natal	RN
10.703.023/0001-16	ESCOLA NOSSA SENHORA DAS DORES	Natal	RN
10.868.008/0001-28	NÚCLEO ESPÍRITA IRMÃ SCHEILLA - NEIS	Natal	RN
12.640.991/0001-56	CENTRO ESPÍRITA IRMÃOS DO CAMINHO	Natal	RN
24.192.643/0001-42	CASA DO MENOR TRABALHADOR	Natal	RN
24.193.153/0001-60	ASSOCIAÇÃO RIO GRANDENSE PRÓ-IDOSOS - ARPI	Natal	RN
24.371.056/0001-10	FUNDAÇÃO CÍCERA QUEIROZ DE AÇÃO POLÍTICA E SOCIAL	Natal	RN
24.517.922/0001-39	CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO DA SAÚDE SOCIAL - CEBRAIOS	Natal	RN
35.302.348/0001-18	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE NATAL- PRODURN	Natal	RN
40.986.309/0001-17	FUNDAÇÃO AUGUSTO VIVEIROS VITÓRIA POTIGUAR	Natal	RN
41.007.337/0001-08	CASA DA PIEDADE TIA DEUSA	Natal	RN
41.007.733/0001-35	CENTRO NATALENSE DE APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES - CENACC	Natal	RN
70.035.050/0001-90	NÚCLEO DE AMPARO AO MENOR - NAM	Natal	RN
70.035.092/0001-20	CRECHE RECANTO DE CLARA	Natal	RN
01.124.626/0001-72	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA CRUZ	Nova Cruz	RN
02.766.407/0001-50	ASSOCIAÇÃO DE APOIO À PASTORAL DO MENOR DE NOVA CRUZ - RN	Nova Cruz	RN
12.641.114/0001-08	GRUPO DE IDOSOS SÃO PEDRO	Nova Cruz	RN
08.546.301/0001-27	CLUBE DE MÃES MARIA AMADA DA SILVA	Olho-d'Água do Borges	RN
01.695.775/0001-91	ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS DE OURO BRANCO	Ouro Branco	RN
23.965.486/0001-06	CRECHE SEMENTE DE LUZ	Ouro Branco	RN
10.700.284/0001-82	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAIÇARA	Paraná	RN
10.872.364/0001-15	SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR E AÇÃO SOCIAL - SHAPAS	Parelhas	RN
10.872.711/0001-00	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE DE PARELHAS	Parelhas	RN
01.155.362/0001-14	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARNAMIRIM - APAE	Parnamirim	RN
01.287.321/0001-81	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS EM SAÚDE MENTAL - ABRASSAME	Parnamirim	RN
01.874.990/0001-50	FUNDAÇÃO ESPERANÇA - FUNDESPE	Parnamirim	RN
08.341.273/0001-01	ABRIGO FILHOS DE DEUS	Parnamirim	RN
12.738.605/0001-63	SOCIEDADE DE ESTUDOS ESPÍRITAS DE PARNAMIRIM - SEEP	Parnamirim	RN
24.518.334/0001-10	LAR ESPÍRITA ALVORADA NOVA - LEAN	Parnamirim	RN
35.273.242/0001-33	FUNDAÇÃO MÁRIO NEGÓCIO DE AÇÃO POLÍTICA E SOCIAL	Parnamirim	RN
08.477.705/0001-06	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PATU - APAMI	Patu	RN

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS			
Relação de Entidades Registradas no CNAS			
03.616.243/0001-47	HOSPITAL CENTENÁRIO DE PAU DOS FERROS	Pau dos Ferros	RN
08.151.862/0001-27	LIGA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PARÓQUIA DE PAU DOS FERROS	Pau dos Ferros	RN
08.487.712/0001-99	HOSPITAL CENTENÁRIO DE PAU DOS FERROS	Pau dos Ferros	RN
24.516.882/0001-00	CENTRO SOCIAL CAROLINA ELCINA DE QUEIROZ	Pau dos Ferros	RN
24.516.908/0001-10	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FIRMO ANTÔNIO CHAVES	Pau dos Ferros	RN
01.794.158/0001-43	FUNDAÇÃO DONATILE COSTA	Pedro Avelino	RN
10.703.080/0001-03	GRUPO DE IDOSOS ELVIRO DE FREITAS	Poço Branco	RN
08.515.025/0001-30	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PORTALEGRE - APAMIP	Portalegre	RN
24.519.415/0001-34	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RIACHO DA CRUZ - ADECOR	Riacho da Cruz	RN
00.761.989/0001-56	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE POTENGI PEQUENO	Riachuelo	RN
00.813.239/0001-80	ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA RODOLFENSE - ACERF	Rodolfo Fernandes	RN
09.079.443/0001-94	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRAIRY - ACT	Santa Cruz	RN
24.519.282/0001-04	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE UMBUZEIRO	Santa Cruz	RN
10.727.634/0001-02	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SÃO JOSÉ DA PASSAGEM - ABESP	Santana do Matos	RN
70.139.837/0001-00	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE A INFÂNCIA E AO MEIO RURAL DE SANTANA DO MATOS	Santana do Matos	RN
10.872.026/0001-83	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DO SERIDÓ	Santana do Seridó	RN
10.873.164/0001-87	CLUBE DE MÃES PAULINA BEZERRA PEREIRA	Santana do Seridó	RN
41.007.311/0001-60	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DR. JOSÉ HUMBERTO DE AZEVEDO BARBALHO	Santo Antônio	RN
08.114.340/0001-55	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO BENTO DO NORTE	São Bento do Norte	RN
02.766.478/0001-52	ASSOCIAÇÃO PECÉM EU TE AMO	São Gonçalo do Amarante	RN
07.335.177/0001-98	CONSELHO COMUNITÁRIO DA TAIBA	São Gonçalo do Amarante	RN
08.221.061/0001-90	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI	São João do Sabugi	RN
04.259.176/0001-13	SOCIEDADE TERRA VIVA -SRT/RN	São José de Mipibu	RN
08.168.429/0001-02	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APAMI	São José de Mipibu	RN
08.483.323/0001-95	ABRIGO ANÍZIA PESSOA	São José de Mipibu	RN
08.543.290/0001-21	INSTITUTO PIO XII	São José de Mipibu	RN
09.122.821/0001-75	CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA	São José de Mipibu	RN
01.775.834/0001-31	FUNDAÇÃO JOSÉ PEREGRINO	São José do Campestre	RN
03.860.817/0001-28	FUNDAÇÃO JOSÉ MATIAS DE ARAÚJO	São José do Campestre	RN
01.782.590/0001-14	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AME VIDA	São Pedro	RN
09.116.120/0001-23	LAR SÃO CAMILO DE LÉLIS	São Tomé	RN
80.616.352/0001-05	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO TOMÉ	São Tomé	RN
09.079.567/0001-70	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO VICENTE - APAMI	São Vicente	RN
24.519.423/0001-80	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE	São Vicente	RN
51.644.961/0001-70	CENTRO COMUNITÁRIO SÁ CATARINA DE MORAES - CCSCM	São Vicente	RN
08.584.781/0001-10	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À	Serra Negra do Norte	RN

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS			
Relação de Entidades Registradas no CNAS			
	MATERNIDADE E INFÂNCIA DE SERRA NEGRA DO NORTE		
24.517.385/0001-27	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE LAGES - ACPRL	Serrinha dos Pintos	RN
08.586.216/0001-92	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE TAIPU	Taipu	RN
02.837.202/0001-18	ASSOCIAÇÃO TANGARAENSE FILHOS DA ESPERANÇA	Tangará	RN
73.756.686/0001-19	COMISSÃO MUNICIPAL DO IDOSO DE TANGARÁ	Tangará	RN
05.334.526/0001-21	FUNDAÇÃO JOAQUIM GOMES - FUNJOG	Touros	RN
08.318.339/0001-42	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE UMARIZAL	Umarizal	RN
02.425.606/0001-02	ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DAMIÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA	Upanema	RN
01.973.231/0001-44	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA - APMI	Vila Flor	RN

Fonte: <<http://www.mds.gov.br/conselhos/conselho01.asp>>. Acesso em: 10 out. 2005.

ANEXO B

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS			
Relação de Entidades com Certificado de Entidade de Assistência Social			
CNPJ	Entidade	Município	UF
08.096.638/0001-80	SOCIEDADE DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ACARI - SPMIA	Acari	RN
08.009.235/0001-56	EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS	Açu	RN
08.020.950/0001-90	HOSPITAL MATERNIDADE GUIOMAR FERNANDES	Alexandria	RN
02.284.397/0001-16	FUNDAÇÃO ALCINA MARIA NUNES	Almino Afonso	RN
24.517.757/0001-15	OBRAS SOCIAIS DOM BOSCO - OSDB	Areia Branca	RN
08.066.896/0001-13	ABRIGO DISPENSÁRIO PROFESSOR PEDRO GURGEL	Caicó	RN
08.066.912/0001-78	EDUCANDÁRIO SANTA TERESINHA	Caicó	RN
08.094.021/0001-25	CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL SANTO ESTEVÃO DIÁCONO	Caicó	RN
08.094.195/0001-98	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAICÓ - APAE	Caicó	RN
01.518.595/0001-34	CASA DO POBRE	Currais Novos	RN
08.135.048/0001-19	HOSPITAL PADRE JOÃO MARIA E MATERNIDADE ANANÍLIA REGINA - HPJM	Currais Novos	RN
08.136.368/0001-93	EDUCANDÁRIO JESUS MENINO	Currais Novos	RN
08.360.505/0001-79	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURRAIS NOVOS- APAE	Currais Novos	RN
08.367.807/0001-79	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MACAU - APAE DE MACAU	Macau	RN
03.665.498/0001-08	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PORTADOR DE CÂNCER DE MOSSORÓ E REGIÃO	Mossoró	RN
08.256.158/0001-39	SOCIEDADE HOSPITAL DE CARIDADE DE MOSSORÓ	Mossoró	RN
08.261.992/0001-12	INSTITUTO AMANTINO CÂMARA	Mossoró	RN
08.480.907/0001-07	LAR DA CRIANÇA POBRE DE MOSSORÓ	Mossoró	RN
00.947.539/0001-52	INSTITUTO DE TEOLOGIA PASTORAL DE NATAL - ITEPAN	Natal	RN
01.396.800/0001-36	CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA	Natal	RN
08.049.504/0001-08	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO NORTE IERC/RN	Natal	RN
08.319.741/0001-41	INSTITUTO MARIA AUXILIADORA	Natal	RN
08.328.353/0001-27	COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES	Natal	RN
08.337.586/0001-96	INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal	RN
08.342.974/0001-65	ESCOLA AMBULATÓRIO PADRE JOÃO MARIA	Natal	RN
08.417.297/0001-05	INSTITUTO SAGRADA FAMÍLIA	Natal	RN
08.422.289/0001-49	SERVIÇO DE AÇÃO URBANA - SAUR	Natal	RN

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS Relação de Entidades com Certificado de Entidade de Assistência Social			
08.427.262/0001-49	PATRONATO DE PONTA NEGRA	Natal	RN
08.427.742/0001-00	ESCOLA SÃO JOSÉ	Natal	RN
08.428.765/0001-39	LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER - LNRCC	Natal	RN
08.430.951/0001-02	ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ENVIADOS DE JESUS	Natal	RN
08.563.660/0001-92	SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal	RN
08.587.107/0001-90	CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal	RN
08.589.186/0001-78	LAR DO ANCIÃO EVANGÉLICO - LAE	Natal	RN
08.679.011/0001-51	ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO AOS DEFICIENTES - ADOTE	Natal	RN
10.732.402/0001-34	ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - ADEFERN	Natal	RN
12.978.003/0001-83	CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO	Natal	RN
24.365.686/0001-82	ASSOCIAÇÃO DE ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO SOCIAL - ATIVA	Natal	RN
70.035.126/0001-87	INSTITUTO JUVINO BARRETO	Natal	RN
08.464.166/0001-70	MATERNIDADE DOUTOR GRACILIANO LORDÃO	Parelhas	RN
08.488.397/0001-14	PATRONATO ALFREDO FERNANDES - PAF	Pau dos Ferros	RN
10.700.466/0001-53	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JOANA MIRIM	Pau dos Ferros	RN
08.390.296/0001-06	HOSPITAL MATERNIDADE BELARMINA MONTE	São Gonçalo do Amarante	RN
08.078.354/0001-60	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SERRA CAIADA	Serra Caiada	RN
08.712.440/0001-83	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	Touros	RN
17.989.187/0001-09	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL VISCOSENSE - FAV	Viçosa	RN

Fonte: <<http://www.mds.gov.br/conselhos/conselho01.asp>>. Acesso em 10 out. 2005.

ANEXO C**QUESTIONÁRIO**

Instituição: _____

Endereço: _____

Cidade _____ **Bairro:** _____

CEP: _____ **Fone:** _____

Assistente Social: _____

Questionário nº _____

I – PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL

1. Ano de Conclusão do Curso: _____

2. Universidade:

UFRN () UERN () Outra _____

3. Faixa etária: _____

4. Há quanto tempo trabalha na Instituição: _____

5. Há quanto tempo trabalha no Setor de Serviço Social: _____

II – ESPAÇO SÓCIO-INSTITUCIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**2.1. O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO:**

6. Área de Atuação:

Saúde () Assistência Social ()
Criança () Outro _____

7. Usuário:

Famílias () Criança () Adolescentes ()
Idosos () População em Geral () Funcionários ()

8. Atribuições:

a) _____

b) _____

- c) _____
 d) _____
 e) _____
 f) _____

9. Programas/Projetos a que se vincula:

- a) _____
 b) _____
 c) _____

10. Possui setor específico? Sim () Não ()
 Caso a resposta seja não, onde se insere? _____

11. Número de assistentes sociais? _____

12. Há necessidade de ampliação do número de assistentes sociais? Sim () Não ()

2.2. PLANEJAMENTO, INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO, FORMA DE REGISTRO E AVALIAÇÃO DA AÇÃO PROFISSIONAL

13. Possui plano de intervenção? Sim () Não ()

14. Que tipo de plano?
 Individual () Multidisciplinar () Interdisciplinar () Não respondeu ()

15. Instrumentos de intervenção: _____

16. Registro das ações profissionais/Relatórios: Sim () Não ()

17. Registro dos atendimentos: Sim () Não ()

18. Tipo de Registro: _____

19. Formas de avaliação:
 Equipe interdisciplinar () Equipe de serviço social () Auto-avaliação ()
 Setor administr./diretoria () Junto ao usuário () Outros: _____

20. Realização de pesquisas: Sim () Não ()
 Perfil dos usuários () Avaliação do serviço () Outras: _____

21. Possui estagiários e/ou voluntários? Sim () Não ()
 Caso a resposta seja sim, quantos? _____

2.3. CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

22. Possui espaço físico? Sim () Não ()

23. Possui recursos materiais/financeiros?

Bom ()

Insuficiente ()

Caso a resposta seja insuficiente, especifique o que falta?

a) _____

b) _____

c) _____

Que outras dificuldades elegeria como obstáculos a concretização do trabalho?

Apoio de outros profissionais ()

Apoio de colegas da profissão ()

Apoio do pessoal administrativo ()

Comprometimento pessoal ()

Estrutura física ()

Apoio da Direção ()

Outras: _____

24. Recrutamento:

Concurso ()

Indicação ()

Currículo ()

Outra forma: _____

25. Tipo de Contrato

Temporário ()

Efetivo ()

Outro: _____

26. Carteira Assinada

Sim ()

Não ()

27. Nível salarial

Até dois salários ()

De 3 a 5 ()

De 6 a 9 ()

Mais de 10 salários ()

28. Carga horária

40 horas ()

30 horas ()

20 horas ()

Menos de 20 ()

III - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E OBJETIVOS PROFISSIONAIS

29. Participa de grupos de estudo?

Sim ()

Não ()

30. Participa de Eventos da categoria?

Sim ()

Não ()

31. Tem acesso a bibliografia?

Sim ()

Não ()

32. Caso a resposta seja sim, que tipo de bibliografia:

Sobre a área de trabalho ()

Específica do Serviço Social ()

Não respondeu ()

33. Objetivos do Serviço Social:

a) _____

b) _____

c) _____

34. Conhece o Código de Ética

Sim ()

Não ()

35. Participa de algum Conselho de Direito

Sim ()

Não ()

Sempre () Quase sempre () Às vezes () Raramente () Nunca ()
46. A Instituição tem proporcionado cursos, treinamentos, reciclagens objetivando a efetivação das demandas postas para o trabalho do Assistente Social?

Sempre () Quase sempre () Às vezes () Raramente () Nunca ()
47. Existem demandas destinadas, ao mesmo tempo, ao Assistente Social e aos profissionais de outras áreas?

Sempre () Quase sempre () Às vezes () Raramente () Nunca ()

Em caso de resposta afirmativa, quais são essas demandas?

a) _____

b) _____

c) _____

48. E quais são esses profissionais?

Médico () Enfermeiro () Psicólogo () Nutricionista ()

Pessoal Administrativo () Outros _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)